



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA PÓVOA DE LANHOSO

Aos 27 dias do mês de abril do ano de 2024, pelas 14h00, no Salão Paroquial de Fontarcada, na união das Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira, sob a presidência de António Manuel Marques de Queirós Pereira, secretariado por José Ângelo Saavedra de Almeida Faria e Eulália Margarida da Silva Rodrigues, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso, com a seguinte ordem de trabalhos:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA (45')
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS PRESIDENTES DE JUNTA (16')
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (16')
- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

Ponto Um (30`):

Análise da atividade do município e sua situação financeira, conforme disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Ponto Dois (15`):

Informação da Câmara Municipal sobre o Relatório de Execução Orçamental do 4.º Trimestre de 2023 da Escola Profissional do Alto Ave, nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Ponto Três (15`):

Informação da Câmara Municipal sobre os apoios prestados no âmbito do regulamento para atribuição de apoios a Juntas de Freguesia ou União de Freguesias do Concelho da Póvoa de Lanhoso - Câmara Amiga das Freguesias.

Ponto Quatro (20`):

Informação da Câmara Municipal sobre o Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Respeito pelos Direitos e Garantias dos Membros da Oposição.

Ponto Cinco (25`):

Proposta da Câmara Municipal para apreciação e votação do relatório de gestão e prestação de contas do Exercício de 2023, nos termos da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro.

Ponto Seis (15`):

Proposta da Câmara Municipal para reconhecimento de interesse público estratégico de instalação de operação urbanística destinada a equipamentos de uso público de apoio

social e de saúde, projeto apresentado pela Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso.

Ponto Sete (15`):

Proposta da Câmara Municipal para autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais em diversos procedimentos de contratação pública.

Ponto Oito (15`):

Proposta da Câmara Municipal para autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais referente a um concurso limitado com prévia qualificação com publicidade internacional para a realização de empreitada de “Requalificação da Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso”.

Ponto Nove (15`):

Proposta da Câmara Municipal para autorização da assunção dos compromissos plurianuais para contratualização de leasing para aquisição de miniautocarro.

Ponto Dez (25`):

Proposta da Câmara Municipal para:

- a) Contratação de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento de requalificações de arruamentos no Concelho, no valor de até 2.700.000,00€ (dois milhões e setecentos mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.
- b) Contratação de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento da ampliação da rede de saneamento no Concelho (2ª fase), no valor de até 535.000,00€ (quinhentos e trinta e cinco mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.
- c) Contratação de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento da requalificação de infraestruturas desportivas e recreativas municipais, no valor de até 360.000,00€ (trezentos e sessenta mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.
- d) Contratação de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento de aquisição de terrenos, no valor de até 500.000,00€ (quinhentos mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

Ponto Onze (15`):

Proposta da Câmara Municipal para celebração de protocolo para atribuição de subsídio com as Juntas de Freguesia de Geraz do Minho, Santo Emilião e União de Freguesias de Calvos e Frades, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Ponto Doze (15`):

Proposta da Câmara Municipal para celebração de contratos interadministrativos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia da Póvoa de Lanhoso e União de Freguesias de Fontarcada e Oliveira, nos termos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Ponto Treze (20`):

Proposta da Câmara Municipal para autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais para celebração de contrato de renting de frota automóvel.

Estiveram presentes na bancada do PS os seguintes membros: Marta Maria da Cunha Vieira; Filipe Almeida Silva; Miguel da Cunha Pereira; Joaquim Armando da Silva Fernandes; Pedro Alexandre Oliveira Vale; Fernando Leonel Brandão da Cunha e Pedro Vale da Silva. A Deputada Clarisse Cardoso de Matos justificou a sua falta.

Estiveram presentes na bancada do PSD os seguintes membros: João Carlos Oliveira; José Vítor Lopes Martins; Luís Carlos Lopes Carvalho; Fátima Elizabeth Campos Alves; José Miranda Gomes; Emília da Conceição Cruz Magalhães; Sónia Margarida da Silva Fernandes; Vítor Hugo Araújo da Silva; José João da Costa Fraga; Sérgio Matias de Sousa Reis e Diogo Amaral de Sousa. O deputado Diogo Amaral de Sousa não ficou até ao final da sessão, porque teve que se ausentar.

Esteve presente o membro do CDS: Pedro Alexandre Dias Afonso.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PSD de: Lanhoso; Póvoa de Lanhoso; Rendufinho; Santo Emilião; Serzedelo; Sobradelo da Goma; Travassos; Vilela; União das Freguesias de Esperança e Brunhais; União de Freguesias de Verim, Friande e Ajude e União de Freguesias de Calvos e Frades. O Presidente da Junta de Freguesia de Monsul justificou a sua ausência.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia do PS de: Garfe; São João de Rei; Taíde; Galegos; Geraz do Minho; União das Freguesias de Águas Santas e Moure; União de Freguesias de Campos e Louredo e União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira. A representante da União das Freguesias de Campos e Louredo também não ficou até ao final da sessão, pelo que teve que se ausentar.

Estiveram representadas as Juntas de Freguesia eleitas como independentes: Covelas. A Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiros justificou a sua ausência.

Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes elementos do PS: Frederico de Oliveira Castro; Maria de Fátima Duarte Vieira Moreira; Paulo Jorge Fernandes Coimbra

do Gago e Alberto Ricardo Teixeira Alves. Estiveram presentes os seguintes elementos do PSD: Olga de Jesus Oliveira Fernandes Duque e Pedro José da Silva Baptista. A vereadora Olga Duque, também não ficou até ao final da sessão, uma vez que teve que se ausentar.

O Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, deu início à sessão ordinária da Assembleia Municipal, começou por endereçar um agradecimento ao padre Salvador Mota como representante da paróquia do Divino Salvador de Fontarcada, pela cedência do espaço e também a nossa anfitriã, à União de Freguesias de Fontarcada e Oliveira, na sua Presidente Clarisse, pela receção que nos fez, pelo acolhimento. Aproveitou ainda para estender o agradecimento às equipas municipais, cujo trabalho permite fazer a descentralização.

Continuou, ao solicitar a cooperação dos intervenientes para a boa condução dos trabalhos da Assembleia, alertando para a extensa Ordem do Dia e recomendando objetividade na discussão dos pontos, concluindo ao desejar a todos uma boa sessão da Assembleia.

Em seguida, colocou à votação a aprovação da ata da sessão ordinária de 23 de fevereiro de 2024, informando que a mesma foi aprovada por unanimidade.

Seguidamente, concedeu a palavra à segunda secretária da Mesa, Eulália Rodrigues, para leitura da correspondência.

Após a leitura da correspondência e antes da ordem de trabalhos, informou o plenário que a mesa reuniu em conferência de líderes e que ocorreram duas reuniões sobre o aterro sanitário da Braval e que havia sido convidado, pelo Senhor Presidente da Câmara, para estar presente numa reunião sobre a mesma matéria, mas que, dessa, daria nota o Senhor Presidente da Câmara. Em resultado, foi decidido, em conferência de líderes, proceder ao envio de uma carta aos Presidentes das Assembleias Municipais de Amares, Braga, Terras de Bouro, Vieira do Minho e Vila Verde e que a mesma iria ser lida pelo primeiro secretário José Faria, a quem concedeu a palavra:

“A Assembleia Municipal da Póvoa de Lanhoso aprovou em abril de 2023 o reconhecimento de interesse público do alargamento do aterro sanitário da Braval, para a construção dos dois últimos alvéolos, tendo em consideração que a solução de expansão do aterro sanitário para Braga era alegadamente mais onerosa do que a expansão para a Póvoa de Lanhoso, voltando o assunto a discussão na Assembleia Municipal de setembro de 2023, unicamente com o propósito da correção da designação do projeto/equipamento (a pedido da Braval, via CCDR-N).

Decorrido um ano, desde o primeiro reconhecimento de interesse público, a construção dos referidos alvéolos ainda não teve início, apesar de ter sido identificada como uma obra de cariz muito urgente, em virtude da capacidade do aterro, já no final de 2022, estar bastante próxima do limite.

A qualidade de vida das populações da Póvoa de Lanhoso e de Braga está a ser, a cada dia, prejudicada pelas condições atuais de funcionamento do aterro sanitário, nomeadamente pela deposição dos resíduos muito além da capacidade limite das células existentes, o que acarreta a exponenciação dos maus odores, o aparecimento de gaivotas que ali se vem alimentar, factos já por si bastante graves que associados a condições climáticas extremas, ficam amplificados.

Face ao exposto, e atendendo à importância do aterro sanitário da Braval, não só para a Póvoa de Lanhoso, mas também para todos os concelhos que por ele são servidos (Amares, Braga, Terras de Bouro, Vila Verde e Vieira do Minho) e uma vez que todos os concelhos são acionistas da Braval, integrando o órgão deliberativo, solicito a V. Ex.^a, que atendendo às condições atuais do funcionamento desta infraestrutura e aos eventuais impactos em matéria de Saúde Pública e Ambiente, se digne incluir na Ordem de Trabalhos da próxima Assembleia Municipal a que V. Ex.^a preside, um ponto com o presente assunto.

Pretendemos com a inclusão deste ponto nas ordens de trabalho das Assembleias Municipais dos restantes cinco concelhos, sensibilizar todos os órgãos deliberativos para a situação atual do aterro sanitário da Braval, de modo a que se associem à Póvoa de Lanhoso, na solicitação de uma Assembleia Geral Extraordinária da Braval, com um ponto único que vise debater e encontrar soluções mitigadoras para as condições de funcionamento do aterro sanitário da Braval e seu alargamento.

Agradecendo, desde já, a V/ atenção para o presente assunto e estando certo da V/ colaboração, solicito que me seja dado conhecimento da recetividade desta proposta.

Póvoa de Lanhoso, 22 de abril de 2024.

O Presidente da Assembleia Municipal, António Manuel Marques de Queirós Pereira”

Finda a leitura da carta, enviada na presente data, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira deu início ao Período Antes da Ordem do Dia (PAOD). Informou sobre as inscrições e concedeu a palavra ao Deputado do PSD, José Miranda Gomes.

Interveio o Deputado José Miranda Gomes, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Passados 50 anos sobre a Revolução dos Cravos que devolveu a liberdade a Portugal e que transformou a sociedade portuguesa em todos os setores da vida social.

O balanço é obviamente positivo, como todos reconhecem, apesar das ameaças que pesam sobre a democracia por falta de tempo, não posso analisar todos progresso e alterações ocorridas, apesar do muito que falta fazer, pelo que vou deixar apenas

algumas considerações sobre a liberdade de voto e o direito de ser eleito, sobretudo no que concerne às mulheres.

O primeiro país do mundo a consagrar o direito de voto das mulheres foi a Nova Zelândia em 19 de setembro de 1893. No dia seguinte, um dos jornais The Press escrevia no seu editorial. Acreditamos que uma grande maioria das mulheres não quer votar, elas irão evitar as mesas de voto, nos dias das eleições e irão preferir ficar em casa a cuidar das tarefas domésticas, pelos vistos, enganaram-se na Europa. A Finlândia foi o primeiro país a consagrar o direito de voto das mulheres em 1906 tendo sido eleitas logo em 1907 19 Deputadas para o Parlamento pelo Partido Social Democrata em Portugal, com o Advento da República, de 1910 passaram a poder votar todos portugueses maiores de 21 anos residentes em território nacional que soubessem ler e escrever ou que fossem chefes de família e era elegível qualquer eleitor que soubesse ler e escrever por isso.

Carolina Beatriz Ângelo, médica, republicana e sufragista, pediu para ser inscrita nos cadernos eleitorais, já que reunia todos os requisitos exigidos tinha mais de 21 anos, formação superior e, além disso, era chefe de família, já que era viúva com uma filha menor a cargo. O pedido foi recusado pela Comissão Recenseadora do segundo bairro de Lisboa e pelo ministro do Interior, pelo facto de ser mulher, porém, ela não desistiu e recorreu à justiça que deu razão afirmando o senhor juiz na sentença que excluir a mulher só por ser mulher é simplesmente absurdo. Iníquo e em oposição com as próprias ideias da democracia e justiça proclamadas pelo Partido Republicano, onde a lei não distingue, não pode o julgador distinguir emano que a reclamante seja incluída no recenseamento eleitoral. Assim, a 28 de maio de 1911 nas eleições para a Assembleia Constituinte, Carolina Beatriz Ângelo apresentou-se para votar, apesar de estar recenseada, o Presidente da Mesa teve dúvidas se devia ou não aceitar o seu voto, o que só veio a acontecer após consulta da mesa, conforme consta da ATA desta forma, Carolina Beatriz Ângelo fez história, tornou-se a primeira mulher portuguesa a votar sobre esse acontecimento histórico. A revista do jornal O século ilustração portuguesa de 05 de junho de 1911 na reportagem sobre as eleições constituintes faz apenas uma referência a esse voto como mera curiosidade ou excentricidade ao referir no meio do artigo o seguinte, uma nota curiosa das eleições. Foi de votar uma senhora a única leitura portuguesa médica dona Carolina Beatriz Ângelo, inscrita com o número 2513 na freguesia de São Jorge de Arroios, isto revela bem o ambiente da época. De qualquer modo, parecia que estava dado o primeiro passo para a mudança, mas puro engano, de facto, logo em 1913, o código eleitoral foi alterado e passou a esclarecer que eram eleitores todos os cidadãos de sexo masculino, maiores, de 21 anos que saibam ler e escrever. Apesar de um intenso debate, nas duas câmaras parlamentares prevaleceu a opinião dos que achavam como o Deputado Matos Cid que a mulher, tendo um espírito retrógrado, exerceria influência nefasta na vida política, ajudaria à reação política e religiosa, pois os clericais se servem da mulher com a melhor das suas armas. Apenas em 1933 voltou a ficar consagrado o direito de voto das mulheres, mas com muitas

limitações. Em 1934 foram eleitas as primeiras três mulheres para a Assembleia Nacional, apenas com o 25 de abril o voto passou a ser livre e universal nas primeiras eleições para a Assembleia da República, em 1976 foram eleitas 13 mulheres em 263 Deputados, o que representa 4,94% de mulheres em 2006, entrou em vigor a chamada Lei da paridade que exigiu que cada sexo estivesse representado em pelo menos 33,3% em cada lista à Assembleia da República, ao Parlamento Europeu e às autarquias locais. Nas eleições de 2005, antes da entrada em vigor da referida lei da paridade foram eleitas 49 mulheres em 230 Deputados, ou seja, 21,3%.

Finalmente, nas eleições deste ano foram eleitas 76 mulheres em 230 Deputados, o que corresponde a 33,04% total. Apesar de uma lenta evolução, ainda não atingimos a igualdade, aliás, assiste-se a um retrocesso, já que foram eleitas mais mulheres em 2019, 38,7% e em 2022, 39,96%, isto apesar da lei da paridade ter sido alterada em 2019, passando a exigir que cada sexo estivesse representado em pelo menos 40% de cada lista. Nesta Assembleia Municipal, se não fiz mal as contas, temos oito senhoras Deputadas e três senhoras Presidentes de juntas, que não é muito se considerarmos os membros da Assembleia Municipal, temos oito mulheres em vinte e três, o que dá uma percentagem de 34,78%, mas se olharmos para as juntas de freguesia, temos três mês para dezanove homens, o que dá uma percentagem de 13,63%.

Significa isto que ainda há muito para fazer. De facto, apesar de todo o caminho percorrido, ainda falta muito para se conseguir atingir a igualdade entre os homens e mulheres, neste domínio, como noutros, a luta continua neste particular, nós os homens, temos uma especial responsabilidade nesta matéria, porque não basta proclamar a igualdade de géneros nem que há leis para isso, é preciso criar condições para que as mulheres possam, de facto, participar ativamente na vida política, por isso, é preciso alterar o paradigma da mulher fada do lar, o que vale é que já temos as bimbis, as air fryers, os robôs aspiradores, que já ajudam muito e já agora, quando é que iremos ter uma mulher à frente dos destinos da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, daqui a cinquenta anos? esperemos que não. Muito obrigado a todos.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o Deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Nesta sessão que se realiza dois dias depois de uma data que é uma data historicamente importante para o nosso país. Permitam-me dedicar algumas palavras aos 50 anos do 25 de Abril, 25 de abril de 1974, um golpe militar colocou um ponto final à ditadura do Estado Novo e trouxe consigo a democracia de lá para cá, parece ninguém saber já o que é viver sem liberdade, parece ninguém acreditar ser possível voltar a viver sem liberdade, mas será a liberdade de hoje aquela liberdade pela qual tantos homens e

mulheres do nosso país lutaram? Estará a liberdade ou estarão as conquistas de abril a ser colocadas em causa nos dias de hoje?

Eu diria que sim, a democracia corre verdadeiros riscos e a culpa é também daqueles que a conquistaram e daqueles que lhe sucederam em termos geracionais, todos nós permitimos seja por ação ou inação, seja por egoísmo ou desconhecimento. Todos permitimos que a história levasse este rumo, a forma como desvalorizamos ao longo do tempo ou como não conseguimos transmitir, comunicar com as novas gerações para que verdadeiramente os fizéssemos sentir a importância de cada conquista de abril, os fizéssemos perceber que a vida, ou melhor, a qualidade de vida que hoje temos não pode ser encarada como um bem adquirido, mas sim como um bem conquistado, que é preciso valorizar e é preciso cuidar. Sou diariamente confrontado com novas visões de uma sociedade, que me preocupam e me fazem pensar que não caminhamos num bom sentido, visões da sociedade que, curiosamente, me surgem de todos os lados e muitas vezes daqueles de quem menos espero das pessoas com quem lido no meu dia a dia do grupo de pessoas que está a conversar na mesa de café do comentador, que é um fazedor de opinião do agente desportivo ou associativo, que também tem responsabilidades na sociedade do agente político que deveria ser um dos que mais responsabilidades deveria assumir no papel da defesa da democracia, mas nem sempre o é, e porquê? Porque estamos perante uma sociedade cada vez mais egoísta, em que cada um pensa ou tem um modelo, seja ele social, económico, associativo qualquer área, um modelo para a sociedade em que só faz sentido se o eu estiver protegido, se o eu estiver garantido, se o eu estiver bem, parece já ninguém querer saber do próximo, parece já ninguém se preocupar com o nós ou com o simples eles e isso é verdadeiramente preocupante.

Este heroísmo depois aproveitado e explorado por partidos extremistas que surgem a vender a mesma sociedade que vendeu Hitler, a mesma sociedade que vendeu Franco, a mesma sociedade que vendeu Mussolini e são estes modelos de sociedade que estão a ser comprados pelas novas gerações, a quem nós não fomos capazes de transmitir de forma correta os valores e as conquistas de abril, não fomos e continuamos a não ser capazes de o fazer. Vejamos o que está a acontecer na Argentina, onde a extrema-direita entrou, vendendo a ideia do patriotismo e começa a pôr em prática conceitos básicos do fascismo, como a xenofobia, com a expulsão de outros povos que não argentinos do país. Promove um discurso de ódio ao estrangeiro, um discurso de descredibilização de instituições e, de repente, percebemos que isso não acontece lá longe, mas é um filme que vivenciamos diariamente no nosso país.

A democracia está a ser colocado em causa, sim, à boleia de um discurso demagogo de um discurso populista de um discurso que nos quer fazer acreditar numa tal meritocracia que mais não é do que moldar a sociedade, numa visão onde pensamos apenas no nosso próprio umbigo, talvez esta seja uma reflexão que para muitos não fará sentido. É mais normal nestas datas em que celebramos a liberdade, falar-se e bem das conquistas

recordar-se, e bem, o passado homenagear-se, e bem, todos aqueles que contribuíram para o libertar das amarras de uma ditadura que minorizava o papel da mulher na sociedade. Uma ditadura que censurava a liberdade de expressão ou opinião, uma ditadura que manteve o país e uma larga maioria das pessoas a viver em condições de pobreza extrema.

Tudo isto é muito importante de ser assinalado, de ser revivido, de ser lembrado, mas é tão ou mais importante percebermos os perigos reais que corre a democracia e pensarmos ou repensarmos o nosso papel na sociedade. Enquanto agentes com responsabilidade na defesa das conquistas de Abril, que cada um de nós visto a farda dos capitães de Abril e luto como eles lutaram pela inclusão, pela igualdade, pela Justiça social. Em suma, lutemos juntos pela defesa da nossa liberdade, porque abril somos todos nós, muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Deputado do GP do CDS, Pedro Afonso.

Interveio o Deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Na primeira intervenção desta tarde, começo por dar os parabéns ao executivo pela organização das cerimónias que marcaram o dia de comemorações dos 50 anos de 25 de abril de 74, que muito dignificaram o nosso concelho.

Posto isto, Senhor Presidente da Câmara, gostaria de lhe colocar algumas questões pertinentes que preocupou os povoenses e cujas respostas, desde já agradeço, para começar uma simples questão, o que é que aconteceu ao Cruzeiro novo que tinha sido colocado no Horto na rotunda que dá acesso à estrada do Monte do Pilar, o referido cruzeiro desapareceu há já uns bons meses e até agora, nunca ninguém soube a razão para tal facto

Passando agora às obras da nacional 103, ainda que seguramente, todos os povoenses tenham ficado satisfeitos, o CDS-PP incluído com o anúncio das obras na estrada nacional 103 no troço que nos ligue a Braga. Cedo se percebeu, como se costuma dizer, que a montanha pariu um rato, isto porque as referidas obras não foram mais do que uma espécie de operação cosmética, sendo que apenas vemos uns remendos de onde a onde de forma a tapar uns buracos que se apresentavam já como uma séria ameaça à segurança das pessoas, a obra de fundo que seria expectável e que nós sempre defendemos que muito provavelmente, já não irá acontecer. Refiro-me aos rails de proteção dos locais em que o histórico revela o maior índice de sinistralidade rodoviária ou a adequação do tipo de pavimentação utilizado, que deveria ser apropriado para que se evitassem os despistes associados à formação de gelo na estrada durante o inverno, o que mitigasse ainda a perigosidade causada pelos óleos derramados por camiões de lixo. Já para não falar dos constrangimentos causados à mobilidade em geral, devido ao

horário de execução dos trabalhos, contextualização feita as questões que lhe coloco são as seguintes:

Senhor Presidente, que articulação foi feita com Infraestruturas de Portugal nesta matéria, que alertas e recomendações foram realizados pelo município junto da IP antes do início dos trabalhos?

Existiu alguma intervenção nas zonas críticas junto de linhas de água, ou vamos continuar a ter ribeiros a atravessar a estrada quando chove?

Quanto aos óleos, vão ser tomadas medidas ou vamos adotar também a narrativa da Braval e começar a dizer aos povoenses que pouco há a fazer?

Não poderiam ainda os trabalhos ter início um pouco mais tarde no horário matinal, de forma a minimizar os constrangimentos de quem diariamente a necessidade de se deslocar para o trabalho, para as aulas ou até mesmo para o hospital?

Para terminar, convido o executivo e todos os presentes a pensarem no Santuário do Sameiro, no Santuário da Senhora da Penha e até mesmo no Santuário do Bom Jesus de Braga. Agora que já imaginaram estes três locais e a sua envolvente, convido-vos a imaginar o ato de monte, o pilar rochedo majestoso, o maior monólito da Península Ibérica inclusive com o santuário de Nossa Senhora do Pilar e no seu topo estratégico o Castelo Lanhoso com seu maravilhoso enquadramento cénico. Imaginem tudo isto e acrescentem um bonito pôr-do-sol, sim, porque o pôr-do-sol é fabuloso visto lá do alto. Juntem a tudo o que acabei de descrever algumas dezenas ou até mesmo centenas de pessoas povoenses residentes ou emigrantes a gozar umas merecidas férias, turistas que nos visitam e que ajudam a desenvolver a nossa economia. Para finalizar, adicionem a ausência de uma esplanada condigna, como no passado existiu, onde se possa beber uma singela garrafa de água, ou umas casas de banho públicas que dignifiquem a nossa terra. Triste final para o que poderia ser um perfeito dia de verão na Póvoa de Lanhoso. Pois bem, no finalmente, é esta a imagem que bordamos a filigrana no imaginário de quem nos visita, estou seguro que terão cursos à vossa disposição e a necessária vontade política para alterar o final desta história. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Deputado do GP do PSD, Luís Carvalho.

Interveio o Deputado Luís Carvalho, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Quero, em primeiro lugar, agradecer em nome da bancada do PSD, a amabilidade da paróquia de Fontarcada e da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira, por nos receber neste espaço para a realização desta Assembleia Municipal descentralizada e também felicitar o executivo municipal por a realizar descentralizadamente. agradecer também as duas intervenções, excelente intervenção sobre o 25 de abril.

De facto, na passada quinta-feira, celebrámos os 50 anos do 25 de abril e uma das conquistas do 25 de abril foi o direito ao voto e a realização de eleições livres e democráticas e cumprindo estas conquistas no passado dia 10 de Março, Portugal foi a votos, quero aproveitar este momento para deixar uma nota positiva para a diminuição da taxa de abstenção, por isso, agradecer e salientar a participação dos portugueses, os habitantes do distrito de Braga, dos povoenses que não abdicaram deste direito de decidir e foram às urnas, contribuindo assim para a diminuição da taxa de abstenção.

Deixe uma nota negativa para as notícias que advieram das eleições legislativas, as suspeitas de fraude, fraudes eleitorais, como disse, é uma suspeita na mesa eleitoral de Frades e de Campo. Quem supostamente, e volto a referir, é uma suspeita, comete este tipo de atos, deve demitir-se da causa pública, deve demitir-se da política, não tem legitimidade nenhuma para estar na política, como disse, é uma suspeita, mas a verificar-se, a ser verdade, estas pessoas que fizeram estes atos não devem estar na política.

É esta a nota negativa, que quero deixar, mas sobre as eleições legislativas, os portugueses foram chamados a decidir o futuro do país e numas eleições disputadas decidiram que Portugal tinha que mudar de vida. Portugal tinha que mudar de rumo, tinha que mudar de políticas, tinha que deixar as políticas do socialismo, foi isso que os portugueses decidiram e essa vontade de mudança expressa pelos portugueses fez-se sentir no distrito de Braga com mais intensidade, o PS teve uma pesada derrota, perdendo em onze dos catorze concelhos do distrito de Braga, o que resultou na perda de três dos nove Deputados que tinha na anterior legislatura.

Quero aproveitar o momento para felicitar todos os Deputados eleitos, em especial os do distrito de Braga, e desejar-lhes um bom mandato na defesa legítima dos interesses da nossa região e do nosso distrito. Em especial, ao nosso Deputado povoense, Gilberto Anjos, a quem felicito e desejo um profícuo mandato na defesa dos interesses da Póvoa de Lanhoso e dos povoenses. e desejar-lhe também porque aconteceu a seguir às eleições um bom mandato enquanto Presidente da Comissão política, penso que é assim que se chama Comissão política, ou secretariado do PS da Póvoa de Lanhoso, mas vamos lá aos cinco concelhos do distrito de Braga, governados pelo PS. O PS ganhou em três Guimarães, Vizela e Fafe perdeu em dois Cabeceiras de Basto e Póvoa de Lanhoso.

São estes os dados, são dados factuais. Os povoenses quiseram a mudança. Os povoenses quiseram a mudança na governação de Portugal, mas agora, eu quero falar de coerência. Sim, porque em política, como em tudo na vida, temos que ser coerentes. Nós podemos mudar de opiniões, mas tem que haver sempre a coerência, tem que haver uma lógica, tem que haver um nexo naquilo que nós dizemos e naquilo que escrevemos e naquilo que fazemos, incoerentes é que nunca podemos ser.

Ora, a 30 de janeiro de 2022 foram realizadas eleições legislativas, o PS ganhou confortavelmente em todo o país, aliás, ganhou em todos os distritos do país, e na Póvoa de Lanhoso, o PS também teve uma vitória expressiva.

À data, o PSD da Póvoa de Lanhoso podia fazer o que muitos políticos fazem dizer que são eleições nacionais, não tem nada a ver com o localmente, mas não o PSD assumiu a derrota, felicitou quem ganhou, desejou um bom mandato a quem foi eleito e seguiu em frente O PS, o que é que fez à data? O PS festejou muito, via-se muita alegria espelhada nos dirigentes socialistas aqui da Póvoa de Lanhoso, mas mais que festejar, o PS da Póvoa de Lanhoso embandeirou o quanto mais pode essa vitória nas legislativas para tirar proveito político localmente. E vou explicar, recordo bem das comunicações que fizeram. Passou um tsunami na Póvoa de Lanhoso, ganhar desta forma é obra o trabalho do Presidente da Câmara Municipal, Frederico Castro, contribuiu muito para este resultado. Foram assim coisas deste género, eu tenho tudo guardado e, na altura, o PS governava a Póvoa de Lanhoso, há três meses e meio sensivelmente e já fazia passar tsunamis eleitorais na Póvoa de Lanhoso imagine-se quanto tivesse muito mais tempo de governação e com o excelente trabalho que o PS diz que fazem, estávamos todos a contar que nestas eleições legislativas de 10 de março com dois anos e meio de mandato e com o tal trabalho deste Executivo municipal que o PS diz que é fantástico, passasse aqui na Póvoa de Lanhoso, tsunamis, terremotos, furacões e até erupções vulcânicas, mas não, o PS perdeu na Póvoa de Lanhoso e eu gostava de ouvir agora o PS falar do trabalho deste executivo municipal e fazer a conexão com os resultados eleitorais, porque são dois anos e meio foram espertos e usam esta expressão. Foram espertos para falar do trabalho de três meses e fazer a associação desse trabalho com o resultado eleitoral obtido. Agora também têm que o fazer, falem do trabalho destes dois anos e meio de mandato. O trabalho da falta de investimento, o trabalho de falta de obras no concelho, o trabalho de termos que recorrer a empréstimos constantemente, o trabalho de termos a rede viária no estado em que está. Sim, nós temos as estradas do concelho num estado lastimoso, vergonhoso e como nunca estiveram, pelo menos eu, não tenho memória, falem agora do trabalho e como não o fizeram ao escreverem o comunicado que fizeram depois das eleições, de facto, a coerência é muito importante em política, como em tudo na vida é a coerência e a responsabilidade e responsavelmente irei terminar a minha intervenção desafiando o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Frederico Castro a não cair na tentação de justificar fracassos no cumprimento dos compromissos eleitorais com os povoenses com a mudança positiva e necessária que ocorreu no passado dia 10 de março. Muito obrigado”

Em seguida, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o Deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Retomo o assunto que trouxe cá na última sessão da Assembleia Municipal relativamente à cedência por parte da Junta de Freguesia de Lanhoso, das instalações do

equipamento do polidesportivo, ou seja, as instalações do Ringue de Lanhoso, a uma empresa privada.

No dia 21 de dezembro de 2023, formulei um pedido de documentação à Junta de Freguesia Lanhoso que passo a descrever. Pedi documentação que ateste a legalidade do procedimento de cedência do polidesportivo de Lanhoso à empresa Soginifer; contrato com a descrição das condições da referida cedência; contrato de cedência das referidas instalações entre Câmara Municipal e Junta de freguesia, contratos de fornecimento de energia, abastecimento de água com referência aos consumos dos últimos quarenta e oito meses. Descrição das atividades e o fim a que se destinam as instalações cedidas e benefícios concedidos aos lanhosenses e povoenses como contrapartida da utilização do espaço, não tendo obtido qualquer resposta por parte da Junta de Freguesia, decidi questionar em sede de Assembleia Municipal realizada no passado dia 23 de fevereiro do corrente ano, o senhor representante da Junta de Lanhoso, o senhor Carlos Machado, sobre os motivos da ausência de resposta e reiterar o pedido da referida documentação.

À data, o senhor Carlos Machado, relativamente à minha solicitação, respondeu e passo a citar em outubro ou setembro, o senhor Fernando Miguel fez umas questões, à Assembleia de freguesia, o Senhor Presidente da Assembleia já respondeu, a junta já respondeu e é a ele que nós temos que dar esclarecimentos fim de citação, apesar de, como disse anteriormente ter reiterado a solicitação da documentação até à data, nada nos foi enviado, nada nos foi esclarecido e, portanto, sentimo-nos no direito de recorrer às entidades reguladoras competentes para que possamos obter respostas e dou hoje conhecimento de que é isso mesmo que faremos, contudo, algumas considerações que não posso deixar de fazer relativamente a este processo.

Desde logo fazer uma referência à intervenção feita sobre o assunto pela líder do grupo parlamentar do PSD, a engenheira Fátima Alves que se referiu àquela infraestrutura como sendo e passo a citar um gueto para assaltos e vandalismos, acrescentando que a Câmara Municipal à altura nada fez. Ora é de estranhar que à altura a engenheira Fátima Alves que já era Deputada municipal e fazia parte de uma maioria que suportava um executivo do PSD não tenha tido a coragem de aqui confrontar os seus, com este problema, e lhes tenha dito publicamente que eles nada faziam para o resolver, preferindo escolher este momento para promover aquilo que eu interpreto como uma deslealdade política para com os elementos do anterior executivo que não estão cá para se defender. Contudo, não estando cá hoje o elenco do PSD que governava os destinos do concelho à altura, está cá o Senhor Presidente do Partido Social Democrata da Póvoa de Lanhoso e seria interessante perceber também qual é a sua posição relativamente a este assunto e concretamente como encara esta crítica da sua líder parlamentar ao trabalho desenvolvido pelo Executivo do PSD.

Por outro lado, já todos percebemos, aliás, foi admitido pelo senhor Carlos Machado que não há documentação nenhuma que comprove a cedência do polidesportivo por parte da Câmara à Junta de Freguesia foi assumido também pelo senhor Carlos Machado, que

houve um contrato feito entre a Junta de Freguesia e a referida empresa e passo a citar o contrato que a junta fez com a empresa Soginfer foi na medida em que o ringue estava todo sujo, impróprio para as crianças irem para lá a fim de citação. Primeiro questionar a Câmara Municipal sobre que tipo de diligências tomou, uma vez que, pelo menos desde dia 23 de fevereiro, tem conhecimento que uma empresa privada ocupa um espaço que é da autarquia, sem que haja da parte desta autorização para tal depois relativamente às declarações do senhor Carlos Machado. Ora bem, basicamente, o que o senhor Carlos Machado, representante da Junta de Freguesia de Lanhoso, veio cá testemunhar na última Assembleia Municipal, para além de no auge da sua prepotência, vir dizer que não tem que dar satisfações a um Deputado municipal, das negociatas feitas pela Junta de Freguesia. Veio cá dizer, basicamente, que a junta não sabe se o ringue lhe pertence, mas ainda assim fez um contrato de cedência com uma empresa privada. Não sei se estarão todos de acordo comigo, mas ceder algo que não nos pertence a outra pessoa não me parece uma atitude que se enquadre no conceito de normalidade. Por outro lado, a justificação para a ausência de resposta demonstra bem que não estão neste processo de boa-fé. Vejamos sendo compreensível, que não tenham um contrato que comprove a cedência por parte da Câmara Municipal e, portanto, não nos é possível ceder um contrato que não têm.

A verdade é que nos confirmaram terem feito um contrato com a empresa Soginfer. Ora, se fizeram um contrato com a empresa Soginfer quais as razões que os impedem de nos cederem e passo a dizer um contrato com a descrição das condições da cedência do espaço. Não cedem porquê? Existe, mas não querem ceder ou não existe? Contrato de fornecimento de energia e abastecimento de água com referência aos consumos dos últimos quarenta e oito meses. Não cedem porquê? Não é legítimo, a partir do momento que nos confirmam que há uma cedência do espaço que qualquer munícipe ou qualquer lanhosense saiba os valores que são ali consumidos, se é a junta de freguesia que paga se é empresa que paga, desde quando é que é a empresa que paga? Benefícios concedidos aos lanhosenses e povoenses como contrapartida da utilização do espaço, não é legítimo, a partir do momento que nos confirmam que há um contrato de cedência, qualquer município ou lanhosense saiba que contrapartidas daí advém, sejam elas financeiras ou de qualquer outra ordem, portanto, todo este processo e a ausência de respostas a quem tem obrigação de fiscalizar as atividades e as relações que envolvam, quer a autarquia quer juntas de freguesia, abre espaço a que possamos, no mínimo, desconfiar que neste processo, ou nesta relação, há algo que não está correto. E quem tem obrigação de esclarecer inequivocamente os povoenses, em especial os lanhosenses, é precisamente a Junta de freguesia.

Ainda no decorrer desta semana, enquanto líder do grupo parlamentar do Partido Socialista, recebi um e-mail da líder do grupo parlamentar do PSD, engenheira Fátima Alves na sequência de uma troca de e-mails que fazíamos com a Câmara Municipal, em que a líder do grupo parlamentar dizia o seguinte, e passo a citar também, todos nós

devemos cooperar para que, com brevidade e eficácia, haja em todos os assuntos, celeridade para a descoberta da verdade, sobretudo quando todos nós nos encontramos a comemorar a Semana dos 50 anos do 25 de Abril, que trouxe consigo direitos importantíssimos consagrados na Constituição da República Portuguesa, designadamente direito à informação fim de citação. Eu associo-me completamente às palavras da senhora líder do grupo parlamentar do PSD, a engenheira Fátima Alves e desafio-a até a interceder neste processo de cedência do polidesportivo à empresa Soginifer, junto da freguesia de Lanhoso e procure dentro daquilo que é a sua influência nos elementos que a senhora mesmo lidera. Sensibilizar a Junta de freguesia a cooperar com brevidade e eficácia para a descoberta da verdade, de forma a que todos fiquemos esclarecidos e estou certo que descansados, porque certamente tudo estará a ser feito dentro da legalidade e nenhum povoense estará a ser lesado, nem nenhum privado a ser beneficiado, fica o repto.

Queria apenas aproveitar para responder aqui ao senhor Deputado Luís Carvalho, a suspeita que lançou sobre a questão eleitoral dizer-lhe que o Partido Socialista tem plena confiança nos representantes que estavam na mesa de voto, nos nossos representantes, e nos vossos apresentantes e depois dizer-lhe também que o Partido Socialista não tem histórico nestas andanças de manipular ou de exercer pressão sobre as pessoas, não temos esse histórico depois dizer-lhe quanto aos investimentos. Quanto aos investimentos que veio aqui questionar a Câmara Municipal, eu sugeria-lhe que fizesse o contrário, questionasse os senhores Presidentes de junta da sua bancada, o que é que eles acham dos investimentos que têm sido feitos pela Câmara Municipal nas freguesias deles, se são muitos ou se são poucos, mas deixe-me dizer, senhor Deputado, que eu acreditei a determinado momento, que o senhor Deputado pudesse fazer um bom trabalho na liderança do Partido Social Democrata e acreditei, porque achei eu que com a idade viesse também a maturidade e com a maturidade, uma capacidade de olhar para o mundo de outra forma, com uma abertura diferente para analisar os assuntos de várias perspetivas, tentar ouvir os outros, despir o preconceito que leva as pessoas a verem os adversários como inimigos. Este preconceito pelo qual somos assolados no auge, normalmente, da nossa adolescência e que na nossa irreverência não nos deixa olhar para além do nosso próprio nariz, mas no seu caso, ou a maturidade está a tardar ou então chegou de forma disfarçada, eu chego à conclusão que há coisas que são mesmo impossíveis. O senhor Deputado, é possuidor, e peço desculpa, se calhar o termo é um bocado forte, mas é possuidor de um fanatismo de tal ordem que perde completamente a noção, dá-me a sensação que tudo à sua volta é laranja, o senhor sai à rua vê carros laranjas, casas laranjas, árvores laranja, tudo é laranja decididamente, essa obsessão pelo seu partido fá-lo perder o sentido de oportunidade, fá-lo muitas vezes perder a razão, fá-lo perder os timings o senhor tenta criar oportunidades políticas com tudo o que mexe, em todos os momentos, e essa obsessão de que lhe falei há pouco não o deixa sequer aperceber-se do quão descontextualizado, demagogo, sem noção e sem

critério o senhor, às vezes é, mas há um mérito e esse eu não posso deixar de evidenciar que é a coragem de enfrentar as diferentes lideranças do seu partido e fá-lo de forma convicta, constante e eu parabeno-o, por isso, ora recentemente, num discurso numa sessão solene que deixe-me já agora que lhe diga que daquele elenco todo, parece-me que é a única pessoa que nos três anos não percebeu muito bem o que é uma sessão solene, o que se pretende, que tipo de mensagem se deve passar, até como se deve comportar, mas, tirando esse pequeno pormenor, teve a coragem, e bem, de tocar em alguns assuntos e apontar armas diretamente ao líder do seu partido ao senhor Luís Montenegro, que é neste momento, Primeiro-Ministro de Portugal quando atribui o descrédito dos políticos às promessas não cumpridas, toda a gente ali percebeu imediatamente que se estava a referir ao embuste criado pela AD relativamente à promessa do choque fiscal que nem um mês de governação chegou para mostrar ao que vinha, enganar os portugueses, mas houveram outras pessoas que interpretaram mal e me vieram perguntar no final se se estava a referir às piscinas bioclimática que fizeram parte dos programas eleitorais do Partido Social Democrata no passado ou do Fórum Municipal, que teve direito a maquete de apresentação pública, mas não fica, por aí, tem a coragem de em vários momentos, falar de corrupção, jogadas de bastidores, como há bocado no dia das eleições, e muito bem, e acho que deve mesmo colocar o dedo na ferida, não permitir que a vergonha que se passou com o PSD Madeira caia no esquecimento, não permitir que se repita aquilo que já aconteceu neste mandato em que o PSD local estava muito preocupado, onde ficaria colocado à zona de votação na sala da Assembleia Municipal, porque alegadamente era exigência do PSD que o local onde era feita a cruz estivesse bem escondido sabe-se lá porquê é importante que mantenha a coragem de reavivar a memória das pessoas que o seu PSD consigo na direção de partido usou recursos da Câmara Municipal para enviar sms's aos povoenses e convidá-los para comícios partidários e teria muito mais para lhe dizer, aliás, tenho muito mais para lhes dizer. Mas o mundo não acaba hoje e a seu tempo eu lhes direi."

No seguimento, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, terminada que estava a primeira fase de intervenções e em razão do pedido de intervenção do Senhor Carlos Machado, no sentido de prestar esclarecimentos, concedeu a palavra ao Deputado do GP do PSD, Carlos Machado.

Interveio o Deputado Carlos Machado, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Relativamente ao assunto do ringue de Lanhoso, não foi a Junta de Freguesia que veio com este assunto para a Assembleia Municipal, não foi a bancada do Partido Social Democrata, mas sim o Partido Socialista com um único objetivo, denegrir a imagem de uma empresa e de uma pessoa tentando usar a junta de freguesia para atingir a engenheira Fátima Alves na última Assembleia Municipal afirmou o Senhor Presidente

da Câmara, à pergunta se existe algum protocolo entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, afirmando não existir e que era a informação que podia prestar mas vamos a factos. O certificado de exploração da instalação elétrica foi emitido pela Certiel a favor da Junta de Freguesia de Lanhoso em 12 de outubro de 2004 sendo esses custos pagos pela junta, tendo a Câmara Municipal serviços específicos, chefias específicas para determinados trabalhos, manutenção e gestão de sanitários públicos e parques. A única justificação para que não tenham sido feitos pela Câmara Municipal ao longo destes 23 anos é a Câmara Municipal, à data ter delegado, essa responsabilidade, na Junta de freguesia, aliás, prova disso foi a Câmara Municipal pedir uma autorização à Junta de Freguesia para a empresa Soginfer poder celebrar o contrato com a Câmara Municipal para fornecimento da água a 20 de setembro de 2023. Os serviços de apoio à Presidência informaram a Junta de Freguesia. Na sequência do ofício que fizemos chegar à Câmara Municipal em maio de 2023. Veja bem o tempo que demorou a Câmara a responder à Junta. que não foi possível localizar qualquer contrato. protocolo, escritura, referente a essa cedência, o que significa que não exista em 28 de junho de 2018, a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, através do seu ofício número 1849/2018, atesta que a conservação e manutenção do ringue desportivo é da responsabilidade da Junta de Freguesia de Lanhoso. No dia 12 de março, de 2024. Tivemos conhecimento de uma fiscalização feita às instalações do ringue em junho de 2023, dizendo o relatório que está tudo dentro da legalidade. Senhor Presidente da Câmara Municipal, tem conhecimento desse relatório? porquê de não informarem a Junta de freguesia desse relatório? Os lanhosenses merecem saber toda a verdade. Muito obrigado.

Seguidamente o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, ainda na resposta da Câmara Municipal, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara.

Interveio o Presidente da Câmara Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Em primeiro lugar, eu queria felicitar o Dr. Miranda Gomes, o senhor Filipe Silva, e também o Deputado Pedro Afonso agradecer as felicitações que apresentou de forma sucinta à Câmara Municipal pela organização das cerimónias, 50 anos do 25 de Abril, mas felicitar as duas intervenções que aqui foram feitas a propósito dos 50 anos do 25 de abril, porque, de facto, tanto uma como outra nos suscitam, nos alertam e nos suscitam alguma atenção relativamente àquilo que é o futuro próximo.

O Filipe Silva falou da importância de tentarmos ao egoísmo crescente numa sociedade que é, de facto, cada vez mais umbilical. Nós todos percebemos isso no dia-a-dia e temos, infelizmente, vários exemplos desse facto. O Dr. Miranda Gomes fez uma abordagem muito bem conseguida, à participação das mulheres na política e eu queria saudá-lo por isso e dizer-lhe que talvez e este é o alerta que lanço a todos os partidos, talvez tivesse sido um sinal interessante que na passada quinta-feira, alguma das forças

políticas se tivesse feito representar, é só uma sugestão representar por uma mulher, porque, de facto, tivemos uma sessão solene muito digna, muito bem conseguida, muito acompanhada por muita gente presencialmente e à distância, mas com intervenções exclusivamente de homens, portanto, fica este alerta, esta sugestão, teremos mais sessões solenes ao longo dos anos, temos pelo menos mais uma da responsabilidade deste executivo, seguramente no próximo ano e, portanto, quero deixar esta nota.

Quero também deixar uma nota talvez disruptiva em relação à participação das mulheres é que nós estamos na única freguesia do concelho da Póvoa de Lanhoso, presidida por uma mulher e que tem uma mulher na Assembleia de Freguesia também, a liderar a Assembleia de freguesia. A União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira tem uma mulher Presidente de Junta e tem uma mulher Presidente da Assembleia de Freguesia e, por isso, Travassos também? Então são duas, e eu peço desculpa, por isso, eu peço desculpa, é um lapso involuntário e agradeço até essa correção, e fico feliz por saber que temos em duas freguesias, então corrijo e reforço a ideia que temos em duas freguesias, mas estamos presentes numa freguesia onde, de facto, existe uma mulher Presidente de Junta e uma mulher Presidente da Assembleia de Freguesia e na freguesia de Travassos também existe uma mulher Presidente de Junta e uma mulher Presidente da Assembleia de Freguesia. São dois bons exemplos, que podem e devem ser seguidos, não por se tratarem de mulheres, porque depois corremos o risco de chegar a um ponto em que o único pretexto para escolhermos quem quer que seja para determinadas funções, seja o género, não tem de ser o género, mas a competência. E hoje, felizmente, temos muitas mulheres muito competentes nas várias dimensões da sociedade, nas instituições, nas empresas, em funções públicas de eleição ou de contratação e, portanto, eu queria deixar esta nota, porque, de facto, há muito caminho a fazer em relação à igualdade e à igualdade de participação, mas há também, é verdade, bons exemplos e ainda bem até que estamos a falar de duas freguesias que são geridas e lideradas por duas forças políticas diferentes e que ambas dão esse bom exemplo.

Dito isto, eu queria começar por responder ao Deputado Pedro Afonso em primeiro lugar, a propósito do Cruzeiro do Horto. Aquilo que ocorreu naquele local foi um acidente, ocorreu um acidente que foi participado à seguradora. A Câmara Municipal tem tentado perceber qual a evolução do processo, até porque achamos todos que seria desejável que, aquando das comemorações de Nossa Senhora do Pilar, que o cruzeiro já pudesse estar recolocado, mas importa recordar também que aquele cruzeiro foi uma oferta de um particular e, portanto, tendo sido uma oferta de uma família da Póvoa de Lanhoso, também é preciso ter em atenção e ter o cuidado de perceber se existe por parte desta família alguma vontade específica em relação àquele. Eu sei que essa abordagem já terá sido feita também sei que estamos todos de mãos atadas, porque, de facto, enquanto a seguradora não concluir o que quer que seja, não pode ser feito nada naquele local e, portanto, eu espero é que isso aconteça rapidamente, para nós não

correremos o risco, e passámos pelo incómodo de termos a descida de Nossa Senhora do Pilar e a subida de Nossa Senhora do Pilar com aquele espaço sem o cruzeiro.

Em relação às operações de cosmética, aquilo que chamou operações de cosmética na estrada nacional 103. Bom, a minha preocupação a minha primeira preocupação é esclarecer, porque da forma que fez a abordagem, pode haver quem pense que a responsabilidade é da Câmara Municipal, esclarecer em primeiro lugar, que, de facto, aquela intervenção nada tem a ver com a Câmara Municipal. Eu sei que sabe isso, e o senhor também sabe que eu sei isso, mas convém na abordagem começar precisamente por aí, em segundo lugar, explicar que aquela intervenção está no plano de intervenções de manutenção das estradas nacionais que a IP todos os anos leva a cabo e, portanto, há todo um plano que está definido em cada ano e eu diria que, não sendo a solução ideal, ainda bem que ela existiu, porque nós já há muito tempo, tínhamos todos certamente detetado a grande necessidade que existe de requalificação total parcial daquela estrada nacional, porque estava, de facto, em mau estado e concordo com o senhor Deputado quando diz que a intervenção poderia e deveria acrescentar algumas medidas adicionais de segurança relativamente ao separador central, por exemplo, tem sido muito discutido, relativamente aos raides que em determinados locais, também na minha opinião, seriam necessários e, portanto, essa planificação é da IP, a execução é da IP, a Câmara Municipal tem muito frequentemente, sinalizado à IP em relação àquela estrada, e não só já agora, mas sinalizado à IP a necessidade de fazer intervenções que aumentem a segurança rodoviária para quem circula naquele espaço naquelas vias.

Em relação ao monte, o pilar, eu percebi o seu exercício e concordo com ele também. Eu acho que todos há muitos anos achamos que o nosso Monte do pilar merece uma apresentação diferente, uma roupagem diferente, esta Câmara Municipal, e este executivo por diversas vezes, abordou a Confraria de Nossa Senhora do Pilar, eu já o disse aqui algumas vezes também no sentido de alcançarmos algum tipo de acordo que permitisse deixar muito claro a responsabilidade da Confraria e a responsabilidade da Câmara Municipal. Aquilo que sei de uma conversa recente é que o tema estará no Paço em Braga, e eu não quero que isto pareça ofensivo, porque não é, mas, de facto, todos reconhecemos que existe uma filosofia altamente conservadora por parte de quem toma este tipo de decisões dentro da estrutura da Igreja Católica e, portanto, o Paço é necessariamente uma estrutura com alguma dificuldade de decisão em relação a algumas matérias. Se me perguntar se eu gostava que já existisse algum acordo, eu gostava que o acordo já existisse há muitos anos até, muito antes deste mandato, mas nós temos feito o necessário para tentar desbloquear essa situação, sendo certo que de cada vez que existe a necessidade de uma intervenção como está para acontecer muito brevemente, a Câmara Municipal não lava as mãos, como é evidente, e faz o necessário para que o espaço tenha condições condignas quando, durante o mês de maio, ocorrerem as festividades de Nossa Senhora do Pilar e as pessoas que visitam o concelho

e que visitam aquele espaço, encontrem um espaço condigno com um mínimo de condições para poder bem receber.

Estamos de acordo em relação à necessidade de fazer mais e fazer melhor, mas como sabe, também, o espaço não pertence ao município, pertence à Confraria de Nossa Senhora do Pilar, e dou-lhe um exemplo que tem cerca de um ano, no início de maio do ano passado, ruiu um muro um dos muros da estrada de acesso ao alto do pilar, ruiu talvez uma semana e meia antes da descida de Nossa Senhora do Pilar e foi a Câmara Municipal, não tendo o dever de o fazer, mas não tem o dever legal mas tem, se calhar, o dever moral de não permitir que, numa festividade daquela grandeza, esteja um muro ruído e milhares de pessoas circulem para aquele espaço e tenham aquele triste espetáculo, portanto, foi a Câmara Municipal que, em tempo recorde, recuperou aquele muro. Espero que não tenhamos mais situações destas no futuro, porque de cada vez que isto acontecer é dinheiro dos contribuintes que tem que ser aplicado, de forma que todos nós não fiquemos mal vistos quando formos visitados por pessoas de fora, ou por pessoas do nosso concelho que possam aceder àquele espaço e imaginar que a responsabilidade é da Câmara Municipal ou é de qualquer outro responsável político e possam até nem saber que o espaço é, de facto, propriedade da Confraria de Nossa Senhora do Pilar.

Em relação à intervenção do Deputado Luís Carvalho, eu queria começar por dizer o seguinte em eleições, o resultado é sempre justo e os democratas respeitam sempre os resultados das eleições. Quer gostem mais, quer gostem menos, respeitam sempre o resultado que advém de um processo eleitoral e eu, enquanto Presidente de Câmara, respeito a vontade dos povoenses relativamente a esta matéria que tem que ver com decisões de ordem nacional, como respeitei sempre ao longo dos anos, independentemente dos resultados, o respeito é a base da democracia e, portanto, quem tem responsabilidades políticas deve saber lidar com isso, interpretar em cada momento, cada resultado também é verdade que, quando cita a forma como o Partido Socialista pode ter usado e bem o facto de em 2022 a Câmara Municipal estar em funções, esta câmara estar em funções este executivo e este Presidente de Câmara, eu diria que há uma diferença significativa, mesmo quando o resultado é vitorioso, há uma diferença significativa entre aquilo que citou de tsunami, não é bem o que há uma diferença significativa entre 2022, em que o diferencial era de 13% e 2024, em que o diferencial foi de 1%. Uma vitória é uma vitória também não é irrelevante que em 2022, o PSD concorreu sozinho e em 2024 concorreu coligado, também é preciso depois é preciso explicar desmembrar estas informações, isso não retira mérito a quem ganhou as eleições, nem desobriga de reflexão e de melhoria. Quem não tenha vencido as eleições, é assim em democracia, uns governam, outros fazem oposição e preparam-se, têm de se preparar para ter propostas alternativas para ganhar a confiança das pessoas novamente e para a seu tempo, quando for oportuno voltar a ter a confiança das pessoas quando isso acontece e, portanto, os ciclos eleitorais a nível nacional têm sido

aqueles a que temos assistido, geralmente entre soluções à direita, à esquerda entre o PS e o PSD a liderar essas soluções. Os ciclos autárquicos também são aqueles a que temos assistido em que tivemos já agora ao longo dos anos, o PSD a governar até 93 até 89 e depois entre 89 e 93 governou o CDS, de 93 a 2005, o Partido Socialista de 2005 a 2021, o PSD, desde 2021 a esta parte o Partido Socialista e reitero e friso a importância de sabermos lidar com estas diferenças e com estes ciclos e que nos saibamos preparar também, foi isso que o Partido Socialista fez, e é isso que o Partido Socialista está novamente a fazer a nível nacional, a preparar-se para ser a seu tempo, quando as pessoas entenderem a solução que o país possa precisar.

Eu queria realçar um aspeto que eu acho que não ficou muito claro na sua intervenção e que eu até preferia que fosse o próprio senhor Deputado a esclarecer é que aquilo que possa ter acontecido, e eu não faço a mínima ideia do que possa ter acontecido, mas aquilo que possa ter acontecido nas supostas fraudes eleitorais nada tem a ver, nada tem a ver com os responsáveis políticos, que eu penso que terá visado ou que tentou visar das freguesias que referiu, porque uma coisa são os responsáveis políticos, outra coisa são as pessoas que estão momentaneamente nas mesas eleitorais, quem tem, mas eu fiquei com a sensação que foi essa a sua intenção e eu até lhe estou a dar uma oportunidade de vir aqui esclarecer isso se reparar, portanto, acho que é muito importante diferenciarmos aquilo que são os responsáveis políticos em determinadas freguesias daquilo que são as pessoas que esporadicamente, momentaneamente, compõem uma mesa eleitoral que terão ou não alguma responsabilidade em relação a esta matéria, que eu não sei se tem ou não, mas são coisas diferentes. São coisas diferentes, como bem sabemos, quando tem lugar o sorteio das mesas são os responsáveis dos partidos que têm o dever legal de participar nesses sorteios, mesmo se em determinadas situações, a Junta de Freguesia ou representante da Junta de Freguesia intervém mais do que devia nesses processos. Todos conhecemos casos desses, às vezes acontece isso, não devia acontecer, portanto, é responsabilidade dos partidos políticos e das pessoas que integram as mesas em representação desses partidos políticos. Nada tem a ver com os representantes autárquicos nessas freguesias. Uma última nota em relação em relação àquilo que diz. Eu não sei se é algum prognóstico que está a fazer, mas quando diz que a Câmara Municipal não deve tentar justificar os seus fracassos, foi o que disse, não deve tentar justificar os seus fracassos em relação às promessas que possa ter feito, os seus fracassos com a mudança positiva que ocorreu, bom isso da mudança positiva, como sabe, também, tem muito que se lhe diga, mas eu respeito que o seu ponto de vista possa ser esse agora, e eu já lhe vou dar um exemplo da mudança positiva, mas sobre justificar fracassos. Bom, eu até hoje estou muito confortável com aquilo que possam ser aquilo que possam ser os fracassos, ou aquilo que entendem que possam ser fracassos. Eu não sei se tem alguma informação privilegiada, que queira partilhar com esta Assembleia Municipal. Eu não tenho nenhuma informação privilegiada sobre o que quer que seja sobre nenhum tema que

tenha que ver nem com a proposta eleitoral e compromisso eleitoral do Partido Socialista, nem com aquilo que está estabelecido com os responsáveis governamentais, sejam estes sejam os anteriores. Admitindo que quem tem funções políticas em determinadas áreas tem a responsabilidade, como é evidente, de se inteirar dos processos e de lhes dar seguimento.

Mas eu dou-lhe um exemplo sobre aquilo que é a tal mudança positiva, este Governo tomou posse no dia 2 de abril, a Câmara Municipal enviou um e-mail dia 3 de abril ao senhor ministro das Infraestruturas, solicitando uma reunião para tratar de matérias que são relevantes para o nosso concelho, como até dia 7 não obtivemos resposta, enviámos novo e email dia 08 de abril e como até dia 17 não obtivemos resposta, dia 18 enviámos outro e-mail ao senhor ministro das Infraestruturas, portanto enviamos um email dia 33, dia 8 e dia 18. Até hoje ainda não temos resposta. Eu quero acreditar que o senhor ministro estará a adaptar-se às novas funções, estará a inteirar-se daquilo que é a nova realidade e a dificuldade de ser um ministro das Infraestruturas que tem muito trabalho pela frente, certamente.

Mas há uma coisa que lhes garanto, eu não descansarei enquanto não conversar com o senhor ministro das Infraestruturas, há muitos defeitos que me podem apontar e apontam certamente, mas há um que não me podem apontar que é a falta de persistência, isso não podem apontar, podem não gostar é do resultado, mas falta de persistência não existe, nem neste Presidente nem neste executivo, portanto, nós vamos continuar a insistir até termos resposta e até nos sentarmos à mesa com o atual responsável pelo Ministério das Infraestruturas.

Porque, Senhor Deputado, sobre fracassos, deixe-me dizer-lhe o seguinte este executivo, e até vai ficar amplamente demonstrado hoje num dos pontos que temos em discussão, este executivo tem vindo a cumprir com aquilo que é a sua proposta eleitoral e este executivo está mandatado para quatro anos, que é outro equívoco que anda por aí muitas vezes na cabeça das pessoas e aconteceu, por exemplo, agora neste mandato legislativo, em que toda a gente estava à espera que o anterior Primeiro-Ministro cumprisse em menos de dois anos, aquilo que estava previsto para quatro anos. Isto não acontece em lado nenhum, não acontece nas Juntas de Freguesia, não acontece nas Câmaras Municipais e não acontece no Governo, não acontece em lado nenhum.

Os mandatos são de quatro anos, os balanços devem ser feitos de quatro em quatro anos. Não devemos antecipar nem ter prognósticos que possam ser precipitados e se chegarmos à conclusão, e eu espero que nenhum de nós chegue a essa conclusão, mas se chegarmos à conclusão que algum dos compromissos eleitorais discutidos em 2021 e sufragados em 2021 possa não ter sido, ou possa não ser, hipoteticamente, cumprido até 2025, há de ser muito relevante e muito importante percebermos porquê, há de ser muito importante percebermos, já agora, já que estamos a falar de um novo Governo, desta mudança positiva, percebermos qual foi a dinâmica de relacionamento da Câmara Municipal com os membros do Governo até dia 10 de março e qual foi ou passou a ser a

dinâmica de relacionamento com o Governo a partir de dia 10 de março. Eu espero que as coisas corram bem, eu espero que os objetivos sejam todos alcançados e eu espero que o PSD se congratule por isso também, mas há uma coisa que eu posso desde já assegurar, nunca me aconteceu enviar três mails a um membro do Governo e não obter resposta. Ainda assim, sou suficientemente tolerante para compreender que possa precisar de tempo para aceitar que não tenha ninguém no seu gabinete que possa dar uma simples resposta a um email dizendo atempadamente daremos nota desse assunto. Vamos dar tempo ao tempo, temos aqui mais um ano e meio de mandato autárquico pela frente e vamos ter tempo de perceber se este é um episódio esporádico ou se é mesmo só a infelicidade e azar de início do mandato.

Mais uma resposta ao Deputado Filipe Silva em relação ao processo do polidesportivo de Lanhoso. A Câmara Municipal, nos últimos meses, o que tem feito para além de acompanhar o processo e de tentar perceber se, de facto, existe vontade e iniciativa por parte da Junta de Freguesia para esclarecer melhor as pessoas e para esclarecer melhor a Câmara Municipal. Foi no dia 18 de dezembro solicitar esclarecimentos, isso foi solicitado na Assembleia Municipal e a Câmara Municipal também no dia 01 de fevereiro, solicitamos por email esclarecimentos à Junta de Freguesia. Faltou dizer isso ao representante da Junta de Freguesia que veio a este púlpito e esta semana mesmo, dia 24 de abril, reformulámos esse pedido de esclarecimento, porque não obtivemos resposta. Aquilo que estranho, com todo o respeito e com toda a franqueza, aquilo que estranho é que o mesmo representante da Junta de Freguesia de Lanhoso que veio a este púlpito na última Assembleia Municipal, dizer que tudo tinha esclarecido, tenha vindo hoje afinal acrescentar informação quando estava tudo esclarecido na última Assembleia Municipal, teria sido útil que a informação que prestou aqui hoje tivesse sido prestada em resposta aos mails que recebeu no dia 01 de fevereiro e no dia 24 de abril, porque aí a Câmara Municipal poderia, por exemplo, ter condições para lhe responder relativamente a este relatório que refere, refere que existe um relatório que foi elaborado pelos serviços da Câmara Municipal ano passado. eu vou diligenciar a partir deste momento, a partir deste momento, no sentido de perceber o que consta desse relatório e a utilidade pode ter em relação a este processo. Foi pena que não tivesse partilhado isso connosco mais cedo, mas ainda assim, espero que ainda tenha vindo a tempo. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Carvalho.

Interveio o deputado Luís Carvalho, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente de Câmara, eu aquilo que disse em relação aos compromissos eleitorais e a intervenção está gravada, é que não caia na tentação, porque ainda na

última Assembleia Municipal, e também está gravada, você o Senhor Presidente referiu e aquilo que irá acontecer no próximo dia 10 de março pode interferir, e depois eu notei que não quis concretizar, mas isso está gravado, e isso é cair na tentação, portanto, eu volto a reiterar, não caia na tentação sobre a falta de resposta é normal, o ministro deve estar a ambientar ainda ao trabalho, eu não tenho nenhuma informação privilegiada, ele deve estar a demorar tanto tempo a responder, porque ainda deve estar à procura do processo, certamente e quando o encontrar irá responder-lhe.

Sobre a questão dos sms's, Senhor Filipe Silva dizer-lhe que em primeiro lugar engana-se quando diz que eu estava na liderança do partido, não estava. Ah, então peço desculpa, sim era secretário. Mas sobre esse processo dos SMS's dizer-lhe que está no Ministério Público e tanto você líder parlamentar do PS, como eu Presidente do PSD, queremos esclarecimentos, é só isso que eu lhe digo e que se faça justiça, só isso que eu digo, não tenho mais nada a dizer. Dizer ao senhor Filipe Silva que a sua postura de estar constantemente a acusar-me de imaturidade e irresponsabilidade, a dizer que eu não cresci, sinceramente, acho que não é por aí o caminho. Quando eu lhe faço questões, você deve também responder e quando eu lhe disse para falar do trabalho e perguntar sobre o trabalho que não tem sido feito, o que é que o senhor traz para aqui para o debate? Assuntos profissionais, assuntos pessoais de uma empresa e acho que isso não dignifica esta Assembleia Municipal e não é do interesse e dos povoenses, certamente. Obrigado."

Seguidamente o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, ainda na resposta da Câmara Municipal, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara.

Interveio o Presidente da Câmara Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Há mensagens subliminares que eu não deixo passar em claro, por muito que algumas pessoas da bancada do PSD gostem de rir, quando alguns comentários são feitos. Eu não acho piada a coisas sérias e, portanto, quando diz que o senhor ministro estará à procura do processo e algumas pessoas se riem, provavelmente, essas pessoas não terão assistido a tudo aquilo que foi o trabalho desenvolvido relativamente à via circular urbana nos últimos dois anos e meio, essa pequena chacota que gostam de fazer e essa pequena insinuação de que alguma coisa possa não estar suficientemente decidido ou assumido. Os compromissos são claros, mas mais do que ser claros, são públicos, são públicos e a última demonstração desse compromisso público foi a assunção por parte das Infraestruturas de Portugal no seu plano plurianual do valor necessário para que a Via circular na Póvoa de Lanhoso seja uma realidade, isso é um documento público, portanto, eu agradecia e peço desculpa pelo tom, mas, às vezes, quando sabe, quando tentam minorizar o nosso trabalho, e o nosso esforço e a nossa dedicação à causa pública, isso mexe connosco, da mesma forma que os senhores Presidentes de Junta,

certamente, também não gostam de sentir que o seu trabalho é menorizado, seja por quem for, seja em que circunstância for. Com o respeito, o respeito que eu referi há bocadinho em relação aos resultados eleitorais é o mesmo respeito que temos de ter pelo trabalho das pessoas, podemos concordar ou discordar do objetivo que é traçado pelas pessoas, mas respeitar o esforço e o seu trabalho, portanto, senhor Deputado essas pequenas insinuações, se calhar, são mesmo fruto da tal imaturidade que falava à bocadinho o senhor Filipe Silva, porque uma discussão política séria e madura é uma discussão política que respeita a diferença e que não inventa factos que não insinua factos. Não há insinuações a fazer, não há nada a insinuar, o que há isso sim, há três mails a responder e haverá mais, porque eu não descansarei, enquanto o senhor Ministro, não disser com todas as letras que vai cumprir com o compromisso que existia pela anterior vigência no Ministério das Infraestruturas ou então que diga o contrário, mas que diga alguma coisa que não engane as pessoas, que diga ao que vem e há uma coisa que lhes garanto a todos e a quem nos acompanha a partir de casa. A informação que eu receber do senhor Ministro hei de a partilhar aqui na Assembleia Municipal. e depois veremos se há ou não responsabilidades a assacar e de quem são essas responsabilidades, mas lá chegaremos.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a Deputada Fátima Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Reitero uma saudação muito rápida e especial à paróquia de Fontarcada e também à União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira, na qualidade da sua Presidente por acolher mais uma Assembleia Municipal.

Pedi intervenção neste pedido de esclarecimento para entroncar na informação que o Senhor Presidente de Câmara deu há pouco, portanto, garantiu-nos que houve a assunção da Via circular urbana, no acordo plurianual das Infraestruturas de Portugal, no entanto, também é público a pasta de transição do Governo que foi lavrada em março de 2024 e a Via Circular da Póvoa de Lanhoso não consta nem como obras em fase de construção, nem como obras em fase de concurso nem ainda como obras em fase de projeto, estão elencadas nessa pasta de transição. Um conjunto muito vasto de intervenções, todas elas a concluir até final de 2025, no entanto, não encontramos lá a via circular da Póvoa de Lanhoso, também ela a concluir até final de 2025, a pergunta que lhe fazia muito concretamente, é se fazendo parte do acordo plurianual do IP e sendo a envergadura desta obra, justificando fazer parte dessa pasta de transição, qual o motivo que obsta a que a mesma conste, à semelhança de outros concelhos, nessa pasta de transição? Obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Gilberto Anjos.

Interveio o deputado Gilberto Anjos, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Sobre essa questão da via circular, precisamente um pedido de esclarecimento, prestar um esclarecimento, até, talvez uma recomendação perguntar a Câmara Municipal em relação ao projeto em relação à expectativa e o objetivo que o Partido Socialista tinha e tem, e apresentou em campanha eleitoral se se mantém efetivamente o mesmo objetivo, o mesmo foco que a Câmara Municipal tem vindo a defender em várias Assembleia Municipal. Isto porquê? Em jeito de recomendação, porque aquilo que esperamos efetivamente e aquilo que acreditamos é que a via circular será uma realidade no nosso concelho. e pedimos, e a recomendação que fazemos ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e ao seu executivo é para não beber dos maus exemplos de governação, nomeadamente governação recente, ou seja, numa promessa de um projeto tão importante para o nosso concelho da Póvoa de Lanhoso, seria fácil, se calhar, seria expectável para alguns dirigentes políticos que a Câmara Municipal não fizesse efetivamente uma via circular, mas fizesse um trilho e depois apresentaria aqui aos munícipes afinal não houve via circular, mas cumprimos com uma proposta com o projeto, fizemos um trilho, ao bom exemplo daquilo que aconteceu recentemente a nível nacional, porque quando falamos de resultados, foi aqui dito, e bem, o Partido Socialista respeita os resultados democráticos, mas as promessas também devem ser cumpridas e no que diz respeito, a essas promessas é um péssimo exemplo aquilo que aconteceu muito recentemente, no espaço de um mês em relação à AD e peço ao Senhor Presidente não pegar e não beber esse exemplo e cumprir no que diz respeito à via circular o projeto que estava estabelecido, que é um projeto muito importante e estruturante para o nosso concelho e aproveitar também o momento para lançar o desafio. Se estamos todos de acordo e se todos genuinamente queremos que a via circular seja uma realidade no nosso concelho, também seria importante e seria interessante perceber quais são as diligências se entende que as deve fazer ou se as fez o PSD local, neste momento, existe um governo liderado pelo PSD e pelo CDS, um Governo da AD e, portanto, no meu ponto de vista, acho que seria pertinente também perceber qual é o interesse que o PSD local tem à realização desse projeto. e se fez, se pretende fazer, se vai fazer diligências, de modo a garantir que esse compromisso, que não está na pasta de transição, não, por uma razão muito simples, porque é uma obra da IP, portanto, se consegue fazer uma diligência, se pretende fazer essas diligências junto do Governo para perceber se esse Governo quer cumprir com a Póvoa de Lanhoso. Muito obrigado.”

Seguidamente o Presidente da Mesa da Assembleia, António Queirós, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara, Frederico Castro, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Bom, eu tecnicamente não sei responder porque razão numa pasta de transição do Ministério não consta um protocolo estabelecido, não com o Ministério, mas com a IP, mas a lógica diz-me que se existe um acordo estabelecido entre uma instituição que é a Câmara Municipal e uma instituição detida pelo Estado que são as Infraestruturas Portugal, esse compromisso é com as Infraestruturas Portugal, portanto, é evidente que se me perguntar, mas não tem supervisão ou não tem aceitação por parte do Ministério das Infraestruturas, é natural que tenha, naturalmente, até porque, como sabe, também o Orçamento das Infraestruturas Portugal advém do Orçamento de Estado, mas é facto que o acordo estabelecido, quem vai custear a via circular é a Câmara Municipal e a IP em 85% por parte da IP e 15% por parte da Câmara Municipal e há provavelmente e digo provavelmente, porque não sei, mas há provavelmente outras obras noutros pontos do país que são custeadas pelo Ministério das Infraestruturas, sei que há muitas e não sei se são essas que referiu, mas sei que há muitas que é assim, portanto, as infraestruturas de Portugal intervêm em determinadas necessidades, o Ministério intervêm noutras necessidades, admito que possa ser isso, mas eu não tenho nenhuma informação que possa assegurar que seja assim, o que eu tenho sim, e repito, a informação que este acordo está estabelecido e faz parte do plano de atividades e orçamento da IP é um plano plurianual da IP que prevê que, durante três anos estejam vinte milhões de euros, isso está estabelecido com a IP.

Em relação ao pedido do Deputado Gilberto Anjos. No fundo, a sua questão surge eu acabei por esclarecer antes de colocar a questão, portanto, é evidente que a Câmara Municipal não vai abdicar. A Câmara Municipal não vai abdicar de forma nenhuma deste objetivo, independentemente de quem seja, de quem lidere o Governo de Portugal pode ser um governo do Partido Socialista, pode ser um Governo como é da AD, esperemos que nunca seja um Governo mais extremista do que nenhuma destas duas soluções, mas seja quem for que esteja na liderança do país, a Câmara Municipal vai manter este objetivo, se temos ou não interlocutores que estejam de acordo connosco e disponíveis para cumprir para com este objetivo, isso há de ser outra questão e a seu tempo, faremos esse balanço, o que eu espero, mas espero mesmo, e espero que seja aquilo que todos desejam, já agora, é que, independentemente de quem esteja no Governo, que o objetivo seja cumprido porque aquilo que interessa não é quem está no Governo a cumprir o objetivo com a Câmara Municipal. Aquilo que interessa é que esta obra seja executada e seja útil aos habitantes do concelho da Póvoa de Lanhoso. Isso é que interessa mesmo e já agora, independentemente de quem esteja no Governo, eu de quem esteja na Câmara Municipal, todos nós reconhecemos, penso eu, de forma genuína, penso eu que esta obra é necessária para o Concelho, não interessa quem seja, pouco importa quem esteja no Ministério das Infraestruturas, quem seja Primeiro-

Ministro, ou quem seja até Presidente de Câmara, pouco importa. O que importa é que daqui a algum tempo, espero eu daqui a cerca de dois anos que esta obra exista, portanto, e também deixar muito claro que se o ritmo de trabalho, de relacionamento e se o cronograma que está definido que tem sido cumprido, se continuar a ser cumprido, esta obra vai ser uma realidade e aquilo que eu mais desejo, enquanto Presidente de Câmara, desejo muitas coisas, desejo muitas coisas para a Póvoa de Lanhoso, temos muitos objetivos, temos todo um programa eleitoral, se me perguntarem qual é a obra que eu mais desejo como Presidente de Câmara, é esta. É esta obra que eu mais desejo e espero que ela seja uma realidade, se ela hipoteticamente, não for uma realidade há de ter uma razão de ser e cá estaremos para discutir tudo isso, eu espero é que nós não cheguemos a essa parte da discussão. É isso que eu espero genuinamente que nós não cheguemos a essa parte da discussão, porque quem perda depois não vão ser os partidos, nem as bancadas, nem os executivos, quem perde é a Póvoa de Lanhoso, e ninguém quer que a Póvoa de Lanhoso perca, portanto, já agora senhor Deputado, que foi candidato também é Deputado, num belíssimo lugar, em décimo sétimo lugar, dizer-lhe que, provavelmente, a relação que tem com as pessoas que hoje ocupam funções no Governo, talvez o coloque numa posição de poder, ao contrário do que fez até agora contribuir para que essas pessoas estejam sensibilizadas para que essa realidade no nosso concelho passe a ser uma realidade factual e para que essa obra exista e não o ouvi dizer nada disso naquele púlpito, ouvi foi questionar pôr em causa, duvidar se o dossier existe ou se não existe, se o Ministro está à procura de um dossier que existe ou que não existe. Eu acho que nós às vezes, eu sei que e é uma autocrítica, se quiser, eu sei que nós às vezes temos a tentação de olharmos muito às questões do partido e às questões da tática, da estratégia política. Há momentos para isso há horas para isso, há momentos para isso, há processos eleitorais de quatro em quatro anos, temos eleições autárquicas ou legislativas, ou outros processos eleitorais, há de facto, momentos para isso e cada um puxa a brasa à sua sardinha, e tudo muito bem. Mas há momentos e objetivos que estão muito acima dos interesses dos partidos, muito acima, muito, muito acima. E este objetivo, esta obra, a importância que tem para a Póvoa de Lanhoso, na minha opinião, está a anos-luz acima de qualquer pequena trica partidária que possam entender que faça sentido ou que tenha piada, não tem piada nenhuma, aquilo que eu acho que é mesmo interessante, é que nós consigamos daqui a um ano e meio, dois anos verificarmos que com uma Câmara do Partido Socialista e com um Governo, se calhar da AD temos uma obra que serve o concelho da Póvoa de Lanhoso, se fosse o contrário, estava muito bem igual o importante é que essa obra exista e que seja executada e por falta de empenho, dedicação e de esforço da Câmara Municipal, isso não há de faltar, certamente espero, mas espero mesmo que quem está neste momento, com funções governativas que não dê de barato esta questão e que não menorize a importância que tem esta obra para o nosso concelho, porque quem fica a perder, não sou eu, nem somos

nós que estamos nesta, também somos, também somos munícipes, mas quem fica a perder é a Póvoa de Lanhoso como um todo. Eu desejo mesmo que isso não aconteça.

Em seguida o Presidente da Mesa da Assembleia, António Queirós, terminado o período antes da ordem do dia, deu início ao período de intervenções de Presidentes de junta, tendo concedido a palavra à Presidente da União de Freguesias de Fontarcada e Oliveira, Clarisse Vieira.

Interveio a Presidente da União de Freguesias de Fontarcada e Oliveira, Clarisse Vieira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Em primeiro lugar, gostaria de enaltecer a iniciativa de descentralização das Assembleias Municipais. Acredito que esta medida em conjunto com a transmissão online tem contribuído, sem dúvida, para um maior envolvimento e esclarecimento dos povoenses. Parabéns, Senhor Presidente, de seguida, dar as boas-vindas ao executivo da Câmara Municipal, a todas e a todos os Deputados que compõem a Assembleia e um cumprimento especial aos meus e minhas colegas, Presidentes de junta ou aos seus representantes. O nosso papel não é fácil, somos aqueles que estão mais perto da população e que lida com os anseios e solicitações constantes, apesar de todas as ações, obras, serviços que nós fazamos, temos de lidar com a permanente insatisfação, mas confesso que, tal como Marie Curie, eu não vejo o que está feito, eu somente vejo o que ainda precisa ser feito, daí compreender os anseios de todos os fontarcadenses e oliveirenses. Acredito que todos os Presidentes de junta, juntamente com os seus executivos, que tentem sempre fazer o melhor pelas suas freguesias ao União de Freguesias e, por isso, aproveito para os felicitar pela coragem que, nos termos atuais, de abraçarem este desafio, que é um desafio constante.

Permitam-me também aproveitar esta oportunidade para agradecer a todos os Presidentes de junta e seus executivos que, pós 25 de abril serviram a freguesia de Fontarcada, a freguesia de Oliveira e a União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira. Destaco assim o nome dos Presidentes, Ilídio Alves, Manuel Gago, César Malainho, Aurélio Machado, João António Vieira, José Rego Baptista, João Oliveira, Paulo Gado e António Pereira. E como estamos a comemorar 50 anos do 25 de Abril, deixo uma pequena reflexão, 48 anos de ditadura, 50 anos de liberdade nos tempos que correm, sinto que muito ainda falta por cumprir. Por isso, como disse, o saudoso Jorge Sampaio nunca desista de procurar soluções. Ele acreditava convictamente, tal como eu acredito que a democracia é um regime de soluções conversadas, sendo que estas conversas devem ser tranquilas, sem autoritarismo e arrogância e com um objetivo comum, os outros e não o eu e volto a citar Marie Curie, a humanidade certamente necessita de homens práticos, que obtêm o máximo do seu trabalho e sem esquecer o bem geral, resguardam os seus próprios interesses, contudo, a humanidade necessita também dos

sonhadores para quem o desenvolvimento desinteressado do empreendimento é tão cativante que lhes torna impossível guardar dos seus próprios interesses materiais. Assim, espero que o 25 de Abril não seja apenas uma data que esteja vivo todos os dias nas nossas ações, e termino com uma parte do poema da Pedra Filosofal de António Gedeão. Eles não sabem nem sonham que o sonho comanda a vida, e sempre que um homem sonha, o mundo pula e avança como uma bola colorida entre as mãos de uma criança.”

Depois o Presidente da Mesa da Assembleia, António Queirós, concedeu a palavra ao representante da Junta de Freguesia de Lanhoso, Carlos Machado.

Interveio o representante da Junta de Freguesia de Lanhoso, Carlos Machado, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente da Câmara, se há aqui alguém que não está a passar informação são os serviços da Câmara Municipal à junta. O email de 01 de fevereiro, que os serviços nos pediram tiveram a resposta da junta de freguesia no dia 08 de fevereiro de 2024, às 21h34. Posso-lhe deixar ficar este email com o Senhor Presidente, se quiser. Não respondemos ao de 24 de abril, porque íamos responder hoje. Podia não ter chegado lá, mas ele está aqui o email, eu deixo-lhe ficar isto. Em relação ao relatório. Não o dissemos mais cedo, porque só tivemos conhecimento dele no dia 12 de março. Nós junta. mas os serviços da Câmara Municipal têm conhecimento dele, o relatório feito pelo senhor Jaime Fernandes foi enviado de segunda-feira 26 de junho de 2023, para o Senhor Presidente Fernando Carlos Ribeiro, nós já somos todos crescidos e acho que este assunto não se resolve com emails para trás e emails para a frente é preciso mais palavras e é preciso ações, jogo que ficou aqui claro que a responsabilidade do Ringue é de Junta de Freguesia de Lanhoso, O ringue, tem uma área de cinco mil duzentos e sessenta metros quadrados. É nosso compromisso, com os lanhosenses requalificar esse espaço temos ideias, temos projeto, temos uma equipa de voluntários e moradores disponíveis para ajudar. Já perdemos um ano, não vamos desperdiçar outro. Queremos um espaço para as crianças, para os pais, para os avós, no local mais belo do concelho, contemplando o nosso Castelo, Castelo de Lanhoso, Senhor Presidente, seja parte da solução com coragem e determinação, tudo faremos por uma freguesia melhor. Muito obrigado.”

Terminado o período de intervenção dos Presidentes de junta, o Presidente da Mesa da Assembleia, António Queirós Pereira, iniciou o período da ordem do dia, passando, de imediato, ao ponto um da ordem de trabalhos. **Ponto Um: Análise da atividade do município e sua situação financeira, conforme disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.**

E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o Vereador, Ricardo Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Este ponto diz respeito ao período em causa de três meses de atividade, já que a anterior sessão ordinária do presente mandato decorreu no passado dia 23 de fevereiro. No que diz respeito à educação, serviços sociais e saúde ancorados nos princípios da cidade educadora e do projeto educativo local, continuamos comprometidos com o desenvolvimento harmonioso da nossa comunidade e dos nossos alunos e alunas, criando condições para que possam ter uma educação de qualidade. Assim, relativamente ao ano letivo 2023/2024 foram entregues bolsas de estudo a 76 estudantes do ensino secundário e 154 do ensino superior com uma cerimónia realizada em 24 de fevereiro, que contou com a presença e experiências partilhadas por empreendedores locais, num investimento de 138.150,00€ (cento e trinta e oito cento e cinquenta euros). No dia 12 de março, 24 famílias receberam apoio financeiro para cobrir custos de creches para crianças até três anos, refletindo um investimento de cerca de 13.000,00€ (treze mil euros). Relativamente a novos projetos desenvolvidos nas escolas, destacamos o "Devagar se vai ao longe" que visa a promoção de competências socio-emocionais nas crianças, que está a ser implementado em duas escolas do concelho, pelos serviços da educação da autarquia e o projeto-piloto em luta contra o desperdício alimentar na Escola Básica António Lopes que visa melhorar a nutrição, e reduzir o desperdício alimentar. também com o objetivo de promover hábitos de alimentação saudável, continuamos a implementar a distribuição de leite e de fruta nas escolas, sendo que os serviços de educação promovem também a supervisão que visa a melhoria contínua dos serviços de refeição. Neste período, destacamos a submissão da candidatura da reabilitação da Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso, no valor de nove milhões de euros.

Ao nível da inclusão e empregabilidade destacamos o programa "Viver Mais". focado na integração laboral e desenvolvimento de competências com 21 candidatos integrados em diversas instituições de educação e comunitárias. A Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso apresentou o Plano de Ação do Núcleo Local de Inserção para 2024, com destaque para o Roteiro Social pelas freguesias, visando aproximar os técnicos e as famílias necessitadas de apoio. Houve reuniões com entidades parceiras e uma sessão de mindfulness para o bem-estar com os elementos do NLI, o serviço de atendimento e acompanhamento social continua a monitorizar o rendimento Social de inserção. e oferece apoio psicológico às famílias em acompanhamento social. Além disso, foram realizadas várias análises e atribuições de apoio, incluindo apoio ao medicamento, ao empréstimo, tarifário social e ao arrendamento. A Eco loja social continua a fornecer apoio alimentar e vestuário a cerca de 60 famílias do concelho, projeto como o Copa e o ponto de fuga que visam promover a saúde e o bem-estar mental estão a ser

implementados com resultados muito positivos para os idosos. Foram realizadas várias atividades nos centros de convívio, incluindo programas de saúde física e participação em eventos locais. Destacamos nesse aspeto a celebração do dia da mulher, o Dia Mundial da Atividade física, a elaboração e a abertura da exposição dos Arcos de Páscoa. De realçar também a estreia pública do Grupo de Cantares, o cancioneiro minhoto nas Festas de São José que surgiu no seio dos centros de convívio e que integra já cerca de sete dezenas de pessoas.

No campo da habitação o município também está envolvido na implementação do primeiro direito, programa de apoio ao acesso à habitação e, nesse âmbito, várias candidaturas foram submetidas para intervenções em habitações e construção de novas habitações para pessoas em condições indignas ou de sobrelotação. Além de quarenta e sete candidaturas de beneficiários diretos, foram submetidas as candidaturas para a construção de 38 habitações no Bobeiro Fontarcada e 26 em Monsul alguém das que preveem a requalificação das habitações dos bairros de Oliveira e de Garfe. Apoiamos também as Uniões de freguesia de Fonte Arcada e Oliveira e de Esperança e Brunhais nos seus processos, bem como a Junta de Freguesia de Covelas. Foi ainda submetida a revisão da estratégia local de habitação. Estes processos estão todos em análise por parte do IHRU Ao nível do programa 360 que prevê melhoradas as acessibilidades nas habitações, estão a decorrer as obras em sete habitações de diferentes freguesias, estas estarão concluídas no próximo mês, foi elaborado e divulgado o programa brincar em família e dada continuidade à realização do programa de formação parental, mais família mais jovem através do gabinete de apoio à parentalidade do município.

Na área da saúde foram realizadas ações de manutenção e melhoria nas instalações do Centro de Saúde, além da implementação de um gabinete de pedologia. o município também continua envolvido nas iniciativas da rede portuguesa de Municípios Saudáveis. A rede social através do CLAS deu continuidade ao seu trabalho de articulação e de divulgação de novos projetos, e emissões de pareceres. O Gabinete de apoio ao Cuidador Informal recebeu reconhecimento pela sua atuação e possui grupos de ajuda mútua em funcionamento. Através do SIGO foram realizados atendimentos a vítimas de violência doméstica e atividades de sensibilização no âmbito do projeto desenvolvido com crianças do pré-escolar. O dia Municipal para a Igualdade foi celebrado com várias iniciativas incluindo a entrega de declarações de participação em ações de capacitação e visitas aos monumentos que integram a rede de monumentos inclusivos. O município está envolvido em projetos de igualdade de género e oportunidades como prémio Capitais europeias da inclusão e diversidade e a rede de autarquias para a igualdade. Estas iniciativas refletem um compromisso contínuo do município em promover a educação inclusiva, o apoio social e a melhoria contínua das condições de ensino e das infraestruturas e equipamentos da educação.

No que diz respeito à juventude no período em análise, o apoio ao desporto em vários níveis continuou a ser uma prioridade com um investimento significativo do município.

Esse abrangeu diversas associações e coletividades desportivas do concelho, totalizando cerca de 185 mil euros. Além disso, foram estabelecidos protocolos com as associações de futebol e de basquetebol de Braga para cobrir despesas como seguros e taxa jogos, cerca de 760 atletas foram apanhados em diferentes modalidades, incluindo futebol, basquetebol, triatlo, pesca, tiro ao alvo, artes marciais e columbofilia. Além do apoio financeiro, foram realizados investimentos significativos na manutenção dos campos de futebol, espaços desportivos e outras despesas, totalizando aproximadamente 200 mil euros. A comunidade também foi lembrada da disponibilidade de infraestruturas desportivas como o campo de jogos de Padel, na escola básica Gonçalo Sampaio. Houve destaque para eventos desportivos como a prova de tiro aos pratos e a conquista do Campeonato Nacional de Duetlo Cross, por um atleta de um clube local. No âmbito do associativismo juvenil ocorreu uma ação de sensibilização para uma cidadania ativa promovida pela Federação de Associações Juvenis do distrito de Braga, com o apoio do município. Também foi lançado um inquérito destinado a jovens entre 12 e 30 anos para promover iniciativas alinhadas com as suas expectativas. O programa Juventude em Movimento continua a integrar jovens em várias áreas municipais e entidades parceiras. Enquanto o programa férias ativas, proporcionou atividades para crianças e jovens durante o período da Páscoa. Ainda na área da juventude, o espaço jovem foi palco de várias dinâmicas, destacando-se as que integram o programa de Festas de São José como o torneio de xadrez e o festival jovem, que mobilizam multidão de participantes.

No que respeita à coesão territorial, durante o período analisado com a descentralização das atividades municipais continuou, com destaque para a realização das reuniões de câmara na sede da junta de Freguesia de Covelas e de Louredo. No que diz respeito às intervenções em espaços públicos, uma ampla gama de ações foi realizada, incluindo limpeza e manutenção de espaços verdes, reparos em infraestruturas municipais e pavimentação de várias ruas e travessas em diferentes freguesias. Destacamos as diferentes pavimentações e as marcações de espaços no campo da feira.

A nível do alargamento da rede de água e saneamento, continuamos com ações em diferentes freguesias, prosseguindo o objetivo de obter uma cobertura total da rede de água e de alargar significativamente a rede de saneamento. No que diz respeito ao ambiente, no campo ambiental, foram delineados planos para lidar com as alterações climáticas, incluindo a elaboração do Plano Municipal de Ação Climática. A implementação do projeto de recolha seletiva de bio resíduos em várias freguesias. Houve também uma preocupação em lidar com questões relacionadas com o mau odor proveniente do aterro da Serra de Carvalho, com a realização de reuniões e discussões com as autoridades relevantes.

No passado dia 17 de abril foi promovida uma reunião com o Conselho de Administração e com o diretor-geral da Braval, onde participaram, além do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a GNR, nomeadamente o Comandante do Destacamento Territorial e o representante do SEPNA. Desta resultaram compromissos, delineados em

dois cenários que visam ultrapassar os problemas identificados. Destacamos ainda na área do ambiente, as atividades realizadas ao nível do centro de interpretação do Carvalho de Calvos, nomeadamente da comemoração do dia da Árvore. No que diz respeito à mobilidade, foram promovidas medidas para melhorar o transporte público e foram realizados trabalhos de conservação em estradas locais. Neste aspeto, destacamos as medidas: transporte a pedido, passes gratuitos para pessoas com modalidades condicionada e o passe sénior com um valor reduzido de 10,05€ (dez euros e cinco cêntimos).

A proteção Civil destacou-se com a realização da segunda Semana Municipal da Proteção Civil, que incluiu várias ações de sensibilização e preparação para emergências. Destacamos a visita de 70 crianças do Clube de Proteção Civil do Agrupamento de Escolas Gonçalo Sampaio à sede da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção, a realização do teatro humorístico de Proteção Civil, "Queima dos Queimados", do seminário a Segurança Rodoviária e a Proteção Civil, bem como a exposição de meios na praça Eng.º Armando Rodrigues. Ainda no âmbito da Proteção Civil e do gabinete técnico florestal, foram realizados trabalhos de gestão de combustíveis em conjunto com a Brigada de Sapadores Florestais da Comunidade Intermunicipal do Ave e ações de reflorestação do Monte de São Mamede para prevenir incêndios florestais. Esta ação contou com os centros de convívio, programa Eco Escolas da EPAVE e crianças da Santa Casa Misericórdia.

Em suma, durante este período, o município demonstrou um compromisso contínuo com a melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos, através de uma variedade de iniciativas em diferentes áreas, desde a manutenção de infraestruturas até à proteção ambiental e à promoção da segurança pública.

No que diz respeito ao ordenamento e desenvolvimento económico, no período analisado, a autarquia enfrentou desafios na realização de processos através da plataforma BUPI, reportando os erros à entidade responsável. Em relação à segunda revisão do Plano Diretor Municipal, salienta-se a elaboração do regulamento do PDM de revisão da Reserva Ecológica Nacional e a atualização dos cadastros da rede de água e saneamento. Além do atendimento ao público para esclarecimento sobre o processo inerente à sua revisão, O projeto da via circular urbana está em andamento, com ajustes para atender às indicações da APA Em relação a empresas e emprego. Estão a ser preparadas as candidaturas para incubar ideias de negócio na StartUp Leira e o gabinete de apoio da empregabilidade realizou 30 atendimentos, resultando em 10 colocações desde a última Assembleia, destaca-se a visita às instalações do grupo Petrotec, prevendo-se a criação de mais postos de trabalho com a nova unidade de carregadores para veículos elétricos. Treze empresas foram também distinguidas com o estatuto PME líder 2023, demonstrando a força do tecido empresarial local.

No âmbito das atividades económicas, foram realizados eventos como o mercado PVL e os fins de semana gastronómicos. No que diz respeito à atratividade do concelho, foram

promovidas atividades culturais, como exposições, espetáculos de teatro e música, bem como, caminhadas além de iniciativas ligadas à programação da Casa do Livro, do Theatro Club com realce para a XIX edição do Concurso Nacional de Teatro que este ano teve um sabor especial motivado pela participação do grupo Cénico Povoense, que arrecadou dois prémios, bem como, a celebração do Dia Mundial de Teatro, com a apresentação de "Os Silvas" De destacar, também, a estreia minhota da opereta Maria da Fonte. Dezenas de povoenses puderam assistir à recita no dia 06 de abril em Fafe, no dia 07 de abril, uma iniciativa denominada "Conversas sobre a opereta Maria da Fonte" trouxe à Póvoa de Lanhoso a possibilidade de conhecermos o processo da construção do espetáculo, onde houve também a oportunidade de assistir a interpretações dos principais momentos. Integrada no programa das festas de São José, destacamos a exposição, São José em Tela do artista Povoense Domingos Silva bem como a assinatura do protocolo para a criação do caminho português de Santiago de Leon de Rosmithal com onze municípios, o Turismo do Porto e Norte e a Federação Portuguesa do Caminho de Santiago, ainda no âmbito cultural, formalizamos os protocolos com as bandas de musica, os ranchos folclóricos e a heroína teatral grupo cénico Povoense, demos início ao programa de caminhadas com a realização da caminhada de São José que, e no dia 09 de abril, em parceria com a Comissão dos Antigos Combatentes de Guerra da Póvoa de Lanhoso, homenageamos os soldados povoenses que lutaram na guerra do Ultramar. As comemorações dos 50 anos do 25 de Abril tiveram momentos significativos no mês em que nos encontramos no dia 18 de abril, com a iniciativa ler a liberdade e nos dias 22, 23 e 24 com um vasto programa liberdades do Agrupamento de Escolas Gonçalo Sampaio. Em março, o destaque vai para o programa das Festas de São José que mobilizou os diferentes agentes culturais da Póvoa de Lanhoso e contemplou momentos de grande mobilização de público com outros artistas convidados, as provas desportivas, o folclore, o fogo de artifício, o cortejo histórico em parceria com as juntas de freguesia e a majestosa procissão em Honra de São José, integraram no cartaz das festas que deram à vila um novo colorido, possibilitar momentos especiais aos residentes e a quem nos visita. Ainda ao nível da atratividade e divulgação do concelho, e da afirmação da Marca Póvoa de Lanhoso destacamos a participação na Bolsa de Turismo de Lisboa e na Agro em Braga. Na transição digital e modernização administrativa destaca-se a possibilidade de submissão de pedidos online na área do urbanismo, em conformidade com o RJUE. Houve formação especializada para os técnicos municipais e a criação de uma bolsa de prestadores de serviço para agilizar os processos.

No que diz respeito aos recursos humanos, foram promovidas ações de valorização profissional e preocupações com o bem-estar dos funcionários, incluindo visitas presenciais aos postos de trabalho pela equipa de medicina no trabalho no período de interrupção letiva da Páscoa foi promovida formação intitulada Necessidades Educativas Especiais com acompanhamento e dinâmicas pedagógicas destinadas às assistentes operacionais, dos agrupamentos de escolas. Notas finais para destacar a programação

para assinalar a Páscoa, nomeadamente o levantamento do Arco nos Paços do Concelho, a exposição dos Arcos dos centros de convívio no Jardim António Lopes, a receção das Cruzes no Domingo de Páscoa, bem como, o fantástico concerto da Banda de música dos Bombeiros voluntários, no Mosteiro de Porto D'Ave "Paixão de Cristo".

De destacar ainda a concretização das atividades que integram o programa de comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, este mês com especial atenção para as atividades concretizadas nas escolas, com o envolvimento de toda a comunidade escolar e para a programação do dia 25 de Abril que, além da sessão evocativa, contemplou a inauguração da recriação do monumento ao 25 de Abril e do primeiro Parque Infantil Inclusivo e ainda a iniciativa musical denominada "Aromas de Abril". Destacamos ainda as exposições, livro proibido na Casa do livro, o 25 de Abril de Alfredo Cunha nos Paços do Concelho e Confidências do Estado Novo, na galeria do Theatro Club.

Finalmente nota para a informação financeira, a execução da receita, portanto, execução orçamental da receita de 10.337.711,00€ (dez milhões trezentos e trinta e sete mil setecentos e onze euros) que corresponde a 32% do valor do orçamento e valores a receber, participações comunitárias, 561.029,00€ (quinhentos e sessenta e um mil e vinte e nove euros), outras receitas, 920.213,00€ (novecentos e vinte mil duzentos e treze euros), fazendo um total de 1.481.242,00€ (um milhão quatrocentos e oitenta e um mil duzentos e quarenta e dois euros), na execução da despesa, o total da dívida orçamental é de 6.552.390,00€ (seis milhões quinhentos e cinquenta e dois trezentos e noventa euros), não havendo até ao 31 de março, pagamentos em atraso. A execução orçamental da despesa paga é de 5.313.470,00€ (cinco milhões trezentos e treze mil quatrocentos e setenta euros), correspondente a 16% do valor do orçamento. Muito obrigado."

Em seguida, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Deputado do GP do CDS, Pedro Afonso.

Interveio o Deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

"Relativamente à atividade do município que o CDS-PP vê na sua generalidade, ser desenvolvida de forma positiva nas mais diversas áreas de atuação do município, importa questionar sobre o que mais devagar tem vindo a ser implementado ou desenvolvido.

Assim, Senhor Presidente, uma vez que aqui nos disse na última ou na penúltima Assembleia que seria expectável termos o processo de revisão do PDM em discussão pública até ao final do primeiro trimestre deste ano, PDM, cuja ausência de revisão, como sabe, tem vindo a causar inúmeros constrangimentos ao desenvolvimento económico da Póvoa de Lanhoso. A questão que lhe coloco é, para quando a apresentação da proposta final, já temos algumas certezas nesta matéria?

Passando agora à questão da Braval, que já foi aqui abordada, e aproveitando para elucidar também os povoenses da recente reunião entre o Conselho de Administração, Executivo Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana, na qual ficamos inteirados da ação de fiscalização à Braval por parte da CCDR-N e onde tivemos conhecimento de, e passo a citar - factos passíveis de constituírem ilícitos de mera ordenação social - o que muito nos espantou do referido relatório da própria reunião. duas conclusões imediatas podem ser retiradas, uma a Braval não só desenvolve alguma atividade sem atender a disposições legais, ou demais, exigências normativas como também, quando confrontada nos diz que pouco há a fazer, que é como quem diz aguentem que passa rápido, pois bem, Senhor Presidente, não acha que em relação à Braval já andamos há tempo a mais com demasiada tolerância e pouca ação? Não estará finalmente, na altura do município tomar outras medidas, recorrendo a todos os instrumentos previstos na lei para o efeito? Mais uma vez lhe relembramos, o Verão está à porta e perguntamos como vai o executivo justificar-se e também a esta Assembleia e aos povoenses se a situação se agravar, o que sinceramente, esperamos que não venha a acontecer. Quanto tempo mais terá de decorrer para as regras passarem finalmente a ser cumpridas e a saúde pública ser acautelada?

Para terminar, Senhor Presidente, a Via circular urbana, questiono se o maior desígnio do presente mandato autárquico em termos de infraestruturas não merece maior contextualização no relatório de atividade municipal do que umas três meras linhas de texto?

Pergunto-lhe aqui então, se agora que o processo está mais avançado, a estimativa orçamental, se mantém no último valor que me indicou, dezoito milhões de euros ou se o mesmo já terá eventualmente sido revista em alta? Pergunto-lhe ainda como está a desenvolver o processo de expropriações? Já sabemos, já aqui foi dito pelo Senhor Presidente, que é da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal, mas com certeza que o executivo terá feedback atualizado da mesma entidade que nos possa aqui dar a conhecer. Para terminar, relembro uma vez mais a urgência, Senhor Presidente, da revisão do regulamento de taxas, que tarda em ver a luz do dia. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós, concedeu a palavra ao Deputado do GP do PS, Miguel Pereira.

Interveio o Deputado Miguel Pereira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Permitam-me apenas que façam um ponto prévio, gostaria de em meu nome expressar ao Senhor Presidente a minha profunda gratidão quanto a todos os que contribuíram para a realização da cerimónia da sessão evocativa dos 50 anos do 25 de Abril. Foi uma cerimónia digna, emocionante e de significativo valor para a nossa comunidade, onde

celebramos os valores da Liberdade, democracia e justiça que são tão fundamentais para a nossa sociedade, que possamos continuar a trabalhar juntos em prol de uma sociedade mais justa, inclusiva e solidária inspirados pelos exemplos daqueles que vieram antes de nós. Que o espírito do 25 de Abril permaneça vivo, sempre.

E entrando agora propriamente no ponto, desde que tomaram posse, o executivo tem vindo a trabalhar arduamente para promover o desenvolvimento local, melhorar a qualidade de vida da nossa comunidade, garantir um futuro próspero para todos, com qualidade de vida. Podemos, por assim dizer que o nosso município, é um município amigo da educação do ambiente, do desporto e do turismo.

É política e comprometimento do vosso executivo, oferecer uma educação de qualidade para todos os nossos alunos, desde a primeira infância até à idade adulta, como, por exemplo, os investimentos das infraestruturas escolares, por forma a proporcionar um ambiente favorável à formação educacional para cada aluno que possa alcançar o seu potencial máximo, mas que me chamou de veras a atenção foi a aposta de vossas excelências na importância que atribuem ao desporto para a promoção da saúde e integração social e desenvolvimento pessoal. É perceptível a vossa aposta nos programas de incentivo à prática desportiva e apoio a atletas locais. Senhor Presidente, por forma a termos uma noção mais real do que está explanado neste documento, consegue elucidar esta assembleia das entidades que apoiam? Quantos atletas estão abrangidos, de que valores falámos?

Estas são apenas algumas das atividades e iniciativas em andamento no nosso município. Fazemos votos de que continuem a trabalhar incansavelmente para fazer do nosso concelho um lugar melhor para viver, trabalhar e prosperar.”

Em seguida, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Luís Carvalho.

Interveio o deputado Luís Carvalho, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu quero começar esta minha intervenção por felicitar a excelente prestação, do atleta do Grupo Desportivo da Goma, Nelson Gomes que se sagrou campeão nacional absoluto de duatlo cross ao vencer no passado dia 25 de fevereiro, o primeiro do duatlo cross na Raia Ibérica. Parabéns ao Nelson Gomes e continuação de muitos sucessos desportivos. Dar também os parabéns ao grupo Cénico Povoense pelos dois prémios conquistados no âmbito do teatro.

Sobre a atividade do município, o PSD está inteirado, valorizar as atividades feitas nas mais diversas áreas, especialmente na ação social e cultura, que são áreas que vêm a fazer um trabalho de também de alguma continuidade daquilo que já era feito no passado, e naturalmente, melhoria em muitos aspetos e, portanto, queremos deixar aqui uma nota de valorização para este trabalho feito nestas, em todas as áreas, mas

principalmente nestas duas. Sobre as festas de São José, dizer que tivemos um programa bastante diversificado, tivemos o facto de termos o aproveitamento do anfiteatro do Pontido que é um local de excelência para a realização de espetáculos. Tivemos também bom tempo e tudo ajudou para o sucesso das festas de São José. Considero que foram um sucesso por aquilo que também fui ouvindo da população e, portanto, deixámos esta nota positiva. Só queria de deixar aqui duas notas, talvez tenha sido uma experiência, tem havido e houve que eu sei que houve a reunião com os senhores Presidentes de Junta para articulação da data do cortejo e decidiram fazer um, digamos uma semana, quase uma semana após o dia dezanove, penso que não tenha corrido tão bem essa parte, eu, na minha opinião, a data do cortejo deveria ser naquele domingo, antes do dia dezanove, se for possível fazê-lo assim como tem sido habitual, talvez tenha sido por experiência, certamente que foi por dificuldades de agenda, mas no futuro fazer o cortejo tão espaçado do dia dezanove, penso que não seja um aspeto tão positivo, se for possível, fica aqui a sugestão, é só uma sugestão.

Dar também aqui nota que o apoio às juntas de freguesia para atividades e fá-lo no concreto neste espaço temporal, ao cortejo. Eu sei que foi aumentado no início deste mandato, mas por via da inflação e de estar tudo a aumentar, deixar aqui uma possível recomendação ao executivo municipal para poder haver, porventura, uma atualização, futuramente, desta verba de apoio às juntas de freguesia.

Relativamente aos 50 anos do 25 de Abril, o programa é um programa concertado e articulado entre as comissões de honra e executiva e demais instituições concelhias. Deixar os parabéns e notas de felicitação para este programa deixar os parabéns para o dia das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril. Correu tudo bem, a sessão evocativa foi positiva, viveu-se um bom dia de liberdade e democracia, como tinha que ser. Sobre este dia 25 de Abril, apenas queria deixar uma nota, e foi mais uma informação que me fizeram chegar, que neste dia tão histórico para Portugal, os monumentos devem estar abertos e uma pessoa que tentou visitar o Castelo reportou que o Castelo neste 25 de abril estava fechado. Não sei se há alguma razão para acontecer ou não, mas naquele momento em que a pessoa foi lá estava fechado, não sei se calhou de naquele momento estar fechado ou não, mas se assim foi e se o Castelo esteve sempre fechado todo o dia, na minha opinião está mal, devia estar aberto.

Na documentação deste ponto um e aqui falando da Braval, concordo inteiramente com todas as notas já deixadas pelo Pedro Afonso. Só acho que, uma vez que o relatório da inspeção da CCDD-N que foi dado a conhecer aos líderes, acho que deveria constar também no documento do ponto um, da análise da informação deste ponto um. Por fim, falar sobre obras e investimentos, o que vem no relatório na minha opinião, e é uma opinião sincera, não são obras de investimentos estruturantes, mais uma vez, são limpeza, são manutenções, são conservações e não quero tirar nenhum valor a tudo isto que se faz, mas eu recorro-me do PS acusar os executivos municipais que fazia as obras em véspera de eleições. e Isso não é de todo verdade, porque os executivos municipais

do PSD antes executavam obra ao longo do mandato, e nós temos número sobre isso, mas eu estou à espera para ver o que vai acontecer com este executivo municipal, estamos a um ano e meio de autárquicas e certamente que as obras vão ser feitas neste período antes das eleições autárquicas, e quero ver também se o PS irá criticar ou não, aquilo que era a atitude que tinha no passado. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a Deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Vou entroncar outra vez no assunto da variante, da Via Circular, que acho que é aqui um assunto importante, e evidentemente que todos nós, e independentemente de partidos, vamos querer ser sempre parte da solução, mas para isso e entroncando também nas palavras que o senhor Deputado Pedro Afonso disse há pouco, temos de estar inteirados e três meras linhas numa análise do município, parece-me claramente insuficiente para tanto trabalho que está a ser desenvolvido, nomeadamente, até poderiam ter sido lá elencados os e-mails que foram enviados ao Governo, até para que nós possamos fazer a devida pressão junto do Governo central, também. Na última Assembleia Municipal, tive a oportunidade de partilhar cá, tinha saído no próprio dia no dia 23, a notícia relativamente à avaliação de impacto ambiental acerca da via circular urbana, apesar de já ter sido pedido logo no dia 27 de fevereiro e à distância de um clique ainda não nos foi reencaminhado o dito relatório a que a notícia fazia alusão. Referia a dita notícia que a documentação apresentada pelo município não evidencia a não existência de alternativas que impliquem a utilização de algumas áreas sensíveis, sendo este um aspeto fundamental a ter em conta na minimização dos impactos ambientais. Atendendo ao cariz técnico do relatório, ficou a autarquia de remeter a sua posição relativamente a esse documento na semana seguinte ao lançamento da notícia, também sobre essa posição, nada disso consta na análise do ponto um do município acrescentava na última Assembleia Municipal, o Senhor Presidente de Câmara, que é o parecer da Agência Portuguesa do Ambiente, não acrescenta nada que seja preocupante para o executivo e, no fundo, para todos nós nos desígnios da existência da via circular, posto isto e antes de podermos tecer mais considerações, é importante que consigamos compreender as diligências que aconteceram e quais os resultados das mesmas a que conclusão chegaram os técnicos da Agência Portuguesa do Ambiente, da Câmara Municipal e da Betar empresa responsável pela execução desse projeto, relativamente ao parecer que foi emitido pela Agência Portuguesa do Ambiente na reunião que o Senhor Presidente da Câmara Municipal na última Assembleia nos garantiu que ia existir.

Segunda pergunta, os técnicos das Infraestruturas de Portugal também foram convidados ou convocados para essa reunião? Terceira pergunta, qual foi a tomada de posição por parte do executivo relativamente a esse parecer, decorridos dois meses, desde que o mesmo foi emitido e se eventualmente, a freguesia que é a mais fustigada pela passagem desta via Circular, Lanhoso, fez parte dessa tomada de posição. Basicamente, o que se pretende saber é qual é o formato final do traçado que deixou confortável a agência portuguesa do Ambiente e que, cumulativamente, acautela os interesses do concelho da Póvoa de Lanhoso e dos Povoenses. Falei há pouco da pasta de transição do Governo, certamente todos nós recolheremos agora mais informações, tentar compreender se o acordo plurianual a que o Senhor Presidente nos referiu há pouco de vinte milhões de euros pelo período de três anos, porque é que o mesmo não consta nessa pasta de transição? A pergunta que lhe queria fazer relativamente a isto é a seguinte. Todos nós temos consciência que há um acordo de gestão que foi celebrado com a IP, mas esse acordo de gestão que foi celebrado salvo erro, no dia 9 de dezembro, já de 2022, creio, não garantia o financiamento, quer dizer isto que há um novo acordo já celebrado desses vinte milhões? Obrigada.”

Em seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Começar pelo tema da Braval, bom, ninguém na Póvoa de Lanhoso é diferente, à exceção, e trata-se de uma situação de exceção, que a Braval tem um histórico já extenso de relacionamento com o concelho, de evolução. Aliás, quando se fala da Braval na Assembleia Municipal, ouvi hoje muitas vezes o termo aterro sanitário, Não é um aterro sanitário, é um Eco parque é tecnicamente muito diferente, era um aterro sanitário quando, portanto, quase 30 anos atrás, há 27 anos atrás, um Eco parque pressupõe, entre outras coisas, a valorização de uma série de, um efeito de valorização de tudo aquilo que são os depósitos em aterro, processos de triagem e de otimização de recursos que permite a criação de valor, portanto, um aterro sanitário é uma coisa, um Eco parque é diferente, é só um esclarecimento que faço, e faço sempre questão de esclarecer adicionalmente que, em relação a Braval, eu tento ser o mais factual possível para não parecer que estou nem a acusar nem a defender coisa nenhuma.

Foi assim, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esteve presente numa reunião a meu convite, precisamente e pode assistir a esta forma como nos relacionamos com os responsáveis. No passado mês de janeiro, a Câmara Municipal em uníssono, numa reunião de câmara que ocorreu na freguesia de Verim, numa reunião de câmara descentralizada na freguesia de Varzim, decidiu aprovar uma recomendação ao conselho de administração da Braval que foi enviado ou no próprio dia ou no dia seguinte,

precisamente exigindo que fossem tomadas medidas que atenuassem ou corrigissem o problema que estava aditivado nesse momento da emanção dos cheiros do Eco parque. No seguimento desse e-mail, aquilo que foi decidido pela Câmara Municipal foi agendar uma visita ao Eco parque. Essa visita esteve agendada para uma terça-feira de manhã. Fizemos essa alteração para uma terça-feira de tarde, já o disse aqui também penso que em Assembleia Municipal anterior, para que todos os convidados pudessem participar, nomeadamente os senhores vereadores que não têm pelouros nomeadamente a Dra. vereadora Olga Duque. Aquando dessa visita, podemos constatar dois factos. Em primeiro lugar, que existe uma sobreposição, uma extrapolação da capacidade deste alvéolo que está a ser usado neste momento para depósito de resíduos no Eco parque. podemos constatar também que a administração da Braval manifestou já a essa data a intenção de avançar o mais rapidamente possível para a criação do novo alvéolo.

A Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso e a Assembleia Municipal fizeram o que tinham de fazer a seu tempo para aprovar a possibilidade de a Braval poder executar o alvéolo no local e não no local A como estava definido já há muitos anos em sede de licenciamento. Nesse mesmo dia verbalmente e posteriormente por escrito, foi solicitado por mim próprio o agendamento de uma assembleia geral extraordinária, se a Assembleia Geral ordinária não ocorresse até final do mês de março, início do mês de abril. Há aqui várias testemunhas disso, aquilo que aconteceu foi que o tempo foi passando e aquilo que nos foi sendo dito pelo conselho de Administração, pelo secretário executivo da Braval foi que iria ocorrer uma reunião do conselho de Administração no início do mês de abril e que se esperava que dessa reunião resultasse o agendamento da reunião da Assembleia Geral ordinária que tem de acontecer todos os anos para aprovação das contas.

Aquilo que nós fizemos foi deixar registado que não estávamos na disposição de aguardar pela Assembleia Geral ordinária, porque o tema que tínhamos a levar à reunião da Assembleia Geral era um tema que eles conheciam bem, que era urgente e que merecia ser discutido antes da Assembleia Geral ordinária.

Solicitamos que fosse agendada uma reunião da Assembleia Geral extraordinária. A Braval comunicou-nos que essa possibilidade não existia e, portanto, não existindo essa possibilidade do ponto de vista da Braval e já agora, não existindo a possibilidade de se verificarem outras solicitações que resultaram da reunião da conferência de líderes e algumas questões que foram colocadas, via Câmara Municipal à Braval, também nos foi respondido que não seria possível, por exemplo, que estivessem presentes pessoas que não pertencem à Assembleia Geral, coisa que eu acho errada, mas que não seria possível que não estava previsto e, portanto, foi agendada uma reunião na Câmara Municipal, na sequência também de outra reunião que a Câmara Municipal teve com os representantes da GNR que no dia a dia prestam funções na área do ambiente e, portanto, nessa reunião estiveram presentes esteve presente a Câmara Municipal, o conselho de Administração da Braval, os representantes da GNR, o Senhor Presidente da

Assembleia Municipal em representação da Assembleia Municipal e tivemos oportunidade de discutir, de debater com o Conselho de Administração da Braval este problema que nos tem assolado desde final do ano passado e que tem a ver com o grande desconforto que tem sido gerado não só nas freguesias limítrofes, mas também noutros pontos do concelho onde se começa a sentir, onde se começava a sentir neste período odores que não eram habituais ao longo de todos estes anos e, portanto, em primeiro lugar, pedir explicações relativamente a esse facto, para depois partirmos para as soluções.

Aquilo que nos foi dito foi que teriam ocorrido em final do ano passado, uma parte do problema está relacionada com o facto de ter ocorrido em final do ano passado, dois dias de grande tempestade, de muita chuva que originaram que originaram problemas do ponto de vista da gestão do Eco parque. Do ponto de vista também da contaminação, há registo de contaminação de algumas linhas de água nesse mesmo período. Eu não posso precisar as datas, mas elas estão registadas e, portanto, terá sido entre novembro e dezembro. Penso que foi em dezembro, durante dois dias seguidos, essas ocorrências provocaram na gestão do dia a dia daquele espaço dificuldades adicionais que estão registadas e que o que o Conselho de Administração aparentemente reconhece também o facto de efetivamente, os órgãos municipais terem, ao longo do ano passado, terem aprovado a possibilidade do novo alvéolo ser localizado em espaço diferente e esse processo estar junto da CCDR-N que estará neste momento a ultimar o processo de autorização para que o concurso público que já foi lançado pela Braval, possa ser concretizado, possa ser assinado o contrato da empresa que ganhou esse concurso para que esse alvéolo seja executado, admitindo e eu não posso atestar que seja assim ou não, mas quero acreditar que faça sentido para todos nós e que, de facto, se verifique, admitindo que a criação do novo alvéolo e a selagem deste resolva o problema dos cheiros e também o tema das gaivotas que também estará associado certamente a estes factos.

Estes são os dados e foi nestes termos que nos foi apresentada a situação na reunião que tivemos na Câmara Municipal. A minha posição que ficou registada, que é pública e que alvo de notícia também, e foi amplamente noticiada pelos órgãos de comunicação social. A minha posição é muito simples, nós temos de trabalhar em dois cenários e o Conselho de Administração da Braval deve contar com dois cenários, cenário A o cenário otimista, é que, de facto, a CCDR-N faça aquilo que lhe compete a Braval assine o contrato, o empreiteiro, não sei quem é, mas seja quem for, execute o alvéolo e ele esteja executado antes do próximo inverno.

É esse o plano que a Braval define como o caminho a seguir, e nós queremos acreditar nesse caminho. O tema é que se esse caminho e se essa solução não tiver estes timings corremos o risco, por hipótese, de no próximo inverno, voltarmos a ter os problemas que tivemos no inverno passado.

E isso é que eu entendo que é inaceitável e, portanto, aquilo que foi o meu alerta que ficou registado e a minha forte recomendação ao Conselho de Administração da Braval é que exista um plano de contingência para que, numa situação excecional, se ela se vier a verificar, não sejamos, não sejam apanhados de surpresa como aconteceu no último inverno, portanto, aconteceu uma vez ninguém contava com isso, eu ia dizer muito bem, muito bem não, muito mal, mas aconteceu que não sejamos apanhados desprevenidos, se voltar a acontecer, portanto, existe o compromisso e a Braval assumiu este compromisso de delinear um plano de contingência que possa ser executado, se voltarmos a ter de lidar com um contexto extraordinário, se ele ocorrer e já agora, se ele ocorrer, independentemente de ser fruto destas circunstâncias ou de outras circunstâncias, no futuro, ninguém nos garante que o novo Alvéolo não possa, por alguma razão, suscitar outras preocupações e problemas de ordem diferente. Eu estou a dizer isto de forma completamente abstrata, mas que haja um plano de contingência para que a Braval possa intervir, se necessário for, ou seja, seja qual for a origem do problema que passe a existir um plano de contingência, coisa que hoje não acontece.

A Braval continuava e continua hoje a usar os meios e os métodos que usou ao longo de muitos anos, quando foi, digamos assim, gerindo situações normais ou situações correntes. Ora, estes episódios não são normais, nem são correntes. Este foi o compromisso que resultou da reunião que tivemos na Câmara Municipal, evidentemente, eu também quero deixar aqui registado que ... apesar de existir a possibilidade de com 5% de subscritores, podermos convocar uma Assembleia Geral, uma assembleia geral extraordinária convocada à revelia do Conselho de Administração. Estaremos todos, certamente de acordo que corria o risco de ter um efeito contraproducente, portanto, a minha intenção e o meu propósito enquanto Presidente de Câmara é que, de facto, o debate com a Braval tenha frutos, tenha algum resultado prático, é isso que nós queremos, não é? Portanto, não sendo possível uma assembleia geral extraordinária, convocámos imediatamente uma reunião não de uma assembleia geral, mas uma reunião entre as partes para discutirmos o problema e apontar-se soluções, sendo que as soluções que apontamos foram estas e vamos, obviamente, acompanhar de muito perto o comportamento e o compromisso do Conselho de Administração da Braval que acreditamos que vai ser amplamente satisfeito, aquilo que foi assumido na reunião que existiu, mas, como é evidente, ninguém mais do que o município, que o executivo, ou Presidente da Câmara Municipal, tem interesse que os problemas que tivemos recentemente não voltem a ocorrer e, portanto, vamos que ser muito ativos nesse acompanhamento e se quiserem essa fiscalização.

Relativamente a outra questão que colocou o Deputado Pedro Afonso, que tem que ver com a via circular e a estimativa orçamental e o processo de expropriação dos terrenos, a estimativa orçamental, por enquanto, não tenho nenhuma atualização, aproveito também para responder parcialmente, outras questões foram colocadas, penso que pelo Deputado Luís Carvalho. não pela Deputada Fátima Alves, que tem a ver com o relatório

da APA, a suposta falta de evidências relativamente a alternativas. As evidências são indiscutíveis, portanto, o que podemos ter é um, determinado organismo que entende que deveria ter sido feito um devia de ter sido aprofundada a possibilidade de existir uma alternativa, não existe essa alternativa nem do ponto de vista da IP, nem do ponto de vista da Câmara Municipal. Isso já foi discutido também em reunião com a APA com a Betar e com a Câmara Municipal, naturalmente, onde tivemos oportunidade de discutir as soluções técnicas a apresentar à CCDR-N e, portanto, é com a CCDR-N que temos mantido este diálogo. Ainda há bem pouco tempo existiu uma reunião com a vice-Presidente da CCDR-N, precisamente para que os responsáveis da CCDR-N que tem sob sua alçada a revisão, as revisões do PDM, no caso a revisão do PDM da Póvoa de Lanhoso compreendam naquele espaço entre a rotunda, a chamada rotunda de Galegos à saída para as Taipas e a outra rotunda que será criada à saída para Fontarcada, à saída aqui para Fontarcada, aquilo que é apelidado como zona de cheia, aquilo que é apelidado como zona de cheia, já não é a zona de cheia há muitos anos e já agora isso não acontece só naquele espaço acontece naquele espaço e acontece em muitos pontos do concelho.

Temos outro processo a decorrer, eu não posso entrar em pormenores em relação a isso, mas temos outro processo a decorrer numa freguesia do nosso concelho, onde existe um investidor que tem um interesse real e importante para o concelho edificar uma série de equipamentos e de armazéns e, neste momento, todas as instâncias com quem estamos a dialogar sobre essa matéria têm, e encontramos soluções com todas essas instâncias e a APA entende que existe uma linha de água num espaço onde já nem há linha de água, nem quando chove só para terem uma ideia A APA causa, por vezes, esta dificuldade e nós temos que compreender também a missão que eles têm, temos é de os ajudar e de os informar de os munir de argumentos e de informação no sentido de compreenderem que determinadas exigências não fazem sentido. O relatório, como já disse na última Assembleia Municipal, o relatório da APA contém uma série de banalidades e contém algumas indicações que são do ponto de vista da APA preocupações. É isso que temos estado a discutir a APA com a Betar e com a CCDR-N a última reunião que tivemos correu muito bem, eu quero acreditar que brevemente teremos um consenso estabelecido de forma que possamos ocupar aquele espaço sem que determinadas exigências possam onerar especialmente o custo daquele troço da via circular. Temos razões para acreditar que acontecerá dessa forma de momento, já agora em relação ao relatório de atividades, nós também não podemos introduzir informação que ainda não esteja consolidada, portanto, não há muita utilidade em introduzir informação de um processo, de uma parte do processo que não está concretizado. Nós introduziremos informação quando tivermos consolidada esta parte do processo, quando existir um entendimento entre as partes e uma solução clara relativamente a esta matéria propriamente dita, nós vamos introduzindo no relatório a informação que achamos que

é relevante e que pode ser discutida na Assembleia Municipal. Nesta matéria ainda não temos um formato final estabelecido com estas entidades.

Em relação a uma questão que colocou o Deputado Luís Carvalho, agradeço as referências ao São José, de facto, correu bem, estamos todos de acordo o cortejo, este ano tivemos a dificuldade de ter eleições no dia 10 de março Não me refiro ao resultado das eleições, refiro-me ao facto de termos eleições no dia 10 de março e isso efetivamente, se fizer uma comparação com os anos anteriores, costumávamos utilizar mesmo outros executivos, utilizar os fins de semana anteriores, mais distantes do dia 19, mais distantes, porque o dia 17 está incluído, está completamente embrenhado dentro do programa de festas, portanto, distanciava-nos mais dos dias de festa para poder para poder levar a cabo o cortejo histórico, ou etnográfico, este ano era histórico, portanto, num ano ordinário , seria isso que teríamos feito, numa situação extraordinária, tivemos que encontrar uma data diferente e tivemos o cuidado até de desfasar as horas do cortejo, tendo em conta que noutros pontos do concelho também aconteciam outras festas, outra festa, nomeadamente em Quintela, portanto, tivemos esse cuidado de desfasar os horários para não prejudicar ou pelo menos, para tentar não prejudicar a festa dos 25 de Quintela, mas depois também estamos, aqui muito limitados em relação às datas, só essa explicação que eu acho que é importante.

Em relação às obras, ao timing das obras, dos investimentos estruturantes, bom, primeiro, o que é um investimento estruturante? É que o investimento estruturante pode ter uma definição para mim, uma definição diferente para si. Eu acho que estruturante é aquilo que é estruturante para a vida das pessoas, um investimento estruturante não é necessariamente betão e alcatrão, também é, mas não é só portanto, um investimento estruturante é aquilo que contribui para a melhoria da vida das pessoas, para melhorar a qualidade de vida das pessoas, seja lá o que for, no que diz respeito a investimento estruturante eu podia, por exemplo, só para lhe dar um exemplo, dizer que neste mandato alargámos a rede de centros de convívio que já existia e que é hoje maior do que era no passado.

Na minha opinião, isso é estruturante para a vida das pessoas. Na minha opinião, isso é estruturante para as pessoas de terceira idade que passaram a ter acesso a um serviço que não tenham até há pouco tempo, portanto, sim, mas entende o que eu quero dizer com aquilo que possa ser o ponto de vista de cada um de nós sobre o que é ou não um investimento estruturante.

Sobre obras, sobre obras propriamente dito, três aspetos muito importantes que vão ajudar a fazer com que perceba que não há nenhuma intenção deste executivo, em arrastar qualquer tipo de obra para este ou para aquele momento do mandato.

Em primeiro lugar, no primeiro ano, tivemos um valor muito significativo de obras de 2021 a liquidar em 2022. Todos sabemos isso dentro desta sala.

Em segundo lugar, todos sabemos também que a Câmara Municipal, fruto da estratégia que tem de reter em orçamento o valor necessário para poder corresponder ao

compromisso com as infraestruturas de Portugal tem todos os anos, retido em orçamento verba que lhe permita hoje, à data de hoje, ter €2.100.000,00 (dois milhões e cem mil euros) em orçamento da Câmara Municipal para poder corresponder a esse compromisso. Qual é o efeito imediato que isso tem e isso leva-me de encontrou a outra intervenção que já fez aqui hoje, quando diz que andamos de empréstimo, empréstimo, se nós retemos valor no orçamento para corresponder em relação a esta necessidade. Já foi aqui explicado várias vezes também que a solução é recorrer a financiamento, não podendo a Câmara recorrer a financiamento diretamente para comparticipar estes 15%, porque a lei não permite, recorrer a financiamento para poder fazer investimento nas freguesias. Haveria outra alternativa que era não fazer financiamento nenhum e não fazer investimento nas freguesias. Eu não quero isso, o senhor certamente também não quer isso, ninguém destre desta sala quer isso. Mas qual é o efeito de recorrer a financiamento? É que, do ponto de vista administrativo, e do ponto de vista legal, é um processo mais moroso, inclui desde logo a necessidade de termos o visto do Tribunal de Contas para cada um desses empréstimos, não é vontade do município nem do executivo, nem dos senhores Presidentes de Junta, certamente, são as contingências. E, portanto, se no primeiro ano tivemos compromissos para cumprir e falta de liquidez, se no segundo ano, tivemos de começar a reter receita no orçamento e contraímos o primeiro empréstimo, e se no final do ano passado, contraímos o segundo empréstimo, isso significa que, inevitavelmente e eu acrescentava, infelizmente, vamos arrastar a execução de algumas obras para o momento do mandato, que não é aquele que eu desejo, aliás, temos aqui dois pontos hoje, que vêm à Assembleia Municipal para libertar verba para as juntas de freguesia, precisamente porque são verbas que resultam do orçamento da Câmara Municipal, portanto, como é uma verba que não depende de financiamentos, vamos libertar essas verbas para que as juntas de freguesia possam executar essas obras, como já executámos outras, podia dar o exemplo do Cemitério de Lanhoso e de outras obras que já trouxemos aqui a esta Assembleia Municipal e que estão ou já executadas ou em execução.

O tema é que a estratégia da Câmara Municipal, tendo em conta, estes objetivos que eu aqui descrevi, passa por alicerçar uma parte significativa do investimento nos empréstimos e os empréstimos têm esta consequência, portanto, senhor Deputado, não é por vontade, não é por nenhuma estratégia autárquica de mandato, ou eleitoral do que quer que seja, que qualquer investimento em qualquer freguesia vá ser feito em 2025, porque se puder ser feito em 2024, há de ser feito em 2024. Assim como algumas freguesias já viram satisfeitas as suas pretensões em 2023, mas os condicionalismos são estes, e é por estas razões, não tem nada a ver com a analogia ou as comparações que fez a outros mandatos, até porque as circunstâncias, como já se percebeu, também são completamente diferentes. Executivos anteriores, tiveram circunstâncias que não estas e, portanto, se as contingências são estas, tem esta explicação e acho que, quando fizermos esta análise, devemos fazê-la primeiro com base naquilo que eu acabei de dizer

e depois temos diferença de opinião em relação a este investimento ou aquele, isso é outra matéria, mas os condicionalismos são estes. Muito obrigado.”

De seguida, ainda na resposta da Câmara, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Vereador Paulo Gago, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Respondendo ao Engenheiro Pedro Afonso, em relação à segunda revisão do PDM, é logico que o nosso objetivo é terminar bem antes do final do ano essa revisão. E mesmo a 22/04/2024, deste mês, já foram submetidas para análise prévia, à CCDR-N várias, posso-lhe dizer a proposta de ordenamento, a nova orientação de UOPG's, os termos de referências das UOPG's, estimativa orçamental para as UOPG's, contratos de infraestruturação associadas às UOPG's e várias outras situações que foram todas encaminhadas para a análise prévia à CCDR-N, por isso, esperamos bem que antes, e bem antes do final do ano, tenhamos o nosso PDM. Muito obrigado. “

De seguida, ainda na resposta da Câmara, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal.

Interveio o Vereador Ricardo Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Gostava só de dar nota sobre o Castelo de Lanhoso que, de facto, esteve aberto no dia 25, provavelmente terá sido momentâneo esse encerramento, mas ele esteve aberto e esteve disponível para quem o quis visitar.

Respondendo ao Deputado Miguel Pereira, eu, de facto, tenho aqui uma série de informação, mas vou tentar comprimi-la o máximo possível, nós, de facto, temos estado atentos à parte do desporto e temos eu diria mesmo ultrapassado o histórico dos apoios que têm sido atribuídos ao desporto, à prática desportiva na Póvoa de Lanhoso. E uma vez que fez essa referência e eu tenho esta lista, que ando com ela aqui há uns meses, às tantas aproveitava agora e fazia essa descrição, Aquilo que tem sido o trabalho que nós temos feito no apoio ao desporto, porque, de facto, foram perto de 200.000,00€ (duzentos mil euros) que nós atribuímos este ano em contratos-programa desportivos, mas depois, de facto, as pessoas não sabem para quem, onde, se bem que todos estes processos estão públicos e estão publicados no site da Câmara Municipal, mas fica então a referência à Sociedade Columbófila da Póvoa de Lanhoso que tem um contrato no valor de 750,00€ (setecentos e cinquenta euros) por época desportiva; o BTT de Porto D'Ave tem um valor de 800,00€ (oitocentos euros); a associação Povoense de Artes

Marciais tem um valor de 1.000,00€ (mil euros) atribuído e o usufruto do pavilhão da Escola Gonçalo Sampaio para a prática das suas atividades; o clube de Caçadores da Póvoa de Lanhoso tem um subsídio de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros); o Fintas Academia que tem um valor de 2.300,00€ (dois mil e trezentos euros) de subsídio, mais utilização do campo Municipal que tem um valor estimado em 5.940,00€ (cinco mil novecentos e quarenta euros);, a associação Tesouros do Ave que, como sabem, promove a prática do BTT, que tem um apoio de 3.000,00€ (três mil euros) por época desportiva; a Associação Cultural Desportiva de Serzedelo que tem um valor de 13.500,00€ (treze mil e quinhentos euros) mais a manutenção do relvado que orça 10.000,00€ (dez mil euros) por ano; o Emilianos Futebol Clube que tem um valor de 15.000,00€ (quinze mil e quinhentos euros) no seu contrato desportivo e tem também a manutenção do relvado, entre outras despesas; o Grupo Desportivo de Porto D'Ave tem o valor de 19.500,00€ (dezanove mil e quinhentos euros) e também um valor equivalente a 10.000,00€ (dez mil euros) para a manutenção do seu relvado; o Grupo Desportivo da Goma, que tem o valor de 35.000,00€ (trinta e cinco mil euros) por época desportiva, mais aproximadamente 5.000,00€ (cinco mil euros) em limpezas na área envolvente do seu espaço desportivo; o Sport Clube Maria da Fonte, no valor de 43.500,00€ (quarenta e três mil e quinhentos euros), mais um valor aproximado de 100.000,00€ (cem mil euros), que inclui a manutenção do relvado, o usufruto do pavilhão 25 de abril, do pavilhão da Escola Municipal, do Campo Municipal também e a disponibilização da exploração do bar do Campo Municipal, assim como também a bilheteira do próprio Campo Municipal quando assim o entendem, fizemos também um protocolo este ano e com um valor recorde com a Associação de Futebol de Braga que estava até ano último no valor de 30.000,00€ (trinta mil euros), mas este ano para esta época foi passado para um máximo de 40.000,00€ (quarenta mil euros) e também é importante referir que este valor corresponde ao pagamento de 25 inscrições por cada escalão na Associação Futebol de Braga, pagamentos de seguros dos atletas, o pagamento dos cartões de jogador, o pagamento das taxas de transferência, sempre que um atleta transita de um clube para outro, o pagamento da inscrição seguro e cartão dos agentes desportivos responsáveis pelos atletas, incluímos também aqui o pagamento das taxas de filiação de uma equipa de cada escalão de formação e o pagamento das taxas de arbitragem de jogos, de todos os jogos de futebol, dos escalões de formação pela época desportiva. Isto corresponde a um valor de 997,00€ (novecentos e noventa e sete euros) que tenho a atualização pela parte do Emilianos Futebol clube o fintas Academia tem 3.977,00€ (três mil novecentos e setenta e sete euros), o Sport Clube Maria da Fonte, 11.136,00€ (onze mil cento e trinta e seis euros) e o Grupo Desportivo de Porto D'Ave, 14.816,00€ (catorze mil oitocentos e dezasseis euros).

Fizemos também uma renovação em alta do protocolo que temos com a Associação de Basquetebol de Braga, que na época passada tinha um valor de 5.500,00€ (cinco mil e quinhentos euros) e que nós percebemos que era insuficiente para aquilo que eram as

necessidades desta modalidade, até porque ela tem crescido muito no nosso concelho e, portanto, este ano fizemos um acréscimo, portanto, passou para 8.000,00€ (oito mil euros) para a Associação de Basquetebol de Braga que, naturalmente, dá cobertura à secção de Basquete do Sport Clube Maria da Fonte e estes oito mil euros, correspondem também ao pagamento das inscrições de todos os atletas na associação, o pagamento do seguro de todos os atletas de basquetebol, o pagamento das inscrições de treinadores de todos os escalões, o pagamento das inscrições de todas as equipas na Associação de Basquetebol de Braga, o pagamento da taxa de filiação do clube na Associação de Braga e o pagamento das taxas de arbitragem de todos os jogos de basquetebol correspondente a esta época desportiva, portanto, tudo isto chega ao valor de 183.850,00€ (cento e oitenta e três mil oitocentos e cinquenta euros) e depois todos os apoios de manutenção de relvados, manutenção, pavilhões, eliminação, limpezas ultrapassa ligeiramente os 200.000,00€ (duzentos mil euros) e, portanto, a pergunta também que fez que tem a ver quantos atletas é que são incluídos neste projeto. Nós temos 760 atletas federados, 530 no futebol 120 no basquete, 45 no triatlo, 12 na pesca, 21 no tiro com armas de caça, 25 com artes marciais e 7 atletas que estão na columbofilia.

Queria também e porque não posso deixar de falar nisto nestes últimos dois anos e meio, fizemos como toda a gente sabe, uma renovação praticamente total na piscina municipal descoberta que orçou os 30.000,00€ (trinta mil euros), aquisição de quatro caldeiras novas para a piscina coberta num valor de 48.000,00€ (quarenta e oito mil euros). A compra de dois desfibrilhadores que era uma necessidade já identificada não só pelo nosso pessoal, mas também pelos clubes de futebol. A substituição do piso do pavilhão de Monsul a atribuição de um apoio extraordinário de 18.000,00€ (dezoito mil euros) ao clube de caçadores da Póvoa de Lanhoso que passou de um clube regional para poder organizar competições de nível nacional e europeias. A atribuição também de um apoio extraordinário, de 18.000,00€ (dezoito mil euros) ao grupo Desportivo de Porto D'Ave para a renovação do seu sistema de iluminação, atribuição de um subsídio extraordinário ao Sport Clube Maria da Fonte no valor de 5.000,00€ (cinco mil euros) e ainda também o reforço no apoio ao Grupo Desportivo da Goma para a realização do seu programa de atividades, tendo em conta a prática das modalidades de atletismo, BTT, natação e águas abertas. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a Deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Por pontos, relativamente à Braval, vai haver um plano de contingência, o Senhor Presidente falou no inverno, por causa dos riscos de cheias, mas no verão temos um risco

acrescido que são os odores. Perguntava-lhe também se já está a ser equacionado o plano de contingência para o Verão, atendendo que a época surja mais cedo.

Relativamente à via circular e até para que nós possamos ficar com toda a informação, uma vez que não consta no ponto um. Houve então a reunião entre a Câmara Municipal, os técnicos da APA e da Betar. Pronto, o que está em causa então é a solução construtiva e a adequação do projeto de execução, é isto?

Relativamente à questão do acordo de gestão com a IP, foi esta a pergunta que ficou por responder, nós tínhamos celebrado um que era relativamente ao projeto, portanto, onde definia que o município teria que assegurar os valores do terreno e que teria que com participar 15%, no entanto, esse acordo de gestão não vincula, digamos, o financiamento dessa obra. Quando falamos nesses vinte milhões é um novo acordo, que se segue àquele que foi celebrado ou ainda é uma expectativa ou simplesmente é o orçamento do Plano plurianual da IP? Obrigada.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós, concedeu a palavra ao Deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o Deputado Pedro Afonso, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente, se bem percebi há instantes, o Senhor Presidente referiu-se que as dúvidas suscitadas pela APA em relação à apreciação se referiam aos terrenos entre a rotunda de Galegos e à rotunda da Escola Secundária, daí a minha contextualização que tenho a perceção que há ali, uma zona que está classificada como risco de cheias, já de há muitos anos a esta parte, junto ao continente, junto ao parque de estacionamento, que o próprio município executou há bem pouco tempo, e a minha pergunta também está associada ao que o Dr. Paulo Gago acabou de mencionar que é já uma nova proposta de planta de ordenamento, segundo entendi bem o que me disse, a pergunta era se de alguma forma, a reclassificação daqueles terrenos poderia ajudar ao processo ou não, então provavelmente vão sofrer reclassificação.”

Em seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu

“Bom em relação àqueles terrenos, a solução passa precisamente por atribuir uma classificação diferente às zonas de cheias, que são zonas de cheias há décadas. Foi o que eu expliquei na intervenção anterior, portanto, neste momento, o acordo que falta alcançar, que já estive muito mais longe do que está, passa pela aceitação da CCDR-N de que aqueles terrenos não são zona de cheia, ou já não são zona de cheia, já foram, já

não são zona de cheia. Mas se a CCDDR-N aceitar o facto de não se tratar de zona de cheia, a solução construtiva é uma, se a CCDDR-N não aceitasse esse facto, a solução construtiva seria outra bem mais onerosa e, portanto, o nosso debate neste momento, é um debate que pressupõe que a estimativa orçamental se mantenha se a CCDDR-N aceitar as nossas alegações ou não. E faz muita diferença, como é evidente, porque eu tenho as duas possibilidades em cima da mesa e não quer a segunda quero manter a primeira, portanto, eu diria que as probabilidades são boas, não há nenhuma diferença do ponto de vista neste momento.

Respondendo agora à Deputada, Fátima Alves, não há nenhuma diferença do ponto de vista entre a Câmara Municipal, a APA e a Betar há a necessidade de trazer para a nossa posição a CCDDR-N que teria como resultado, naturalmente, na revisão do processo do plano diretor municipal, a requalificação daqueles terrenos, de forma a que eles possam ser usados com uma intervenção normal, digamos assim, em termos construtivos, sem precisarmos do tipo de solução que existe, como disse e muito bem, mas que não é desejável em termos orçamentais, portanto, o caminho não pode ser esse. Em relação à questão que a Deputada Fátima Alves colocou sobre o acordo de gestão da IP e sobre o acordo de gestão que tinha que ver precisamente com aquilo que é sempre o primeiro passo que é dado neste tipo de processos que é o acordo de gestão relativamente ao projeto. E que prevê a forma de financiamento, também, da execução da obra. A evidência da Assunção do compromisso por parte da IP está precisamente vertida no plano de atividades e orçamento da IP. Não existe necessidade de estabelecer um contrato adicional, porque os propósitos estão todos no contrato original que diz respeito à execução do projeto, dizendo de outra forma, duas entidades não vão colocar-se de acordo em relação a um projeto para depois dizerem que não o querem fazer, portanto, quando muito poderia, hipoteticamente, não existir verba para o fazer, mas em relação aos propósitos, estão de acordo, em relação ao projeto e aos pormenores do projeto estarão, naturalmente, de acordo, em relação à forma de o financiar a evidência que nós podemos ter, como diria eu, como segurança é um facto já agora da Câmara Municipal também ter a verba em orçamento dos seus quinze por cento, mas o facto de a IP ter vertido no seu plano de atividades e orçamento a verba correspondente àquilo que diz respeito à sua comparticipação de oitenta e cinco por cento que fará quando for lançado o concurso público, que é aquilo que é suposto acontecer a determinado momento, que fará com que a IP possa cumprir com a sua parte e a Câmara Municipal cumprir igualmente com os seus deveres.”

Em seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, verificou que não haviam mais pedidos de intervenção e deu por terminado o ponto um.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da análise da atividade do Município e sua situação financeira, conforme o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal.

Seguidamente, o Presidente da Mesa da Assembleia, António Queirós Pereira, deu por terminada a primeira parte da sessão da assembleia, informou que fariam um intervalo de quinze minutos antes de dar passar ao segundo ponto da ordem de trabalhos.

Retomados os trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia, António Queirós Pereira, passou ao ponto dois da ordem de trabalhos. **Ponto Dois: Informação da Câmara Municipal sobre o Relatório de Execução Orçamental do 4.º Trimestre de 2023 da Escola Profissional do Alto Ave, nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.**

E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio a Vereadora, Fátima Moreira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Uma primeira palavra, e é a primeira vez que me dirijo aqui ao público e a quem está a assistir também como fontarcadense, natural desta freguesia, dizer que é com muita honra que estou aqui também nesta freguesia, felicitar também a senhora Presidente da União de Freguesias de Fonte Arcada e Oliveira, felicitar também as intervenções aqui no âmbito das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril e deixar, também aqui, o repto que, no âmbito do programa das comemorações, nós temos programada a discussão e análise desta temática da intervenção das mulheres na área da política na nossa semana Municipal da Igualdade de Género e Oportunidades que ser realizará em novembro e deixo já aqui o convite para que possam também ter uma participação ativa nessa análise e nessa discussão, aqueles que hoje nos trouxeram à reflexão, essa temática.

Agora entrando no ponto, trazemos então à informação deste plenário, esta que é uma obrigação legal, a informação relativamente ao relatório da EPAVE desta feita, o relatório do quarto trimestre, que corresponde ao primeiro período do ano letivo 2023/2024 e ao último trimestre do ano civil.

Relativamente ao relatório, então apresentar aqui de uma forma muito breve, três aspetos relevantes: o primeiro dizer-vos que, neste ano letivo, a EPAVE manteve em funcionamento as 12 turmas que já vinham do ano anterior, ou seja, saíram três turmas, iniciaram novas três turmas no primeiro ano, o que, de facto, é muito importante, porque são estas 12 turmas contribuem para o equilíbrio financeiro da instituição. Um segundo ponto, dizer-vos também que este foi um período de incerteza motivado pelo atraso no âmbito das candidaturas do Portugal 2030 de facto, nós abrimos e estamos a funcionar, e funcionámos durante este primeiro trimestre sem que tivéssemos a candidatura aprovada, porque não houve sequer a abertura do aviso para submeter a financiamento a candidatura da formação. Nesse aspeto foi de relevância a resolução do Conselho de Ministros n.º 173/2023, no final do ano, tomou uma medida temporária de financiamento e passou para as escolas profissionais, um montante equivalente ao financiamento reportado ao ano anterior. As candidaturas estão agora abertas e

estamos agora em condições de ver aprovada a formação que já está a acontecer, mas, de facto, este período foi um período de muita incerteza em todas as escolas profissionais e na EPAVE também. Este valor que resultou desta resolução do Conselho de Ministros, da tal medida temporária de financiamento, só chegou à EPAVE no dia oito de Janeiro, o que, de alguma forma obrigou, para que a instituição pudesse satisfazer as suas obrigações financeiras, à utilização da conta caucionada que depois foi logo reposta. Um terceiro ponto aqui também a referir que se relaciona com o centro tecnológico especializado e dar-vos conta que, no período em análise, recebemos o primeiro adiantamento de 340.000,00€ (trezentos e quarenta mil euros) neste período, não executámos, porque tivemos ainda a preparar todo o processo relativo ao CTE, todo o processo administrativo do concurso internacional que está agora então em fase de arranque, digamos assim. Com estes dados que aqui partilhei convosco, apresentámos então dados de execução da despesa que está nos 61.3% e de execução da receita nos 88.94%. Estes dados da execução da despesa de 61,3% parece baixo, mas está relacionado com os aspetos que aqui mencionei, do facto de não termos tido a candidatura aprovada em tempo útil e do facto também de não utilizarmos a verba que recebemos, o adiantamento do centro tecnológico especializado. Relativamente a este relatório são as informações mais relevantes a partilhar.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós, concedeu a palavra ao Deputado do CDS-PP, Pedro Afonso.

Interveio o Deputado Pedro Afonso, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Informo que o CDS-PP se encontra inteirado do teor do relatório de execução orçamental do quarto trimestre de 2023 da Escola Profissional do Alto Ave e congratulamos, ainda, a instituição pela manutenção do número de turmas e a abertura de três novos cursos. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós, concedeu a palavra ao Deputado do GP do PS, Miguel Pereira.

Interveio o Deputado Miguel Pereira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Após a apresentação exemplar deste ponto, pela Senhora Vice-Presidente e após análise do mesmo por esta bancada parlamentar, nada havendo de relevante da nossa parte a destacar. O Partido Socialista encontra-se assim inteirado deste documento. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Victor Hugo Silva.

Interveio o deputado Victor Hugo Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Somos chamados a apreciar o relatório de execução orçamental da EPAVE referente ao quarto trimestre do ano de 2023, conforme explanado no documento, compreende o início do ano letivo e a nível de execução financeira, o início do quadro comunitário Portugal, vinte trinta. Referiram os atrasos significativos com a regulamentação e com a abertura das candidaturas. A senhora vereadora já nos elucidou, pois eu iria questionar de que forma é que a EPAVE ultrapassou essas dificuldades, que passou aqui pelo recurso da conta caucionada. Enaltecemos aqui a abertura dos três cursos, de forma a manter as 12 turmas também para manter aqui um equilíbrio financeiro enquanto empresa municipal e, por último, são apresentadas então aqui as taxas orçamentais da despesa na ordem dos 61% também conforme aqui referiu e também dos pagamentos que temos que efetuar depois em janeiro e também aqui a execução orçamental da receita de valor igual a 89, são resultados satisfatórios e com isto o grupo parlamentar do PSD está inteirado.”

Em seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, verificou que não haviam mais pedidos de intervenção e deu por terminado o ponto dois.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da informação da Câmara Municipal sobre o Relatório de Execução Orçamental do 4.º Trimestre de 2023 da Escola Profissional do Alto Ave, nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Seguidamente o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, passou ao terceiro ponto da ordem de trabalhos. **Ponto três: Informação da Câmara Municipal sobre os apoios prestados no âmbito do regulamento para atribuição de apoios a Juntas de Freguesia ou Uniões de Freguesias do Concelho da Póvoa de Lanhoso - Câmara Amiga das Freguesias.**

E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O ponto é relativamente simples, eu vou apresentá-lo a partir da mesa, trata-se de uma obrigação legal, digamos assim, de uma exigência legal que é habitual nesta Assembleia Municipal, que é de informar os membros da Assembleia Municipal relativamente à atribuição deste tipo de apoios, do programa Câmara Amiga das freguesias.

O documento contém uma relação extensa dos apoios que foram prestados neste âmbito. Penso que é relativamente explícito, mas se existir alguma dúvida, estou disponível para responder.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Deputada do GP do PSD, Sónia Fernandes.

Interveio a Deputada Sónia Fernandes, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Neste ponto informativo sobre os apoios às Juntas de Freguesia e Uniões de freguesia, ao abrigo do programa Câmara Amiga das Freguesias, dizer-se que a interação, a cooperação e a comunicação entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia, mormente com os senhores Presidentes de Junta, é salutar e, sobretudo, é de intensificar, isso é o desejável, pois os senhores Presidentes de Junta são aqueles que estão mais perto da população de cada uma das freguesias, são eles e mais ninguém que melhor está inteirado dos anseios, das expectativas e das vontades da sua população, como, aliás, já ouvimos aqui dizê-lo na pessoa da senhora Presidente de Junta aqui de Fontarcada, Clarisse Vieira, que assim o disse.

Pois bem e neste sentido, o executivo municipal deve ouvir os senhores Presidentes de Junta e, sobretudo, deve atendê-lo e tomar por consideração aquilo que estes lhes transmitem e se para uma Junta de Freguesia é de uma maneira e para outras já diferente. Está tudo muito bem, porque, de facto, nem todos precisamos e queremos das mesmas coisas, portanto, ouvir e acolher aquilo que transmitem os senhores Presidentes de Junta é essencial. E a título de exemplo, podemos falar da organização, da logística, das atividades que são realizadas em conjunto com a Câmara Municipal, o entendimento das Juntas de Freguesia é aquele que deve prevalecer, pois, repetindo, são os senhores Presidentes de Junta que melhor sabem aquilo que convém aos seus fregueses e, na continuidade, este exemplo, falamos então dos autocarros que são utilizados no transporte, aquando destes passeios devem ser os senhores Presidentes de Junta a definir que tipo de autocarro convém à população da sua freguesia.

Portanto, a prática que atualmente está em uso não é a conveniente, são os senhores Presidentes de Junta que sabem o que melhor convém aos seus fregueses. Ainda neste exemplo de continuidade e nestas matérias, a exemplo, são, portanto, as Juntas de Freguesia que devem ter a liberdade e o poder de decisão também como uma espécie de delegação de competências.

Por falar nestes autocarros, dos passeios convívios, há uma questão que é urgente ultrapassar e que tem a ver com o pagamento da contratação destes mesmos autocarros. As Juntas de Freguesia pagam as faturas quando a mesma lhe é remetida à cobrança, no entanto, a Câmara Municipal só reembolsa as juntas meses mais tarde, isto implica um gasto, uma asfixia nos orçamentos das Juntas de Freguesia que, às vezes vão até quatro, cinco, seis meses, o que era desnecessário, portanto, esta é uma situação

que os senhores Presidentes de Junta pretendem ver ultrapassada, para que os seus orçamentos já tão parcos não sejam sobrecarregados.

Por fim, termino, e já que falamos em orçamentos das Juntas de Freguesia e porque estamos ainda no rescaldo dos 50 anos do 25 de abril, dizer-se que é imperioso que estes orçamentos das Juntas de Freguesia sigam sempre rigor de igualdade na dotação que é definida e atribuída pelo Executivo Municipal em cada ano civil, pois só assim se concretizaram os valores de Abril. Obrigada a todos e a todas.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Deputado do GP do CDS, Pedro Afonso.

Interveio o Deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Intervenho apenas para transmitir que o CDS-PP se encontra inteirado do teor da informação prestada pelo Município relativamente aos apoios concedidos às Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesias no ano de 2023, no âmbito do regulamento Câmara Amiga das Freguesias e, tal como disse o Senhor Presidente, faço aqui um pequeno à parte dando nota que neste ponto sim, a informação prestada, tal como o Senhor Presidente mencionou há instantes, é explícita, é-nos apresentada de forma sucinta esclarecedora o que deveria acontecer em muitos outros pontos. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Deputado do GP do PS, Pedro Silva.

Interveio o Deputado Pedro Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Em relação a este ponto, é de realçar o comportamento deste executivo municipal ao longo deste mandato. Um comportamento de correção com todas as Juntas de Freguesia do Concelho e Uniões de Freguesia. Este documento, aliás, revela a transparência com que trabalha com todas elas e, excetuando-se situações cirúrgicas, em que uma outra Junta de Freguesia e lembro-me, por exemplo, relativamente ao cortejo Etnográfico, houve uma Junta de Freguesia que não se reviu na proposta apresentada pela Câmara Municipal, mas foi a única União de Freguesias, no caso foi Esperança e Brunhais, que não se reviu na proposta apresentada, excetuando esses casos muito cirúrgicos em que fez com que não participassem no referido cortejo, tudo aquilo que tem acontecido e aquilo que tem sido demonstrado pelos senhores Presidentes de Junta e das Uniões de Freguesia é que há uma ampla satisfação e pela forma como o Executivo Municipal trata todos. E inclusive, entendo que a intervenção da Deputada Sónia Fernandes acaba por ser um bocado até fora de contexto, quase que diria que não sei se foi mandatada pelos senhores Presidentes de Junta ou inclusive, se o Senhor representante dos Presidentes de

Junta, José Manuel Silva lhe passou esse mandato para aqui vir fazer defesa das Juntas de Freguesia, dado que aquilo que nós temos assistido e não excetuando o caso de Lanhoso, agora recentemente, mas todas as Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesias têm demonstrado de forma cabal que estão satisfeitas com o comportamento da Câmara Municipal, do Executivo municipal, para com estes, e por isso, nada a opor nada a referir em relação ao excelente trabalho que o Executivo municipal tem desempenhado. Obrigado.”

Em seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu concordo com tudo o que disse a Senhora Deputada, reforçar e realçar a interação com os senhores Presidentes de Junta, concordo em absoluto, aliás, este executivo tem todos os anos articulado com todas as Juntas de Freguesia, aquilo que são as prioridades a integrar no plano e orçamento do ano seguinte. Temos feito isso todos os anos, todas as Juntas de Freguesia sabem isso, portanto, do ponto de vista da articulação e do diálogo, este é o exemplo maior, temos dialogado com todas as Juntas de Freguesia, temos integrado no nosso plano e orçamento, o orçamento da Câmara Municipal, aquilo que vai sendo definido pelas Juntas de Freguesia como prioritário para os seus territórios, não teria que ser assim, como sabe também, porque há um orçamento da Junta e a Câmara também não tem uma palavra a dizer em relação orçamento da Junta. A Junta gere o seu orçamento, e bem, como bem entende, mas nós partilhamos essa responsabilidade com as Juntas de Freguesia e temo-lo feito, porque achamos que este deve ser o método a seguir de forma um pouco diferente daquilo que acontecia no passado, como também sabe.

Em relação a outros resultados desse diálogo, e à igualdade, é verdade que há necessidades diferentes, por vezes, de freguesia para freguesia, mas também é verdade que tínhamos, por exemplo, vou dar dois exemplos, por exemplo, em relação às compensações da Câmara Municipal, às Juntas de Freguesia, pela recolha de resíduos, há freguesias que tinham acordos desequilibrados, há inclusive uma freguesia, a freguesia de Travassos, que não tinha acordo nenhum que estabelecemos o acordo que existe neste mandato com a freguesia de Travassos, mas não é uma necessidade que existia só deste mandato, é uma necessidade que já existia de outros mandatos.

Os transportes escolares, ninguém conseguia explicar qual era o critério daquela tabela de compensações às Juntas de Freguesia, no que diz respeito aos transportes escolares, uns recebiam trezentos, outros recebiam cem outros recebiam cento e setenta e cinco, uma coisa completamente desequilibrada, nós introduzimos critério, existe um critério hoje, um critério transversal igual para todas as Juntas de Freguesia. Todas as Juntas de

Freguesia que tenham circunstâncias iguais, há freguesias que transportam para dentro da sua freguesia, outras transportam para fora dos seus limites e, portanto, o critério é o mesmo e é compreensível, passou a ser compreensível.

Em relação aos autocarros usados nos vários passeios que são feitos ao longo do ano e à forma como eles são geridos ou definidos essa crítica. Eu não ouvi a sua crítica e a mandatos anteriores, mas, no entanto, o método que é usado neste mandato é exatamente o mesmo método que era usado em mandatos anteriores. Exatamente igual é a Câmara que gere, é a Câmara contrata é a Câmara que depois estabelece no terreno que autocarros vão para que freguesias é assim, sempre assim foi, se a Senhora Deputada entender que está mal, então eu peço-lhe que estenda a sua crítica para lá deste mandato, porque é o método e a forma como temos gerido mas então se está estendida dou-lhe os meus parabéns pela franqueza e pela honestidade intelectual de o fazer, porque, de facto, nós só estamos a dar continuidade ao método que sempre existiu, e em mandatos anteriores. Não me recordo mesmo de ter ouvido na Assembleia Municipal um Presidente de Junta dizer que alguma coisa estivesse mal em relação a este serviço, portanto, se aconteceu, eu é que posso estar, eu poderei não recordar, posso ter aqui alguma falta de memória, mas não me recordo de ter nenhum Presidente de Junta referido isso.

Em relação à fórmula que diz respeito aos orçamentos, falou dos orçamentos e a forma como a Câmara pode ou não tratar e contribuir para os orçamentos das Juntas de Freguesia, os orçamentos das Juntas de Freguesia, como sabe, não dependem da Câmara Municipal, não é a Câmara Municipal que determina se uma Junta de Freguesia vai ter um orçamento mais reforçado ou menos reforçado. Isso decorre de uma fórmula, nomeadamente do FEF e de outros contributos do Orçamento de Estado. Pode a Câmara Municipal, e tem-no feito, delegar competências nas Juntas de Freguesia. Exemplo concreto, eu gosto muito de dar este exemplo, sabe porquê, porque a cada passo chega-me alguém de uma freguesia que me disse eu fui à Junta de Freguesia, falei com alguém que me disse que a limpeza com a Câmara Municipal, ainda me aconteceu a semana passada, chega-me alguém de uma freguesia que me diz eu fui à Junta de Freguesia e uma pessoa que pertence à equipa da Junta de Freguesia diz-me para ir à Câmara Municipal, porque a limpeza do meu caminho diz respeito à Câmara Municipal. Não é verdade, não é verdade, a Câmara Municipal delegou nas Juntas de Freguesia a limpeza das estradas municipais, das estradas que dizem respeito ao território de cada freguesia. Cada Junta de Freguesia recebe um valor que corresponde a essa delegação de competências. Já disse isso aqui umas três ou quatro vezes e mesmo assim, continua a existir no terreno quem, eu quero acreditar que seja por desinformação. Já agora quero pedir aos senhores Presidentes de Junta que informem as suas equipas e as pessoas que têm responsabilidades em cada Junta de Freguesia que prestem uma boa informação, porque acredito que não estejam devidamente informados, que informem os membros dos executivos que, de facto, a responsabilidade das limpezas é da Junta de Freguesia, o

que pode ocorrer sim, e isso é culpa da Câmara Municipal. Pode ocorrer um erro de percepção que é o facto de terem visto o limpa bermas nesta ou naquela freguesia em determinada semana a executar serviço, criar a percepção na cabeça das pessoas, ou até mesmo na cabeça de alguém que tem responsabilidades autárquicas na freguesia, que a responsabilidade da Câmara Municipal, não, a Câmara Municipal delegou a competência, transfere a verba e, mesmo assim, dos dois limpa bermas que tem à disposição, disponibiliza o limpa bermas para ajudar a Junta de Freguesia, coisa que não tinha que fazer. a partir do momento que delega competência.

Concordam, de certeza comigo, que a partir do momento que delega a competência, essa competência passa a ser exclusiva da Junta de Freguesia. O Governo, quando delega competências no Município, não vem depois ao território, não vem à Póvoa de Lanhoso resolver os problemas na ação social, na área da saúde, na área da educação é responsabilidade da Câmara Municipal, certo? Então, se nós delegamos competências nas Juntas de Freguesia, em bom rigor, não deveríamos depois estar disponíveis para ajudar a suprir essas necessidades e mesmo assim estamos a fazê-lo, provavelmente, somos vítimas da nossa boa vontade, porque ao fazê-lo, criámos uma percepção na cabeça das pessoas que provavelmente essa responsabilidade é da Câmara Municipal, não é, essa responsabilidade é de cada Junta de Freguesia, repito, mais uma vez, se calhar vou ter que o dizer mais vezes ao longo deste mandato, mas paciência, portanto, nessa medida, sim, utilizei este exemplo para explicar, nesta medida sim, a Câmara Municipal contribui para o orçamento da Junta de freguesia, pelo facto de delegar uma competência que tem o correspondente envelope financeiro. É disso que se trata.”

Em seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, verificou que não haviam mais pedidos de intervenção e deu por terminado o ponto três.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da informação da Câmara Municipal sobre os apoios prestados no âmbito do regulamento para atribuição de apoios a Juntas de Freguesia ou Uniões de Freguesias do Concelho da Póvoa de Lanhoso - Câmara Amiga das Freguesias.

Seguidamente o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, passou ao quarto ponto da ordem de trabalhos. **Ponto quatro: Informação da Câmara Municipal sobre o Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Respeito pelos Direitos e Garantias dos Membros da Oposição.**

E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Geralmente, este ponto é discutido na Assembleia Municipal, quando alguma força política com assento na Assembleia Municipal requer essa discussão, portanto, o ponto da nossa parte, o documento versa e verifica aquilo que a lei prevê, com os direitos que estão previstos na lei. Eu imagino que haja alguma questão a colocar e passo a bola para esse lado, digamos assim, para que a bancada possa intervir.”

Em seguida, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Deputado do GP do CDS, Pedro Afonso.

Interveio o Deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente ao ponto em questão, gostaria de dar nota que o CDS-PP se encontra inteirado do teor da informação prestada pelo Município no âmbito do relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias dos membros da oposição. Não obstante, aproveito ainda para uma vez mais, reiterar o pedido para agilizarmos o processo de revisão do Regimento da Assembleia Municipal, para que agora que celebramos os 50 anos do 25 de Abril, possamos ter na Póvoa de Lanhoso uma Assembleia Municipal moderna, evoluída que garanta maior igualdade no tratamento dado às forças políticas nela representadas, bem como um Regimento adaptado aos tempos em que vivemos e ao atual desenvolvimento das sessões plenárias. Há cerca de um ano e meio do término do presente mandato era, pois, desejável materializar este desígnio, dando aos povoenses um sinal de maturidade política e democrática que seguramente será bem visto com bons olhos por toda a comunidade.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a Deputada Fátima Alves, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Este ponto quatro então incide sobre o grau de observância, como disse o Senhor Presidente e muito bem foi solicitado e está cá hoje para ser analisado por uma solicitação do grupo parlamentar do PSD, antes de mais dizer-se que a Assembleia Municipal é eleita separadamente da Câmara Municipal, por isso, goza de legitimidade democrática própria e para que este papel fundamental de fiscalização do Município possa ser realizado com zelo é importante, diria imprescindível que este órgão disponha de meios próprios, recursos humanos e físicos, e cabe a todos nós colaborarmos nesse sentido para que esses meios sejam colocados ao serviço da Assembleia Municipal, como oposição que nos consideramos capacitada e responsável.

Os vereadores e o grupo parlamentar do PSD contribuem para a transparência e eficiência através de sugestões e recomendações face às situações que vamos tendo e mãos e, por isso, consideramos que somos elementos cruciais no sistema político da

Póvoa de Lanhoso. Merecemos, pois, todos sermos tratados com dignidade e respeito pessoal e institucional dentro dos limites da lei e da urbanidade.

Refere este relatório que foi dada resposta aos pedidos de informação veiculados pela mesa da Assembleia Municipal, a pedido dos elementos que a compõem. Esta informação não corresponde à verdade, não deveria estar vertida no documento, dessa forma, o nosso Regimento prevê um prazo concreto para que sejam prestadas as informações, refere que esses pedidos de informação devem ser respondidos no prazo máximo de quinze dias, prorrogável por igual período, desde que tal seja fundamentado. Não estão a ser cumpridos os prazos e, por outro lado, também não estão a ser prestados esclarecimentos que permitam compreender o motivo de tanta demora e que põe em causa a verdadeira e efetiva fiscalização. Grande parte da documentação solicitada pelo nosso grupo parlamentar e que não nos foi remetida, não necessita de ser preparada, simplesmente necessita de ser reencaminhada, como se diz na gíria, à distância de um clique, mas mesmo assim, não houve tempo para carregar na tecla.

Refere ainda o relatório que foi garantida a consulta prévia sobre diversos assuntos às comissões permanentes instituídas no seio da Assembleia Municipal. Quanto a isto dizer-se que teria sido bastante profícuo, até pelas vicissitudes que todo o procedimento do alargamento do aterro sanitário da Braval tem manifestado que, desde o seu início, tivesse sido encaminhado a respetiva Comissão Permanente. Apesar de este relatório ser referente ao exercício de 2023, não podemos deixar de ressaltar a satisfação pelo trabalho conjunto dos membros que constituem a conferência de líderes. Face à recomendação que o grupo parlamentar do PSD emanou na última Assembleia Municipal relativamente à Braval, porém, como referi, temos de dar mais importância, às comissões permanentes, envolvendo-as desde o início no debate dos assuntos que estão sobre a sua alçada.

Ainda no que diz respeito às comissões permanentes e à sua abrangência, temos em mão o desenvolvimento da estratégia local de habitação, o início de funcionamento da StartUp Póvoa, temos também a necessidade de uma gestão atenta e eficaz dos equipamentos públicos e temos ainda obras que, a concretizar-se, irão ser de grande envergadura.

Por tudo isto torna-se importante e deixa-se aqui a recomendação que, tendo em consideração que é importante que as comissões parlamentares assumam um maior relevo na Assembleia Municipal e com base nos meios próprios que acreditamos que irão ser colocados à disposição da Assembleia Municipal, seja equacionada uma comissão permanente que se foque em habitação, em desenvolvimento local, em conservação de espaços públicos e em obras municipais. Refere também este relatório, o direito de ser ouvido sobre as propostas e respetivos orçamentos e planos de atividade.

Sim, é verdade, a Lei Reguladora do direito de oposição prevê o direito de ser ouvidos sobre as propostas, mas tal não aconteceu, não foram apresentadas as propostas previamente à reunião, apesar de reiteradamente solicitadas, tivemos sim uma mera

reunião de cortesia em que nem mesmo nessa reunião foram apresentados os grandes números do orçamento em termos de receita, despesa e compromissos plurianuais. Repare-se que, à luz da lei, a não apresentação prévia desses elementos poderá consubstanciar a anulabilidade de deliberações nos termos do artigo 163º do Código do Procedimento Administrativo.

Julgo não haver a necessidade de andar conscientemente à margem da lei, como é possível dialogar e confrontar ideias com esta assimetria de informação? Sabemos que não é possível.

Foi ainda solicitado que essa mesma reunião ocorresse em horário pós-laboral, de forma a facilitar as presenças e o mesmo não foi acolhido.

Fica o pedido ao executivo para que seja dado um sinal de mudança de procedimentos e colaboração, como dizia o nosso Presidente da Assembleia, no passado dia 25 de abril, vamos todos ser agricultores da democracia. Obrigada.”

De seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, e previamente a conceder a palavra à Câmara Municipal, para resposta, informou o plenário nos seguintes termos:

“Naturalmente, foi decisão desta Mesa da Assembleia não fazer a revisão no início do mandato, porque entendemos que não o deveríamos fazer, até para termos mais conhecimento da Assembleia.

Neste momento, o Regimento da Assembleia foi revisto pela Mesa, encontra-se nos grupos parlamentares, para obtermos a informação das alterações que pretendem, e aguardamos o desfecho das mesmas para que possamos apresenta-lo nesta Assembleia em junho ou setembro, dependendo daquilo que as bancadas parlamentares vão fazer, portanto, neste momento, esse passo está dado.

Dizer também que da Mesa nunca haverá filtros e tudo faremos pela transparência da informação, naturalmente, como disse e muito bem, a Senhora Deputada, nós não temos meios próprios e aquilo que temos feito é ao nosso encargo e continuaremos a fazer com todo o gosto pelo nosso concelho, mas, naturalmente, a Mesa da Assembleia não dispõe de outros meios que não sejam o nosso trabalho.”

Tendo, no seguimento, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira concedido a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente, vou começar mesmo pelos meios, os meios da Assembleia Municipal são os mesmos que sempre existiram em mandatos anteriores, aliás, eu quero realçar o trabalho que os recursos humanos que prestam apoio à Assembleia Municipal têm feito ao longo deste mandato e ao longo de mandatos anteriores, porque, de facto, é um trabalho exigente durante as assembleias, depois das assembleias, antes das

assembleias, na preparação de documentação e, como bem sabemos, os recursos não são imensos e infinitos, portanto, muitas vezes fora do horário laboral, os funcionários que prestam apoio à Assembleia Municipal dão de si para que os documentos estejam a tempo e horas entregues aos senhores deputados e para que o funcionamento da Assembleia possa decorrer dentro da normalidade. Por isso, eu quero deixar aqui esta nota de reconhecimento aos funcionários que prestam apoio a esta Assembleia Municipal.

Em segundo lugar sobre os prazos dos pedidos de informação e a listagem dos pedidos de informação 2023.

Se me perguntar se todos estes pedidos de informação foram dentro dos prazos, eu não sei responder à Senhora Deputada, se isso for alvo de grande ilegalidade, bom processo também não é, porque, de facto, a minha preocupação quando solicita aos serviços que dê resposta aos seus deputados e que a informação chegue, se chega dentro dos 15 dias, eu não lhe sei dizer, mas que chegue quando é possível chegar e, de facto, por vezes é difícil de conseguir. Eu vou dar-lhe este exemplo, de conseguir dar resposta àquilo que é solicitado nestes termos, investimento equitativo nas freguesias, mapa de investimento de todas as freguesias ao longo dos quadriénios, os que se iniciaram em 2009. E este pedido não teve ainda resposta, sabe porquê? Eu tinha que mobilizar um recurso humano durante um mês ou mais para seleccionar informação para enviar à Senhora Deputada. Eu assumo a decisão de não ter feito, sabe porquê, porque há outras prioridades às quais nós temos que dar resposta. Eu assumo isso aqui da mesma forma que assumo que a larga maioria das suas solicitações tem resposta e tem obviamente resposta, desde que isso não prejudique o normal funcionamento dos serviços, porque eu tenho a responsabilidade de assegurar que a Câmara Municipal que funciona bem no dia a dia e os recursos já são poucos, ficam caucionados desta forma ainda mais difícil se torna dar resposta no dia a dia. Solicitações que eu entendo que são muito importantes.

Também sobre o direito de ser ouvido sobre as propostas do orçamento. O meu comentário é quase o mesmo que fiz há bocadinho à Senhora Deputada, isso se estiver na disposição de reconhecer que no passado, procedimento errado, e eu estou na disposição de lhe dizer que poderemos rever ou reinterpretar aquilo que está na lei. Repare que o estatuto do direito da oposição não sofreu alterações, portanto, é o estatuto de direito à oposição de 1998, ora entre 2005 e 2021 a interpretação nunca foi esta, a partir de 2021... Não era oposição, mas não se incomodava com o facto de a oposição supostamente não ser ouvida e isso quer dizer, chama-se a isso, na gíria, querer um Deus para nós e outro Deus para os outros. Portanto, eu segui o seu raciocínio, não eram oposição, mas tinham acesso a esta documentação, tinham acesso aos relatórios do executivo que elaborava o relatório que era discutido na Câmara Municipal e, quando solicitado, na Assembleia Municipal. Recordo que este documento é discutido na Assembleia Municipal quando um dos partidos ao abrigo deste estatuto, solicita essa discussão. O ano passado, por exemplo, não solicitaram esta discussão, há dois anos não

solicitaram esta discussão, pois deram o benefício da dúvida. Portanto, e agradeço o facto de terem dado o benefício da dúvida, sou muito grato por isso e registo que o benefício da dúvida esgotou-se e, portanto, neste momento, não havendo benefício da dúvida, chegámos à conclusão que Vossa Excelências entendem que devem ser ouvidos, ser ouvidos não, querem apresentar o orçamento, as propostas do plano da Câmara Municipal. Ora, não é essa a leitura que fazemos da lei, não é esse o procedimento que sempre ocorreu, mas isso não nos impede de ter nas reuniões que fazemos com os com os partidos da oposição, uma interação que, reconhecerão, é uma interação de troca de posições, de opiniões e de pontos de vista sobre as várias matérias, coisa que não acontecia no passado também, há de ter esse registo, penso eu, portanto, aquilo que nós temos feito, Senhora Deputada, naturalmente, ouvir os partidos da oposição, sendo possível atender às suas sugestões. Eu recordo-me de mandatos em que o Partido Socialista, quando era recebido ao direito ao abrigo do estatuto do direito da oposição, era recebido para ser ouvido, para entregar um documento e, quem recebia os representantes do Partido Socialista não dizia sequer uma palavra, que não fosse boa tarde. Era para ouvir, de facto, aquilo que o partido Socialista trazia e mesmo assim, não é essa a nossa posição, não é isso que eu tenho feito, se podemos, no futuro, melhorar os procedimentos? Se podemos evoluir para uma forma de construir o orçamento em cada ano com mais contributos dos vários partidos que são oposição? Acho que podemos sempre melhorar, aliás, é isso que também temos tentado fazer. Há de reparar que, desde o início deste mandato, a Câmara Municipal, o executivo municipal, tem convocado não só os partidos que estão ao abrigo do direito estatuto da oposição que, neste caso, formalmente, e legalmente, são o PSD e o CDS PP, mas também todos os partidos que se candidataram nas eleições de 2021 e que não tem assento parlamentar. Fomos para além falando de democracia, alguém há momentos falava, penso que foi a Deputada, não sei se foi Pedro Afonso, a Senhora Deputada Fátima Alves, mas alguém falava da democracia dos 50 anos de 25 de abril, evoluirmos nos processos democráticos. Ora, quando este executivo convoca todas as forças políticas que foram eleições e 2021, nomeadamente aquelas que não tem assento nesta Assembleia Municipal, as outras que, por maioria de razão e por força legal, tem que ser convocadas para poder ouvi-los para lhes dar oportunidade de se pronunciarem. Eu acho que estamos a dar um sinal de algo, de um espírito de democracia, de participação, de espaço de participação, de oportunidade aos partidos para poderem dar os seus contributos. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a Deputada Fátima Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, vem o grupo parlamentar do PSD a solicitar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que, aquando da divulgação do relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias dos membros da oposição, seja apensa ao mesmo a seguinte pronúncia:

A Assembleia Municipal deve dispor de recursos humanos e físicos que lhe permita exercer cabalmente as suas funções. Não foi dada resposta pela Câmara Municipal a vários pedidos de informação veiculados pelo grupo parlamentar do PSD, nem apresentada justificação, fazendo aqui apenas a súmula dos pedidos que foram formulados e não respondidos no ano anterior, sem necessidade de qualquer preparação dos serviços.

Desde 16/3/2023, que aguardamos pela documentação que foi enviada à Infraestruturas de Portugal, designadamente o estudo de viabilidade que atestou que o traçado adotado para a via circular urbana é a solução mais viável em termos técnicos económicos.

Desde 15/7/2023, que aguardamos relativamente ao terreno junto às Bolas de Ouro, onde é pretendido levar a efeito centro interpretativo do território, pelo relatório de avaliação e pelas comunicações trocadas com as Infraestruturas de Portugal, que frustraram que esse terreno pudesse transitar para o domínio do Município da Póvoa de Lanhoso, sem custos.

Desde 18/12/2023, que aguardamos pelos relatórios que resultaram da contratação dos serviços especializados em avaliação e expropriação de parcelas de terrenos particulares necessários à realização dos projetos da futura de zona empresarial da Póvoa de Lanhoso e da Via Circular.

Quanto à consulta prévia anual dos planos de atividade e orçamento, solicita-se que, futuramente, as reuniões possam ser agendadas em horário pós-laboral. Solicita-se ainda que, em cumprimento da Lei reguladora do Estatuto do Direito à Oposição, que os projetos de planos de atividade e orçamentos sejam facultados previamente à reunião e com a devida antecedência, possibilitando as forças políticas da oposição da expressarem a sua opinião, apresentando argumentos e contrapropostas mesmo não tendo carácter vinculativo. Póvoa de Lanhoso, 27/4/2024.”

Em seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, verificou que não haviam mais pedidos de intervenção e deu por terminado o ponto quatro.

Deliberação: A Assembleia Municipal ficou inteirada da informação da Câmara Municipal sobre o Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Respeito pelos Direitos e Garantias dos Membros da Oposição.

Seguidamente o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, passou ao quinto ponto da ordem de trabalhos. **Ponto cinco: Proposta da Câmara Municipal para apreciação e votação do relatório de gestão e prestação de contas do Exercício de 2023, nos termos da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro.**

E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio a Vereadora Fátima Moreira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Nós vamos dividir a apresentação neste deste ponto, eu vou fazer a parte do relatório do Plano de atividade, o Senhor Presidente fará a seguir a apresentação relativamente ao relatório de contas.

Ora bem, relativamente ao relatório de atividades, ele está estruturado acompanhado aquela que foi também a estrutura do plano de atividades, está estruturado em três eixos, eixo um. eixo dois e eixo três, de acordo também com aquele tinha sido o manifesto eleitoral do Partido Socialista.

Eixo um – coesão e desenvolvimento social; Eixo dois – planeamento, ambiente e desenvolvimento económico, Eixo três – envolvimento económico e a atratividade do concelho, a marca Póvoa de Lanhoso.

Relativamente a este plano, nós tínhamos definido alguns objetivos estratégicos para cada um dos eixos, vou vos dar conta relativamente então ao cumprimento, ou não, dos objetivos que estavam definidos no Eixo um.

Tínhamos como primeiro objetivo estratégico concretizar a transferência de competências na área da saúde, que foi completamente cumprido. Iniciar a concretização do primeiro direito, não há muito a estratégia local de habitação que também foi completamente cumprido. Concretizar a ação educativa à luz das dos princípios da Carta das Cidades Educadoras que também está e foi completamente cumprido, desenvolveram programas de inclusão e de apoio à integração profissional que também, aliás, nos mereceu, até no trabalho desenvolvido, estarmos referenciados no prémio das Capitais Europeias da Inclusão e Diversidade. Requalificar os equipamentos escolares que também foi cumprido. Então neste eixo um, todos os objetivos estratégicos tínhamos delineado foram cumpridos a 100%.

Relativamente ao Eixo dois, no planeamento ambiente e de fomento económico, implementar, este era o primeiro, a plataforma atendimento arroba.net que também foi cumprido. Concluir a revisão do PDM, este objetivo não foi cumprido, mas porque, em termos legais, tivemos a possibilidade de alargar este prazo, como é do conhecimento geral. Num terceiro objetivo estratégico, concretizar o plano previsto para a Via Circular Urbana, como já foi aqui também bem elucidativa a intervenção do Senhor Presidente relativamente a este processo, está a ser cumprido tudo aquilo que estava em termos de plano, do que nos comprometemos a fazer no âmbito do deste projeto, a Via Circular Urbana. Realizar investimentos em todas as freguesias também está cumprido, as freguesias têm definidos investimentos que, como bem sabem, também estão dependentes de alguns financiamentos e que estão agora a caminhar e a ir para o terreno. Implementar o projeto-piloto de recolha de bio resíduos também foi cumprido.

Construir e implementar um plano de cyber-segurança da autarquia também foi cumprido, em termos genéricos. Então, relativamente a estes objetivos estratégicos, todos foram cumpridos, foi apenas alargada esta questão da revisão do PDM que, como já expliquei, decorreu de um processo legal.

No Eixo três elemento económico, atratividade do concelho, a marca Póvoa de Lanhoso, tínhamos como primeiro objetivo estratégico criar a Divisão de Planeamento Estratégico, Desenvolvimento Territorial, que também foi cumprido. Concretizar a StartUp que também foi cumprido, e o espaço Co-Work não foi cumprido, é um projeto que está a ser desenvolvido no âmbito da Comunidade intermunicipal, a CIM do Ave, que está com alguns atrasos, mas que nós vamos ver concretizada aquela expectativa que temos, e também o compromisso de ser assim, já no próximo mês de maio, este espaço Co-Work vai funcionar na antiga biblioteca da Casa da Botica. Afirmar a marca Póvoa de Lanhoso, através do Castelo de Lanhos, este também foi cumprido, o ano passado o nosso projeto Programa Povoar.te, tendo como tema o Castelo de Lanhoso e que, depois, se consubstanciou, também, no aumento de visitantes ao Castelo. Criar condições para a existência da formação na área da filigrana, este objetivo não foi ainda cumprido, nós temos esta intenção, no âmbito da parceria com o CINDOR, de termos aqui um polo do CINDOR e que vai possibilitar a formação da filigrana, temos de definir um espaço, é nossa expectativa, aliás temos já reuniões marcadas com o CINDOR nesse sentido, para que no próximo mês possamos avançar com este processo. Por isso, relativamente aos objetivos estratégicos que tínhamos delineados, dizer-vos que a grande maioria deles foram concretizados na sua plenitude e agora também de uma forma muito sucinta e por áreas sectoriais, vamos então apresentar por áreas sectoriais, as principais iniciativas e ações envolvidas:

Infraestruturas e equipamentos: a aprovação do projeto da Via Circular urbana, submetida a ata e que integra também o estudo de impacto ambiental; o início do funcionamento da Casa do livro que integrou a Rede Nacional das Bibliotecas Públicas; a construção do parque de estacionamento da Vila; o alargamento do cemitério de Campo; a colocação de cobertura no campo da feira com a reabilitação da Praça do Peixe; a reabilitação do campo de jogos da Escola Básica Gonçalo Sampaio, com a criação do campo de Padel; a inauguração da StartUp Leira; a instalação do chafariz na Praça Eng.º Armando Rodrigues; o reforço da rede elétrica, com a instalação de postos de transformação e a mudança de luminárias no Monte do Pilar; a reabilitação do autocarro doado; a aquisição de um camião do lixo e de um camião grua para os eletricitistas; a reabilitação do Jardim do Professor e a reabilitação do Pavilhão da Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso.

Na área da Educação: intervenções generalizadas em todos os estabelecimentos escolares; a implementação do Cartão Escolar Municipal para todos os níveis de ensino; a aprovação do projeto educativo local com o lema Felizes Temos Sucesso; a

dinamização do programa de generalização da natação para os alunos do quinto ano; a adesão de todas as escolas ao Plano Nacional das Artes.

Na Ação Social: a aprovação do novo Regulamento Póvoa Solidária, com reforço e novas medidas sociais; a aprovação do Plano de Desenvolvimento Social; o alargamento da rede dos centros de convívio, com a abertura de 3 novos centros e a obtenção do prémio Autarquia Familiarmente Responsável. Com o apoio das Juntas de Freguesia, a realização do passeio convívio para os seniores à Malafaia; o alargamento do passeio a Fátima a toda a população; o apoio na concretização do projeto inovador da Associação de Apoio aos Deficientes Visuais do Distrito de Braga, Rádio União, a Nossa Voz.

No âmbito da habitação: a compra de terrenos para a construção do Parque Público de Habitação nas freguesias de Fontarcada e Monsul; a adesão ao programa 360 do INR, c, com sete candidaturas aprovadas para melhorar as acessibilidades habitacionais; a implementação da nova medida do social de apoio ao empréstimo; o alargamento da medida HabitaLanhoso, possibilitando intervenções que visam melhorar o conforto térmico das habitações e a criação de um projeto de responsabilidade social denominado empresa solidária.

Na área da saúde: a concretização do processo de delegação de competências, na área da saúde; a realização das jornadas de Saúde e Bem-Estar; a formação em suporte básico de vida nas IPSS, em colaboração com a essência do Centro de Saúde; a criação de um grupo de ajuda mútua, no âmbito do Gabinete de Apoio ao Cuidador Informa (GACI); a colocação de desfibriladores nos parques desportivos.

Na área do ambiente: obtenção de reconhecimento de qualidade exemplar de água para consumo humano; o aproveitamento das águas das nascentes da Serra do Carvalho, ao nível da eficiência hídrica; o alargamento da rede de água em 8,2 quilómetros e de saneamento em 2,64 quilómetros; a execução de 195 ramais de água e de 98 ramais de saneamento; a implementação do projeto-piloto de recolha de bio resíduos; o reconhecimento do primeiro ECO, o Agrupamento de Escolas da Póvoa de Lanhoso, ao nível do programa ECOESCOLAS.

No âmbito da dinamização económica: a realização do primeiro Mercado de Oportunidades e a Feira de Stocks; a implementação do mercado produtos verdadeiramente locais; a reabilitação e melhorias infraestruturais dos parques industriais de Monsul, Mirão e Vilela.

Na área da cultura: a realização da 18ª edição do Conte; entrega da Chave da Vila ao ator Ruy de Carvalho; a implementação do novo projeto PóvoaDança e a realização das primeiras Marchas Populares Terra do Ouro; a dinamização do programa Povoar-te com o tema Castelo de Lanhoso que resultou num aumento significativo de visitantes; o reforço dos protocolos com as coletividades culturais, nomeadamente as bandas, os ranchos folclóricos e o grupo cénico; a realização da semana Maria da Fonte; o apoio na recuperação e construção Opereta Maria da Fonte.

Na área do turismo e eventos: a integração de arte da filigrana da Póvoa de Lanhoso no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial; a realização do evento Sentido Póvoa Filigrana; o reforço à iniciativa Noite Gerações; a certificação dos serviços de Turismo do Município; a participação na BTL na FIA e na Agro; a realização da segunda edição de Natal na Praça e das Festas em José e uma presença regular nos principais meios televisivos.

No desporto: a atualização dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo; a instalação de novas caldeiras nas piscinas municipais e o alargamento do horário de seu funcionamento; a realização da Urban Race Fit; a realização do torneio infantil de futebol Gold Cup Póvoa de Lanhoso; a realização da iniciativa Conversas Fora de Jogo.

Na área da Juventude: a revitalização do Conselho Municipal de Juventude; o apoio na concretização da Jornada Mundial da Juventude; a inauguração no monumento ao Escutismo.

Ao nível da igualdade de oportunidades e inclusão: a implementação do programa Férias Ativas Inclusivas; a criação da Rede dos Monumentos Inclusivos e do Programa Castelo de Lanhoso Inclusivo; a formação em Língua Gestual Portuguesa para os colaboradores da autarquia.

Na Proteção Civil: a aquisição de equipamentos, nomeadamente o bio triturador e o kit de combate aos incêndios; a realização da semana da Proteção Civil; a criação do clube de Proteção Civil do Agrupamento de Escolas Gonçalo Sampaio; o reforço do serviço da Proteção Civil com uma viatura de 4X4; o apoio no funcionamento da terceira Equipa de Intervenção Permanente; a execução de faixas de gestão de combustível por todo o concelho.

Ao nível do bem-estar organizacional: a celebração do dia do colaborador; a implementação de um programa de receção de novos funcionários da autarquia; a implementação de medidas de conciliação entre a vida profissional e familiar, previstas no Plano Municipal da Igualdade de Género e Oportunidades; a realização da reunião mensal com as chefias e os responsáveis dos serviços.

Na modernização administrativa: a reestruturação do Balcão Único; a disponibilização da plataforma atendimento arroba.net, ao nível do serviço de urbanismo; a implementação do plano da cyber-segurança.

Notas finais para dar conta da descentralização das reuniões de Câmara e da Assembleia Municipal e da receção de diferentes responsáveis políticos do 23º Governo Constitucional na Póvoa de Lanhoso.

Em jeito de conclusão, leio a conclusão do preâmbulo deste relatório, que diz o seguinte: o ano 2023 foi, sem dúvida, um período de realizações significativas e de progresso em múltiplas frentes para a Póvoa de Lanhoso, através da implementação de políticas inovadoras, da realização do projeto estruturantes e de fomento e uma participação comunitária ativa. Continuamos a construir um concelho mais resiliente, inclusivo e sustentável.

Olhando o futuro, reiteramos o nosso compromisso de manter a trajetória de crescimento, valorização comunitária e desenvolvimento sustentável, com o objetivo primordial de melhorar continuamente a qualidade de vida de todas as pessoas que residem e visitam a Póvoa de Lanhoso.”

Seguidamente o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, ainda na apresentação do ponto pela Câmara Municipal, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara.

Interveio o Presidente da Câmara Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Em relação à prestação de contas, realçar aqui alguns aspetos que nós entendemos que são relevantes, nomeadamente em relação à execução da receita. Nós ultrapassámos os 100% no ano 2023, estamos nos 100,8 pontos percentuais. A justificação é simples, quando fazemos uma projeção orçamental para determinado ano, em determinadas rubricas essa projeção pode ser superada e, portanto, foi isso que aconteceu em três ou quatro rubricas fundamentais ultrapassámos os 100%, citamos os 100,8 pontos percentuais.

Em relação à execução de despesa situamos nos 90,9 pontos percentuais, o que é também, do ponto de vista da eficácia de execução, um valor significativo.

Outro aspeto importante está relacionado também com a receita efetiva que aumentou 11%, portanto, são 2.386.000,00€ (dois milhões trezentos e oitenta e seis mil euros) de aumento de receita efetivo que notamos como sendo também muito importante e muito significativo.

A transição do saldo de gerência 2.663.000,00€ (dois milhões seiscentos e sessenta e três mil euros) ,o que é um valor também, aliás é a diferença entre os 100% e os 90% que referi anteriormente e que permite também dizer que, no exercício de 2023, o Município, cumprindo os seus objetivos, consegue transitar o ano com uma almofada orçamental que lhe permite também entrar no ano 2024, honrando compromissos que transitam, porque há sempre compromissos que transitam nos últimos dias de cada ano civil, mas em condições de poder, digamos assim, desempenhar, ter uma atividade normal do ponto de vista orçamental.

Na aquisição de bens e serviços também aumentámos em 1,400.000,00€ (um milhão e quatrocentos mil euros), esta rubrica, que é muito significativa também e que está relacionada com matérias-primas, transportes, trabalhos especializados, que está muito relacionado também com o aumento do efetivo da DOMA e de serviços que são prestados diretamente pelo Município e que requerem, também, que nós tenhamos forma de, digamos, alimentar essas equipas e tê-las, no dia a dia, com os meios necessários para poderem desempenhar as suas funções e, portanto, houve aqui um aumento substancial.

Relativamente à aquisição de bens de investimento, também um aumento de quase dois milhões de euros, 1,900.000,00 (um milhão e novecentos mil euros), esta variação entre 2022 e 2023, está relacionada com o facto de termos uma libertação de 1,400.000,00€ (um milhão e quatrocentos mil euros) de 2022, que estava relacionada, em grande parte, com os contratos interadministrativos. Portanto, a aquisição de bens de investimento em 2022, não podendo ser aquela que nós desejávamos, porque não temos margem orçamental para isso, pode ter um acréscimo significativo, que está relacionado com obras e aquisição de bens de investimento.

Outro aspeto importante também, a análise da dívida global. A análise da dívida global tem uma variação positiva de diminuição de quase 400.000,00€ (quatrocentos mil euros), isto acontece, e alguns poderão pensar, bom mas se nós contraímos mais empréstimos como é que a dívida reduziu 400.000,00€ (quatrocentos mil euros), porque os empréstimos não estão executados, portanto, à medida que os empréstimos forem sendo executados, esta atualização vai acontecendo e à medida que formos discutido em reunião da Assembleia Municipal, os valores e a margem de dívida que é, digamos, usada, ela terá uma atualização em sentido contrário, mas, neste momento, ainda é positiva.

Os limites máximos dívida do Município são de vinte e cinco milhões e meio de euros. Neste momento, estão ocupados 6.172.000,00€ (seis milhões cento e setenta e dois mil euros), portanto, com uma diferença de 19.330.000,00€ (dezanove milhões trezentos e trinta mil euros).

Um outro aspeto que é também muito importante, e muito realçado também por quem é desta área, está relacionado com o rácio de liquidez do Município, rácio de solvabilidade, autonomia financeira que 2022 para 2023 se mantém. Portanto, é também uma notícia muito importante e positiva.

Relativamente aos resultados operacionais, os resultados operacionais, eu expliquei o ano passado e penso ter explicado há dois anos também, serão sempre, necessariamente, negativos estando relacionado com o facto de o Município estar gradualmente a registar tudo o que são as suas propriedades, os edifícios, a delegação de competências também contribui brutalmente para isto porque, por exemplo, todos os edifícios escolares passam a ser do Município, o edifício do Centro de Saúde também passa a ser do Município, logo, as depreciações e amortizações terão sempre tendência ser cada vez maiores com o passar dos anos, portanto, tem uma relação direta com os imóveis propriedade do Município que, anualmente, terão sempre uma depreciação muito significativa, sendo que este ano a depreciação até mais baixa do que no ano anterior, portanto, mas decorre destes dados que acabei de referenciar, e estes são os aspetos mais relevantes das contas. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Deputado do GP do CDS, Pedro Afonso.

Interveio o Deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Começo por agradecer as apresentações da senhora vereadora Dra. Fátima Moreira, do Senhor Presidente de Câmara, e da análise do relatório de gestão e prestação de contas do exercício 2023, em particular da informação prestada no capítulo da análise orçamental, bem como do parecer elaborado pelo Revisor Oficial de Contas, no qual menciona que o grau de execução orçamental é, no seu entendimento, muito satisfatório e que as contas anuais do Município merecem apreciação positiva. Também concluiu que as mesmas devem ser vistas à luz do próprio relatório e, aí, outros considerandos poderão ser tecidos, porque se em áreas como a ação social, a educação, a proteção civil, a manutenção do espaço público, a melhoria da rede de saneamento, mais recentemente a saúde tem merecido a devida atenção e investimento condizente por parte do Município. Porque poderão, obviamente, e deverão ser positivamente avaliadas áreas como eficiência dos serviços, a implementação de sistemas de gestão de qualidade em todas as divisões da Câmara Municipal e até mesmo a modernização administrativa da própria autarquia, que não tem tido o mesmo tratamento, o que tem gerado na população um sentimento de descontentamento, em relação a celeridade nas respostas prestadas, muitas vezes com processos internos demasiado burocratizados. Ou ainda, por exemplo, em matéria de coesão territorial, no que ao PDM diz respeito, a infraestruturas no geral e nas obras de relevo, como é o caso do compromisso eleitoral, construção da via circular ou até mesmo, já no decurso do mandato, da construção do Centro Interpretativo do Território, obra de abrangência supramunicipal a instalar na Rotunda do Ouro, e aqui apresentado com uma porta de entrada no Parque Natural da Serra do Gerês, e que das quais, até à data, nada tem os povoenses como garantido que ocorra a breve trecho.

No entender do CDS PP, uma perspetiva ligeiramente menos pujante em algumas áreas de exercício de atividade em 2023 pelo que, ainda que as contas estejam corretas e a receita tenha aumentado, certo é que das obras de maior relevo ainda não temos materialização efetiva, continuamos sem um PDM revisto, continuamos sem o início da obra da Via Circular Urbana, continuamos também sem um grande evento de âmbito nacional ou até mesmo regional do nosso concelho, e aqui abro um parênteses, exceção feita ao concurso nacional do Teatro Rui de Carvalho que tanto nos orgulha, continuamos também sem um Fórum Auditório Municipal que possa acolher eventos importantes e ajudar a dinamizar a cultura e a economia concelhias. Continuamos a minorar a dinamização do Monte do Pilar, como aqui já hoje referi, continuamos a não ter a ponte Eiffel reerguida escultoricamente a servir o seu propósito numa eventual travessia do Ribeiro do Pontido. Continuamos muito devagar em algumas áreas e, por isso, o CDS PP continuará a manter o entendimento do ano passado e irá abster-se neste ponto, esperando sinceramente poder no próximo ano, avaliar de outra forma, a

globalidade do desempenho da ação do executivo em todas as áreas de atuação do Município. Assim o desejamos a bem da qualidade de vida dos povoenses. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a Deputada Fátima Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Vamos então agora apreciar o relatório de gestão e quantas de 2023, a minha intervenção vai seguir a estrutura do documento, para que seja mais fácil verem em que ponto estou a fazer as observações, naturalmente, estou aqui um pouco condicionada pelo tempo.

A primeira observação que queria fazer e relativamente à execução da despesa, não nos faz sentido estar mencionado no relatório que a gestão cautelosa e planeada das despesas públicas e que esteve na origem de um patamar de execução abaixo dos 91%. A gestão cautelosa e planeada tem que existir, naturalmente, aquando da definição do orçamento, mas o mesmo é desenhado para ser concretizado a 100%.

Por outro lado, um classificar o ano de 2023 como um ano de realização de projetos estruturantes, sabemos bem que não é verdade, esperemos que em 2024 e 2025 o possamos ver vertido no relatório correspondendo à realidade, mas, neste momento, não temos obras estruturantes realizadas

É-nos dito que estamos na quarta versão do PDM, quando tomaram posse existia uma primeira versão, de seguida a Câmara Municipal, em 2022, dá-nos nota que pretende dar o seu cunho ao PDM, portanto, haverá segunda versão. A pergunta que se lança é o que foi de relevante alterado nas versões três, quatro e se eventualmente, poderemos ver acolhida a proposta do PSD que fizemos ao abrigo do Estatuto do Direito à Oposição, de podermos contar com uma reunião com a CCDR-N, à semelhança do que aconteceu no arranque do mandato.

Relativamente saneamento, o Município da Póvoa de Lanhoso, em 2023, em termos de saneamento, executa 33% daquilo que havia executado em 2022, foram executados seis quilómetros em 2023 dois, a que se deve esta significativa desaceleração?

Vemos que a Câmara Municipal alargou, e aqui já foi dito pelo o colega deputado Pedro Afonso, que foi alargado serviço de certificação da qualidade para o serviço de turismo e eventos. O que gostaria de questionar é se, efetivamente, também ponderam alargar isto outro tipo de serviços do Município.

Este relatório dá-nos conta que houve 3.424 processos administrativos que resultaram de participações e denúncias particulares e falamos também de 178 processos de contraordenação. Quer isto dizer que apenas 5% das participações têm fundamento, que

estes 3.424 poderão ter duplicação ou que, eventualmente, não estejamos com níveis de fiscalização, ou serviços de fiscalização em número suficiente para as necessidades.

Fala-nos também o relatório que foram tramitados 926 processos de contraordenação, este é o número que temos de decisões pendentes.

Por outro lado, é necessário retificar a página do Município no que diz respeito ao Serviço Municipal de Informação ao Consumidor, nomeadamente no que diz respeito ao Tribunal Arbitral, porque ela ainda consta, por exemplo, o doutor Bruno Fernandes como representante do executivo junto do Tribunal Arbitral.

Refere ainda este relatório que temos a implementação, e há pouco foi dito pela Senhora Vice-Presidente, do projeto Co-Work, gerido pela Comunidade Intermunicipal do Ave. No entanto, em dezembro foi aprovado o Regulamento Municipal de Funcionamento a Utilização da StartUp que disponibiliza, entre outros, aos promotores a possibilidade de utilizar o espaço Co-Work da Casa da Botica, até inclusivamente, foi definido nesse regulamento o valor a ser cobrado pelo mês. A questão que se levanta é a seguinte, a Câmara Municipal cedeu através de um contrato de comodato, celebrado em 25 de março de 2023, esta é uma informação que foi retirado da página da CIM do Ave e, por isso, peço que confirmem, ou não, que foi celebrado este contrato, e a questão que também se lança é, o Município vai ser alheio à gestão desse com o Co-Working, vai ficar à responsabilidade da CIM do Ave ou ficará a Póvoa de Lanhoso, com a gestão desse local.

Verificamos que o Município não tem um técnico, passe o pleonismo, mas é assim que está vertido no regulamento, que assegure tecnicamente a integração do Arquivo Municipal Central. Atualmente teremos cerca de 110, 120 avençados, não será possível colmatar essa necessidade por essa via? É que não se pode correr o risco do Município dizer simplesmente que uma documentação não existe quando ela, inclusivamente, os pode está perdida e só precisa de ser arquivado.

Quanto a auditorias, sabemos que foi feita uma auditoria externa às contas do Município solicitada quando o Senhor Presidente foi eleito. Encerramos as contas de 2022, sem conhecer a auditoria. É apresentado em 2023, um relatório sem nos dar nota dessa auditoria, e o que perguntamos é quando é que vão ser conhecidos os resultados dessa auditoria? Não estará hoje o Senhor Presidente em condições de partilhar os resultados dessa auditoria, é que se ela existir, faz todo o sentido que seja partilhada.

Vamos ainda falar da questão da EPAVE não ter apresentado o seu relatório prestação de contas, mas depois ali o deputado Vítor Silva vai explicar-nos as consequências que daí podem advir, por isso, mas não nos centramos muito na análise financeira, até porque o Senhor Presidente já fez ali elucidação dos números gerais.

Quanto à aquisição de terrenos, a Senhora Vice-Presidente há pouco, penso que me terá respondido, foi adquirido 350.000,00€ (trezentos e cinquenta mil euros) que dirão respeito aos terrenos da estratégia local de habitação, Fontarcada Monsul, muito bem

Aqui eu peço especial atenção, porque é muito complicado analisar rendimentos quando em funções não especificadas, temos um valor global de 13.400.000,00€ (treze milhões e quatrocentos mil euros), portanto, isto não dá nem sequer para compreender como é que está a comportar-se a delegação de competências, se nos pudessem elucidar. E aqui vou identificar a página para ser mais fácil localizar, o quadro da página 153, que nos diz que em outras funções diversas não especificadas, estão vertidos 13.400.000,00€ (treze milhões e quatrocentos mil euros).

Todos os anos estão a ser poupados 700.000,00 (setecentos mil euros) em prol do projeto estruturante da Via Circular Urbana. Contudo, na conta de Caixa e Depósitos, a mesma de 2022 para 2023, apresenta uma oscilação de apenas 105.000,00€ (cento e cinco mil euros), onde é que estão lançados restantes 600.000,00€ (seiscentos mil euros)?

A Autoridade Tributária levou a efeito uma ação de fiscalização ao Município em fevereiro de 2023, quanto ao IVA. Esta ação de fiscalização porque é que surge e quais foram os resultados da mesma? Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o Deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu não vou focar muito aqui nas atividades desenvolvidas, uma vez que essas vão sendo discutidas periodicamente, a cada sessão da assembleia na discussão do ponto um, como as aconteceu e, para além disso, a Senhora Vice-Presidente já aqui deu conta que, em termos de plano de atividades, aquilo que se propuseram para o ano 2023 foi amplamente cumprido.

Portanto, olhando mais para as contas e para a questão financeira, que também o Senhor Presidente já esvaziou aqui um bocadinho intervenção, mas há aqui um outro ponto, que é um mau seguir à minha ordem.

Portanto, impõe a Lei das Finanças Locais que execução orçamental a receita seja de pelo menos 85%. Neste capítulo, a Câmara Municipal apresenta uma execução da receita, como fez referência o Senhor Presidente de 100,08%, receita que teve um acréscimo de 3.761.500,00€ (três milhões setecentos e sessenta e um mil e quinhentos euros), também já foi explicado pelo Senhor Presidente, no que respeita ao resultado orçamental, verificamos que a receita total cobrada supera a despesa total paga e tendo a autarquia liquidado todas as faturas a fornecedores de conta corrente imobilizados, o Município vê-se com um saldo de gerência de 2.660.000,00€ (dois milhões seiscentos e sessenta mil euros), o que é um ótimo indicador. Do lado da despesa orçamental também as taxas de execução são muito satisfatórias, com valores acima de 90%, verifica-se uma variação despesa 2.900.000,00€ (dois milhões novecentos mil euros), que

se justifica com atualização de vencimentos e transferência de competências na área da educação e da saúde e só aqui estamos a falar de €1.120.000,00€ (um milhão cento e vinte mil euros).

A aquisição de bens e serviços, que também apresenta um aumento significativo também aqui já explicado pelo Senhor Presidente, com o aumento do custo das matérias-primas, trabalhos especializados e outros. O aumento de transferências e subsídios correntes, que engloba aqui também um aumento de verbas disponibilizadas para as freguesias, instituições, famílias, etc.

O total da despesa efetiva sofre um aumento de 3,500.000,00€ (três milhões e quinhentos mil euros), enquanto a despesa não efetiva, falámos aqui dos passivos financeiros, sofreram uma alteração positiva de 63.600,00€ (sessenta e três mil e seiscentos euros).

Outro dado que importa analisar neste relatório é a evolução da dívida e, comparativamente ao ano 2022, verifica-se uma diminuição de dívida de cerca de 380.000,00€ (trezentos e oitenta mil euros), mais um dado positivo que, embora pese o facto que o Senhor Presidente também já aqui falou, porque agora fala-se nisso, não esconde os números, há empréstimos aqui que ainda não estão a ser contabilizados e que serão mais tarde. É verdade que o passivo a curto prazo aumentou ligeiramente, contudo, o passivo a médio longo prazo tem esta descida que é considerável.

A Autarquia não apresenta dividas em atraso há mais noventa dias, a 31/12/2023, é também um excelente indicador. E quanto aos limites da dívida, verificámos que foram cumpridos integralmente, ficando até com uma margem considerável relativamente à possibilidade de endividamento.

Em suma, os dados analisados no relatório parecem-nos votar bastante positivos, elucidativos do bom trabalho desenvolvido pelo Município, mas há aqui um dado qual eu não me pronunciei, a Câmara também não se pronunciou, que me parece deveras importante, porque falámos da capacidade da Câmara a fazer obras com receitas próprias há muitos anos, ainda hoje, os senhores deputados aqui fizeram referência a isso, no passado eu próprio fiz várias intervenções nesta Assembleia, alertando para o facto do executivo à altura demonstrar uma incapacidade de gestão de tal ordem que não conseguia fazer a mais pequena obra que fosse com capitais próprios. Pois bem, este relatório diz-nos também que este executivo financiou 34% dos investimentos feitos com recurso a receitas próprias e é de longe, o valor mais elevado do último quadriénio. É um dado importante para este relatório e para que se perceba o bom trabalho e as boas práticas que estão a ser desenvolvidas, mas é um dado que será importante reter também para a discussão de outros pontos que estão na ordem de trabalhos de hoje, para os quais já adivinho o discurso a que vamos assistir e, portanto, fica a chamada de atenção 34% dos investimentos feitos por esta Câmara Municipal no ano 2023 foram feitos com recurso a receitas próprias. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Victor Hugo Silva.

Interveio o deputado Victor Hugo Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O regime financeiro das autarquias locais, inequívoco de conhecimento geral e trata-se da matéria que nos encontramos a deliberar neste ponto. Os documentos da prestação de contas devem ser apreciados por este órgão deliberativo em sessão ordinária, a ocorrer durante o mês de Abril.

Neste documento referente à prestação de contas do ano 2023, ao contrário dos anos anteriores, não se encontra vertido relatório de contas da entidade subsidiária do Município da Póvoa, a Escola Profissional do Alto Ave. Adicionalmente, refere o Revisor Oficial de Contas, na redação do seu parecer, a existência de duas reservas por limitação de âmbito, ou seja, não foi possível auditor obter prova suficiente sobre determinado aspeto materialmente relevante. Uma delas prende-se no facto de o Município em 2023, ao contrário dos anos anteriores, não aplicar o método de equivalência patrimonial relativa à sua subsidiária por não terem sido disponibilizadas as demonstrações financeiras referentes a 31/12/2023 dessa entidade e, como seria de esperar, não foram reunidas as condições para aferir acerca dos impactos desta situação nas rubricas correspondentes. A justificação, em dois parágrafos, foi de que o conselho de administração da EPAVE decidiu pelo adiamento da prestação de contas, por forma a refletir nas mesmas o contrato vinculativo, que permita o reconhecimento subsídio ano letivo 2023/2024, de acordo com as normas de contabilidade públicas vigentes. De realçar que um parecer com reservas emitido pelo revisor oficial de contas pode limitar ou impossibilitar a atividade do Município no que respeita ao financiamento das suas pretensões, nomeadamente pelo recurso à banca, o recurso a fundos de financiamento. Sabemos também que foi solicitado e obtida essa autorização para uma remessa intempestiva da conta de gerência ao Tribunal de Conta, visto as circunstâncias relatadas resultarem de fatores que condicionam o normal funcionamento da escola profissional, sendo que este adiamento permite que a conta de gerência desta subsidiária possa ser remetida até 30/6/2024. Como tal, questionamos sobre a ausência do ofício do Tribunal de Contas a dar conta desta decisão, como forma de corroboração desta prorrogação e para o efeito, solicitámos por intermédio, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que seja facultado a todos os grupos parlamentares esta documentação de forma a que sejam todos elucidados sobre o exposto.

Por último, sabemos que a consolidação de contas terá que ser efetuada e deliberada até ao final de junho de 2024, caso o conselho de Administração da EPAVE apenas reporte conta de gerência do durante o mês de Junho, terá o Município condições de consolidar as suas contas de forma, nós conseguirmos deliberar atempadamente. Muito obrigado.”

Em seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio a Vereadora, Fátima Moreira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu tenho aqui o documento, Senhor Deputado Vítor, não temos nenhum problema em partilhar o documento do Tribunal de Contas e é exatamente isso que isso que diz, nós temos, de facto, a EPAVE de acordo com aquela informação que eu prestei quando tratamos do ponto do quarto trimestre, a EPAVE como não tenha candidatura aprovada, recebeu um determinado valor de adiantamento que não pode ser contabilisticamente contabilizado nas contas. Isso alteraria todo o plano, digamos assim, contabilístico em termos de informação e que não corresponde, de facto, à vida que a EPAVE teve em termos económicos, no período em questão, nesse sentido e, obviamente, em concordância também com aquelas que são as pessoas que acompanham a EPAVE nesta área financeira, foi solicitado ao Tribunal de Contas esta autorização extraordinária e tivemos, como disse e muito bem, a informação do Tribunal de Contas, a autorizar que que as contas possam ser então aprovadas até 30/6/2024, por isso, estamos em conformidade com aquilo que é que foi solicitado e vamos cumprir obviamente aquilo que foi determinado pelo Tribunal de Contas, porque estamos agora em condições de apresentar os valores, quando assinámos o termo do financiamento da formação. Eu posso partilhar o documento que, por acaso, que me trouxe documento comigo, posso partilhar ou então enviámos depois por e-mail, como quiserem.

Relativamente a algumas considerações feitas pela Senhora Deputada Fátima Alves e relativamente à interpretação, a opinião que, neste momento, não existem projetos estruturantes, permitam-me que diga, como Senhor Presidente já disse há pouco, para nós os aquilo que é estruturante não tem que ser exatamente a obras, não é? Algumas, por exemplo, foi para nós é estruturante a revisão que fizemos do Póvoa Solidária, é uma é um documento estruturante e que faz a diferença no dia a dia das famílias e, por isso, para nós é estruturante. Também para nós é estruturante todo o processo que fizemos no âmbito da estratégia local de habitação, com a aprovação do documento, com a criação das condições de concretizar esse documento com a aprovação que tivemos por parte do IHRU do termo de Financiamento para concretizar a estratégia local de habitação. Estamos a falar de muitos milhões de euros que podem ser concretizados e o facto de termos tido oportunidade aprovar aquele documento e de assinámos o termo de com o IHRU, que nos vai garantir esse financiamento é estruturante, para nós é estruturante. Assim, como é estruturante, no âmbito da nossa estratégia da literacia, o funcionamento da Casa do livro, a sua integração na rede pública na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas que a Póvoa de Lanhoso nunca teve uma biblioteca na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas e conseguimos isso com a Casa do Livro e cumprindo

critérios que estavam definidos pela DGLAB. Enfim, para nós, essas são algumas das situações que nós consideramos estruturantes.

Relativamente ao alargamento da certificação de qualidade a outros serviços, sim, há essa intenção.

Ainda relativamente ao Co-Work dizer-vos que, de facto, tem que existir este de contrato de comodato, porque como o projeto é da CIM, nós tivemos que formalizar este contrato de comodato, para a CIM poder agir no âmbito da sua candidatura, num espaço que não é dela, digamos assim, mas a gestão vai ser aquela que está plasmada no regulamento, feita pelo Município.

Relativamente ao técnico superior de arquivo, está previsto no nosso mapa de pessoal e é uma necessidade que temos identificada, e sim, haveremos de encontrar a pessoa que cumpra estas funções e que tenha estas competências.”

Seguidamente o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, ainda na resposta da Câmara Municipal, concedeu a palavra ao Presidente da Câmara.

Interveio o Presidente da Câmara Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Bom dar só duas notas de esclarecimento em relação aos resultados dos serviços da Câmara Municipal.

No que diz respeito à rede de saneamento, há que ter em conta que em 2022, a diferença de 2022 para 2023, em que 2023 nós priorizamos a rede de água, estrategicamente priorizamos a rede de água, porque o resultado do trabalho de uma equipa que esteja a trabalhar na rede de saneamento durante um mês ou na rede de água durante o mês, do ponto de vista do serviço que presta à população e o efeito imediato que tem é completamente diferente e, por isso, fizemos muitos quilómetros de rede de água durante o ano 2023, já tínhamos feito em 2022 também, mas falta contabilizar os ramais de água e de saneamento que também são muitos. Eu não tenho aqui o número presente, mas posso lhe facultar os números, são 159 ramais de água, 98 ramais de saneamento, oito quilómetros de rede de água, o que é muito significativo e, portanto, tudo isto, e os quilómetros de rede de saneamento já os referiu, com recursos da Câmara municipal exclusivamente, portanto, entendemos que prestamos um serviço melhor à população, se pudermos com os meios que temos à disposição para resolver o abastecimento de água ao domicílio, que é um problema hoje bem mais grave do que era ao mandato atrás. Há dois mandatos atrás, todos os senhores Presidentes de junta conhecem, de certeza, casos nas suas freguesias de pessoas que tinham água e que, no verão do ano passado, há 2 anos atrás, ficaram sem água nas minas ou nos poços ou nos furos, há inúmeros exemplos disso e, portanto, definimos a estratégia e priorizarmos este tipo de investimento.

Sobre auditoria externa, nós recebemos já resultados, temos um relatório, pedimos a compilação do relatório mais sucinto, digamos assim, porque achamos que, de facto, era um documento demasiado extenso e vamos apresentar o resultado dessa auditoria, quando acharmos que é relevante, não achámos que era relevante apresentá-los por enquanto, posso adiantar, se quiserem, se acharem politicamente importante saber que não advém nenhum caso que possa requerer atenção nem na Câmara Municipal, nem da Assembleia Municipal. Há uma ou outra recomendação que nós achamos que deve ser que deve ser atendida em relação a determinados procedimentos normais, procedimentos tem a ver com a negociação da Câmara Municipal e que ocorria no mandato anterior e, portanto, nós alguns até sugerimos a sua correção e apresentaremos um relatório quando acharmos que há espaço para isso, mas não é propriamente uma prioridade para o executivo e, portanto, vamos fazê-lo a seu tempo.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a Deputada Fátima Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Só dar aqui uma nota ao Senhor Presidente de Câmara é que a rede de água também desacelerou, portanto, tínhamos feito doze quilómetros em 2022 e em 2023, passamos para oito quilómetros, portanto, há também uma desaceleração nesse serviço.

E, essencialmente, queria-me focar nisto, ficou por esclarecer a questão dos 13.400.000,00€ (treze milhões e quatrocentos mil euros) em funções não especificadas e passo a explicar, nós temos, no quadro 153, as várias funções definidas, onde temos a habitação, temos outras, não temos as receitas e onde temos as despesas. Ora, se os valores tivessem alocados nos sítios certos, nós sabíamos o balanço de cada uma dessas funções, tendo a rubrica não especificada 13.400.000,00€ (treze milhões e quatrocentos mil euros), só para terem noção, em termos de a educação temos gastos na ordem dos 5.266.000,00 (cinco milhões duzentos e sessenta e seis mil euros) e temos, por exemplo, rendimentos na ordem dos 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil euros) significava que a área da educação estava numa clara derrapagem orçamental. Penso que tal não está a acontecer, portanto, o repto que lanço em situações futuras que este valor de 13.400.000,00€ (treze milhões e quatrocentos mil euros), que nunca mais vai ser 13.400.000,00€ (treze milhões e quatrocentos mil euros), o valor que for, seja efetivamente alocado a cada uma das funções que diga respeito.

Ficou também por esclarecer a questão da Caixa e Depósitos, porque é porque na conta de Caixa e Depósitos, nós em 2022 tínhamos 3.460.00,00€ (três milhões e quatrocentos e sessenta mil euros) números redondos, em 2023, passamos para 3.567.000,00 (três milhões quinhentos e sessenta e sete mil euros), portanto só há um acréscimo de 105.000,00€ (cento e cinco mil euros), uma oscilação, eu penso e, por isso, lancei a

pergunta, se não é nesta conta que tem que está vertida a poupança, digamos, o economizar que temos que garantir para a execução da via circular. E ficou por esclarecer o IVA obrigado.”

Em seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Bom sobre os 13.400.000,00€ (treze milhões e quatrocentos mil euros) que não estão especificados, aquilo que nós podemos fazer é a solicitar aos serviços que desmembrem o valor e, na próxima Assembleia Municipal, no período antes da ordem do dia, prestamos essa informação, porque nós próprios não temos esse grau de detalhe dessa informação. Isso aplica-se também à conta de Caixa e Depósitos. Portanto, essa variação é uma questão meramente técnica. Nós vamos pedir essa informação e na próxima Assembleia apresentava logo no período antes da ordem do dia, fica desde já esse compromisso.

Em relação ao tema do IVA. Nós temos tido geralmente sim, todos os anos tem acontecido isso, é um procedimento normal e, portanto, não me tem corrido sempre, aliás, é uma coisa consolidada ao longo do tempo, já aconteceu mais vezes, já em mandatos anteriores se questionou e a resposta foi sempre esta.

Em relação à rede de água, é importante referir o seguinte, nós temos um grau de cobertura muito elevado da rede de água no concelho e, portanto, aquilo que falta que possa faltar da rede de água ao domicílio serão em grande parte, diria eu, os casos mais difíceis de resolver. Eu dou o exemplo da freguesia de Sobradelo da Goma, e está cá o representante da Junta de Freguesia, nós fizemos em Sobradelo da Goma neste mandato, vários quilómetros de rede de água de abastecimento ao domicílio, Sobradelo da Goma das freguesias que tem em termos de rede viária, de disposição geográfica da freguesia, não é? Eu até digo muitas vezes em jeito de brincadeira que até para fazer o porta a porta é das freguesias mais difíceis, porque sobe e desce muito, é verdade e, portanto, é uma freguesia que tem estas características e as intervenções nesta freguesia são bem mais difíceis, mais complexas e mais onerosas do que uma freguesia e não quer dar outro exemplo agora porque se não posso parecer, mas uma freguesia que tenha características diferentes. Portanto, o número de quilómetros de rede de água não espelha o grau de dificuldade na execução desses quilómetros, e é aí que eu quero chegar, pelo que devem ter isso em conta também. Obrigado.”

Em seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, verificou que não haviam mais pedidos de intervenção e deu por terminado o ponto cinco passando, de imediato, à votação do ponto.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 19 votos a favor e 23 abstenções, a proposta da Câmara Municipal para apreciação e votação do relatório de gestão e prestação de contas do Exercício de 2023, nos termos da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro.

De seguida, nos termos do artigo 32º n.º 2 do Regimento da Assembleia Municipal, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, considerando que a duração da sessão que já ultrapassava as 4 horas, colocou ao plenário a deliberação de continuação da mesma, tendo tal sido aprovada por maioria.

Seguidamente o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, passou ao sexto ponto da ordem de trabalhos. **Ponto seis: Proposta da Câmara Municipal para reconhecimento de interesse público estratégico de instalação de operação urbanística destinada a equipamentos de uso público de apoio social e de saúde, projeto apresentado pela Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso.**

E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o Vereador Paulo Gago, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Este ponto seis é a proposta da Câmara Municipal para reconhecimento de interesse público estratégico da operação Urbanística destinada equipamentos de uso público, de apoio social e de saúde, projeto apresentado pela Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso. O objeto do presente ponto circunscreve-se apenas e só a apreciação e votação do reconhecimento do interesse público estratégico, do ponto da Santa Casa da Misericórdia da criação de ampliação da ERPI. Inicialmente, a Santa Casa Misericórdia apresentou um pedido para reconhecimento do interesse público relacionado com projeto ampliação que correu a normal tramitação, concluindo pela deliberação desse reconhecimento de interesse público estratégico. No seguimento do mesmo e já no corrente presente ano 2024, a Instituição apresentou novo pedido de reconhecimento para uma localização diversa. Entendeu-se com tudo o que a apresentação de tal pedido implicaria a revogação do conhecimento estratégico anteriormente deliberado, termos nos quais na reunião de Câmara de 23/10/2023, foi votado o reconhecimento solicitado, bem como a revogação da deliberação anterior de 23/11/2021, remetendo-se à Assembleia Municipal para revogação da deliberação e 28/2/202.

Dias após a submissão do ponto de à Reunião de Câmara a requerente, Santa Casa Misericórdia, apresentou um pedido de alteração do requerimento sob a forma de errata. Considerando que o período de consulta pública ainda não havia não havia iniciado, foi entendimento proceder à reapreciação técnica do pedido e a nova submissão ao órgão executivo, revogando a anterior.

No período compreendido entre 23/01/2023 a 21/02/2024, decorreu o período de consulta pública do reconhecimento de interesse público estratégico desse equipamento, dessa operação urbanística, destinada a apoio social de e de saúde e que deixou agora a apreciação e análise e à vossa votação. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Deputado do GP do CDS, Pedro Afonso.

Interveio o Deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente ao ponto em questão, gostaríamos, antes de mais, de parabenizar a Santa Casa da Misericórdia pelo trabalho desenvolvido e pelos serviços prestados à comunidade, não só em matéria de ação social, como também na área da saúde.

Estando inteirados relativamente à pretensão da instituição em ampliar a sua capacidade de resposta nos supracitados âmbitos, através da construção de novos equipamentos, bem como da necessidade de obtenção do reconhecimento de interesse público estratégico por parte desta Assembleia, de modo a poderem ser ultrapassados os constrangimentos causados pela atual classificação em matéria de ordenamento do território dos terrenos em questão, à luz do atual PDM, é nosso entendimento a viabilização das pretensões da instituição, porque o CDS PP votará favoravelmente a proposta. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Deputada do GP do PSD, Sónia Fernandes.

Interveio a Deputada Sónia Fernandes, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Neste ponto, vamos agora deliberar no sentido de declarar precisamente o interesse público estratégico de um terreno propriedade da Instituição Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso, como é consabido, é uma instituição de grande valor social para toda a população povoense e não só, aliás, a Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso alcança já renome a nível nacional.

As valências que proporciona são uma mais-valia importante para todos, portanto, trata-se aqui de aumentar a capacidade construtiva deste terreno, onde será construída uma residência para pessoas idosas e, como tal, perante a importância deste tipo de equipamentos, o grupo parlamentar do PSD não podia deixar de votar favoravelmente. Dito isto, importa, mais uma vez, lembrar que é necessário regulamentar esta matéria da atribuição do interesse público estratégico e, portanto, fica a pergunta para quando o documento que regulamente esta matéria. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Deputado do GP do PS, Pedro Silva.

Interveio o Deputado Pedro Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Em relação a esta proposta da Câmara Municipal a pedido da Santa Casa da Misericórdia e importa fazer-se as seguintes referências, desde logo congratular pelo facto de Santa Casa da Misericórdia, Instituição que todos nós valorizamos no nosso concelho, bem como as demais, que presta um excelente trabalho na área social e que deve ser valorizado, fazer referência ao facto de terem abandonado um projeto, que já veio aqui à Assembleia Municipal, no qual foi aprovado o interesse público para a construção de um edifício junto do Jardim e, dessa forma, com este abandono deste projeto, faz com que não haja a construção desse mesmo edifício numa zona já ela muito densificada e, por isso, a bancada do Partido Socialista vê com bons olhos o facto de não estarmos e densificar ainda mais aquela, zona ainda para mais com aquele enquadramento, que sabemos é inclusive um espaço de interesse público e, por isso vemos isso com bons olhos.

Referir que a aprovação deste interesse público para que sejam edificados vários edifícios naqueles quatro terrenos com cerca de 16.000 metros quadrados, é para nós também e importa realçar é a apresentação deste projeto, acho que devemos valorizá-lo.

Não queria, no entanto, deixar de fazer referência ao seguinte e trata-se de uma zona já de si com dificuldades de solidez de trânsito e, por isso, a bancada do Partido Socialista entende que a Câmara Municipal deve, com o devido tempo, preparar um plano de circulação de tráfego, para que seja possível dar o devido cuidado à circulação do trânsito, dado que temos naquela localização a escola secundária, o Intermarché e Escola EB1-JI, o centro de saúde e o próprio hospital, portanto, e para mais é que todas aquelas todos aqueles arruamentos são arruamentos que não permitem a fluidez do trânsito da forma que nós gostaríamos e trazer para aquele espaço ainda mais edifícios, provavelmente poderia criar alguma dificuldade.

No mais, só temos que enaltecer o trabalho desenvolvido por todas as Instituições Particulares de Solidariedade social do nosso concelho e fazer referência à vontade do Partido Socialista para que estes projetos sejam concretizados que só valorizam o nosso concelho. Muito obrigado.”

Em seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, verificou que não haviam mais pedidos de intervenção e deu por terminado o ponto seis passando, de imediato, à votação do ponto.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para reconhecimento de interesse público estratégico de

instalação de operação urbanística destinada a equipamentos de uso público de apoio social e de saúde, projeto apresentado pela Santa Casa da Misericórdia da Póvoa de Lanhoso.

Seguidamente o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, passou ao sétimo ponto da ordem de trabalhos. **Ponto sete: Proposta da Câmara Municipal para autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais em diversos procedimentos de contratação pública.**

E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Esta apresentação também relativamente rápida e justifica-se com o facto de estas contratações serem para lá de doze meses e, portanto, sendo um compromisso plurianual e dizendo respeito à contratação de fornecimento de combustível, eletricidade, gás natural, transporte, fornecimento, confeção de refeições, de serviços de atividade de animação também ultrapassando este prazo, tem de ser aprovado pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal e este ponto que diz respeito a esta necessidade.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Fraga.

Interveio o deputado José Fraga, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente ao ponto em análise, a proposta da Câmara Municipal para autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais em diversos procedimentos de contratação pública, a bancada do PSD encontra-se devidamente inteirada.

No entanto, alertamos para que esta proposta seja apontada por critérios de eficiência economicidade e celeridade e organizando-se forma desburocratizada. A bancada do PSD votará favoravelmente este ponto. Obrigado. “

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Deputado do GP do CDS, Pedro Afonso.

Interveio o Deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Neste ponto, encontrando-se o CDS-PP inteirado do teor proposta, uma vez que a mesma visa fazer face às questões económicas associadas ao normal desenvolvimento

da atividade municipal, como é o caso da aquisição de combustíveis, o pagamento de fornecimento de eletricidade e ainda a refeições e lanches escolares. Nada tenho opor, pelo que votará favoravelmente a proposta.

Gostaria ainda aqui, neste caso, e porque estamos a falar também da fatura energética ainda de reforçar a sensibilidade do executivo para a questão dos custos associados à mesma, lançando também por isso, o desafio de equacionarem o desenvolvimento de projetos para a criação futura de eventuais parques fotovoltaicos, à luz do que está instalado na própria Câmara Municipal e até pelo simbolismo associado, porque não começar por uma mudança para de paradigma em matéria ambiental do nosso concelho, estudarem a viabilidade, por exemplo, instalar o primeiro parque fotovoltaico nos terrenos da antiga lixeira de Calvos que, presumo, não sejam muito apetecíveis para nenhum desenvolvimento paralelo, passando local a ser uma fonte de energia limpa, uma mais valia para o concelho e para o próprio Município e, por outro lado, apagando da nossa memória longínqua lixeira a céu aberto ou mais recentemente, o local de deposição de pneus, como foi aqui também referido pelo executivo, como proposta, poderá ser outro lado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós, concedeu a palavra ao Deputado do GP do PS, Miguel Pereira.

Interveio o Deputado Miguel Pereira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Tratando-se de um ponto meramente legal para assunção de compromisso acerca de bens e serviços essenciais para o funcionamento e fornecimento de, por exemplo, lanches escolares, refeições a alunos do primeiro ciclo, do fornecimento de luz e gás, evidentemente que o Partido Socialista votará a favor deste ponto.”

Seguidamente o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, verificou que não haviam mais pedidos de intervenção e deu por terminado o ponto sete passando, de imediato, à votação do ponto.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais em diversos procedimentos de contratação pública.

De seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, passou ao oitavo ponto da ordem de trabalhos. **Ponto oito: Proposta da Câmara Municipal para autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais referente a um concurso limitado com prévia qualificação com publicidade internacional para a realização de empreitada de “Requalificação da Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso”**

E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara Municipal Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Neste ponto, aquilo que solicitamos à Assembleia Municipal é, de facto, a autorização para que possamos assumir este compromisso plurianual e colocar o Município em condições de poder ser contemplado com uma candidatura de requalificação da escola secundária, que poderá ascender a um valor de até dez milhões de euros. A estimativa orçamental que nós temos nove milhões e seiscentos mil euros e, portanto, é um procedimento inevitável para que possamos concretizar esse objetivo. A comunidade escolar também, eu diria, anseia por isso e a Câmara Municipal, nos últimos meses, em conjunto também com a Senhora ex-ministra da Coesão, Dra. Ana Abrunhosa, com a ajuda também da Associação Nacional de Municípios, fez o necessário para concretizar o projeto a tempo de poder ser submetido no Aviso que foi lançado recentemente e, neste momento, a nossa candidatura está a decorrer, não temos ainda informação, esperamos que o resultado seja positivo, mas precisamos de nos preparar nestes termos para que, em termos orçamentais, haja a integração plurianual deste valor.

Em seguida, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Deputado do GP do CDS, Pedro Afonso.

Interveio o Deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“No presente ponto, que tem como objetivo maior viabilizar a requalificação da escola secundária, o que entendemos ser consensual junto das várias forças políticas. É importante louvar esta conquista junto do anterior Governo que nesta, como em tantas outras matérias, pôs um travão ao investimento estatal. Não menos importante é dizer-se que é da mais elementar justiça a realização da requalificação deste importante equipamento que, tendo vindo a ser sucessivamente esquecido nos diferentes programas de investimento do Estado, foi mantendo a sua funcionalidade graças ao mérito das suas estruturas diretivas ao longo de décadas. Far-se-á, assim, a merecida assim a devida justiça e dignificar-se-á, através desta tão desejada requalificação, a instituição que foi, juntamente com a EB 2, 3, Gonçalo Sampaio, o garante da formação de muitos dos que aqui se encontram as presentes e, seguramente, da maioria dos que assistem a esta assembleia das suas desde suas casas.

Pelo exposto, encontrando-se inteirado da proposta, nada tendo a opor e defendendo a importância basilar da escola pública para a formação dos portugueses, o CDS PP votará favoravelmente a proposta.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Manuel Silva.

Interveio o deputado José Manuel Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Início como uma saudação especial à Clarice Vieira, Presidente da União de Freguesias de Fontarcada e Oliveira, obrigado por esta receção.

Relativamente ao ponto aqui em análise, subscrevo a apresentação do Pedro Afonso que também exprime aquilo que foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara. Eu tenho duas outras questões, porque olhando a documentação que nos foi remetida, não é suficiente, uma delas, o Senhor Presidente disse que já submeteram a candidatura, é um financiamento através do PRR, do BEI?. A comparticipação, qual é o valor? Qual será o valor da comparticipação?

A outra questão é se se o projeto está já executado, qual foi a empresa que executou projeto? Qual o valor da execução do referido projeto?

Relativamente também às intervenções a realizar não são descritas, gostaria que nos fizesse uma breve descrição, das intervenções a realizar e se o pavilhão gimnodesportivo está incluído também nesta candidatura?

Naturalmente que votaremos favoravelmente esta proposta, este é um anseio e subscrevemos, e nisto, aquilo que interessa verdadeiramente à Póvoa de Lanhoso, e nesta matéria, a comunidade escolar, todos nós independente das bancadas, temos estar de mãos dadas, porque queremos todos o melhor para a Póvoa, o progresso e desenvolvimento.”

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Joaquim Armando.

Interveio o deputado Joaquim Armando, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“A renovação da escola secundária é de uma grande importância para a nossa comunidade escolar, acreditamos que as melhorias na infraestrutura escolar proporcionam um ambiente de aprendizagem mais moderno, eficiente, o que é benéfico tanto para os alunos quanto para os professores. Além disso, uma escola renovada oferece melhores recursos e tecnologias, o que é essencial para preparar os estudantes do futuro.

A inclusão da Escola secundária no plano de reabilitação representa uma conquista significativa para a comunidade e é reveladora da capacidade de influência do Presidente da Câmara em garantir mais este investimento do concelho.

A inclusão da escola na lista estabelecimentos prioritários a intervencionar demonstrou um conhecimento da necessidade e urgência de atualizar as suas instalações e o

cumprimento daquilo que o nosso Presidente tem afirmado, de que não descansará até que todos os alunos do concelho tenham as mesmas condições de ensino, tanto do ponto de vista de conteúdos, quanto dos equipamentos e meios disponíveis, isso mostra um compromisso com a educação de qualidade e igualdade de oportunidades para todos os estudantes.

Esperamos que a requalificação da escola possa ter um impacto positivo na comunidade local, aumentando orgulho, envolvimento com a instituição educacional.

Em resumo, a renovação da Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso é um passo importante para o avanço educacional e o desenvolvimento da região, porque a bancada do Partido Socialista votará favoravelmente a proposta apresentada pela Câmara Municipal.”

De seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Bom, lembrei-me de repente, por falar em projetos estruturantes, não é, haverá alguma coisa de mais estruturante do que investir na escola pública e nos equipamentos da escola pública. Eu quero lembrar que o primeiro financiamento que fizemos neste mandato foi precisamente para assegurar um investimento de correção das condições dos equipamentos em edifícios escolares no nosso concelho e, portanto, essa é uma das marcas deste executivo, também.

A prioridade que demos à necessidade de requalificação da Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso, aquilo que nós sentimos é decisivo para as gerações vindouras e é muito importante também em termos de sinal que é dado à comunidade. Portanto, aliás, não surpreende ninguém o facto de ser um tema consensual. Todos nós, ou pelo menos alguns, já frequentaram aquele equipamento escolar, outros têm lá os filhos, familiares ou têm gente conhecida. Eu no longínquo ano de 1991 inaugurei aquela escola, inaugurei aquela escola como aluno. Bem, muitos nós inauguraram aquela escola como aluno, está ali o Pedro inaugurou aquela escola, está ali a Marta, estão certamente nessa bancada outras pessoas que participaram no momento inicial e, de facto, já estamos num tempo que justifica uma intervenção profunda naquele equipamento.

A fonte de financiamento é o PRR, há 2 possibilidades de financiamento para as inúmeras escolas que estão referenciadas como prioritárias no documento que foi elaborado e subscrito pelo Ministério da Coesão e pela Associação Nacional de Municípios, a primeira fonte de financiamento é o PRR, até meados de 2026. A segunda fonte de financiamento será o empréstimo do BEI, foi, portanto, levado a cabo pelo Governo anterior e que será a solução para os casos que não forem solucionados nesta fase. Aquilo que nós precisávamos de assegurar e foi isso que nos foi solicitado, quando

numa das reuniões que tivemos, não posso precisar qual foi, mas penso que terá sido quando estive connosco na Póvoa de Lanhoso, a Senhora e a senhora ex-ministra e o Presidente da CCDR-N, Professor António Cunha, que era precisamente assegurarmos que o projeto teria maturidade e isso vai fazer toda a diferença em relação às candidaturas que foram agora apresentadas e, portanto, foi um trabalho muito árduo que eu acho que tem que ser reconhecido tanto aos serviços da Câmara Municipal, como ao arquiteto Martins, que é natural da freguesia de São Martinho de Campo e colaborou com os nossos serviços relativamente à elaboração deste projeto e das especialidades que demoraram muitas semanas de trabalho muito intenso e estamos a falar de um valor, o Senhor Deputado colocou essa questão do valor, na ordem dos 9.600,00€ (nove mil e seiscentos euros), que para um projeto desta dimensão... Estou a falar, mas é uma percentagem, estou a falar da percentagem a aplicar aquilo que terá ficado acordado, um valor correspondente à totalidade, portanto 9.600.000,00€ (nove milhões e seiscentos mil euros) é o valor da obra, o valor do projeto será na ordem dos 9.600,00€ (nove mil e seiscentos euros), do projeto, não das especialidades. E, portanto, tivemos a colaboração do arquiteto Martins e de toda a equipa dele também, que desenvolveu um trabalho muito importante e que se disponibilizou a trabalhar praticamente em exclusividade durante várias semanas, para que nós conseguíssemos ter o projeto pronto atempadamente. Eu quero admitir que este valor esteja correto, mas, de qualquer das formas, a informação que eu tenho. Ah pronto, então eu peço desculpa com especialidades, com o projeto especialidades, 74.000,00€. (setenta e quatro mil euros), assim é que é. Mas faltava valor das especialidades que sempre tem sido uma percentagem exatamente a mesma.

Em relação à intervenção que vai ser levada a cabo, propriamente dita, o valor a que esperamos ter acesso, não é suficiente para tudo aquilo que seria necessário fazer na escola e, portanto, aquilo que vai ser priorizado são os blocos de aulas existentes. A criação do novo piso na parte do refeitório e no espaço exterior, o novo piso no espaço exterior também e a substituição de todo o equipamento, tudo o que tem que ver com a reabilitação do pavilhão gimnodesportivo, a sala de aula específica e também novo espaço para arrumos e de ginásio, o auditório do espaço autónomo dedicado e com ligação à comunidade, esse espaço terá de ficar para o segundo momento, tendo em conta que, nesta fase, dentro deste desta disponibilidade orçamental, não era possível satisfazer todas estas necessidades, portanto, repito, o bloco de aulas existentes, a criação do novo piso na parte do refeitório e no espaço exterior e a substituição de todo o equipamento de todas as salas.

É importante aqui também referir que, a expensas da Câmara Municipal, já neste mandato foi requalificado todo o laboratório da escola, como penso que se recordarão e, portanto, faz parte também do financiamento que veio a esta Assembleia Municipal, tendo criado ali condições excecionais que estão já ao serviço da Comunidade escolar e, portanto, foi também um investimento importante.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Manuel Silva.

Interveio o deputado José Manuel Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Não percebi se eficiência energética será intervencionada na Escola de prevenção, levar a cabo na escola?

E a outra questão, qual é o valor máximo elegível da candidatura? Qual será a percentagem de comparticipação desta fonte de financiamento e qual será o valor máximo elegível? “

De seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Tudo o que tem a ver com a eficiência energética nos atuais projetos financiados, é uma norma obrigatória e, portanto, eu não referi, porque as candidaturas tanto do PRR como do Portugal 2030 partem desse pressuposto, aliás, dependendo de tratar-se de edifícios novos, no caso do PT 2030 edifícios novos ou requalificações, as requalificações de tem de passar a ter uma autonomia energética total, os edifícios novos tem que ter um saldo positivo de 20%, portanto, tem de produzir mais 20% que aquilo que possa eventualmente consumir.

Em relação ao valor máximo será de dez milhões, tendo em conta que nós estamos precisamente a pedir, mas a pergunta que fez foi o financiamento em fonte PRR, partimos do princípio que será de 100% que foi isso, é isso que está estabelecido neste tipo de candidaturas, com esta fonte de financiamento, parte-se do princípio que seja a que assim, se for tudo elegível, mas neste caso até dez milhões de euros 100%.”

Seguidamente o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, verificou que não haviam mais pedidos de intervenção e deu por terminado o ponto oito passando, de imediato, à votação do ponto.

Deliberação A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais referente a um concurso limitado com prévia qualificação com publicidade internacional para a realização de empreitada de “Requalificação da Escola Secundária da Póvoa de Lanhoso”

De seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, passou ao nono ponto da ordem de trabalhos. **Ponto nove: Proposta da Câmara Municipal para autorização da assunção dos compromissos plurianuais para contratualização de *leasing* para aquisição de miniautocarro.**

E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o vereador, Ricardo Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Este ponto é apresentação deste compromisso plurianual para a contabilização através de leasing de um novo autocarro que, como sabem, o nosso já tem muitos anos e que no final do mês de agosto ficará a impossibilitado de transportar crianças, daí a necessidade de nós querermos um novo autocarros.”

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a Deputada Fátima Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Este é um ponto extremamente simples, isto já em dezembro de 2023 na Assembleia trouxemos cá o ponto da aquisição do miniautocarro, pelo valor dos 137.760,00€ (cento e trinta e sete mil setecentos e sessenta euros), na altura, o ponto foi apresentado pelo deputado Artur Salgado a quem endereço, desde já, uma saudação, se nos estiver a ver, e votos de rápidas melhoras. Basicamente, só tinha uma pergunta para fazer, se o valor do leasing é equivalente ao valor da compra ou se é possivelmente inferior. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Deputado do GP do CDS, Pedro Afonso.

Interveio o Deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Só mesmo dizendo que nada manifestar contra o teor da proposta, votaremos favoravelmente.”

Em seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Vereador, Ricardo Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Sim, esse financiamento é para os 100% do valor de autocarro. “

Seguidamente o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, verificou que não haviam mais pedidos de intervenção e deu por terminado o ponto nove passando, de imediato, à votação do ponto.

Deliberação A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para autorização da assunção dos compromissos plurianuais para contratualização de leasing para aquisição de miniautocarro.

De seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, passou ao décimo ponto da ordem de trabalhos. **Ponto dez: Proposta da Câmara Municipal para:**

- a) **Contratação de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento de requalificações de arruamentos no Concelho, no valor de até 2.700.000,00€ (dois milhões e setecentos mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.**
- b) **Contratação de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento da ampliação da rede de saneamento no Concelho (2ª fase), no valor de até 535.000,00€ (quinhentos e trinta e cinco mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.**
- c) **Contratação de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento da requalificação de infraestruturas desportivas e recreativas municipais, no valor de até 360.000,00€ (trezentos e sessenta mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.**
- d) **Contratação de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento de aquisição de terrenos, no valor de até 500.000,00€ (quinhentos mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.**

E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio a Vereadora, Fátima Moreira, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente a este ponto, que já vem no seguimento de outro anterior aprovado nesta Assembleia, trazemos então agora aqui o resultado da consulta ao mercado e também no cumprimento legal da tramitação destes processos.

Dizer então, de forma muito sucinta, que o empréstimo de 2.700.000,00€ (dois milhões e setecentos mil euros) tem um prazo de 18 anos com carência de 3 anos, Euribor a 0,4%, o empréstimo de até 535.000,00€ (quinhentos e trinta e cinco mil euros) com um prazo de 15 anos também com prazo de carência de 3 anos e Euribor a 0,4%, o empréstimo de 360.000,00€ (trezentos e sessenta mil euros) com um prazo de 8 anos e também com prazo de carência de 3 anos, em que a taxa Euribor 0,34% e relativamente ao último

empréstimo de 500.000,00€ (quinhentos mil euros) o prazo é de 10 anos, também com período de carência de 3 e também com a taxa Euribor a 0,34%. Foram estes os resultados da consulta ao mercado e que trazemos agora aprovação.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Deputado do GP do CDS, Pedro Afonso.

Interveio o Deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“No seguimento da posição aqui manifestada anteriormente pelo CDS-PP e dada a importância estratégica dos investimentos sobre os quais recai a necessidade de contratualização dos empréstimos que seguidamente irão a votação, o CDS-PP votará favoravelmente todas as alíneas em apreço. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Manuel Silva.

Interveio o deputado José Manuel Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Agradeço a apresentação da Dra. Fátima, só uma pequena retificação, quando disse Euribor, queria dizer spread, naturalmente e também como a Dra. Fátima disse, e bem, este vem no seguimento de um outro ponto que vem em Assembleia anterior, com uma pequena diferença, nós já à data sugerimos que não que viesse por lotes ou por alíneas e não como veio aquando da consulta aos bancos que veio num lote só. Naturalmente que essa consulta a ser um lote só os spreads seriam diferentes e o prazo de execução seria um só e coisa que não acontece assim, temos algumas dúvidas, porque aquilo que nós aprovamos aqui em momento anterior à autorização das consultas ao banco era um processo só e era um processo em bloco, aquilo que hoje nos é apresentado e por lotes aquilo que nós na altura defendíamos sendo assim, temos esforços diferentes, temos prazos diferentes e temos spreads diferentes.

Naturalmente que iremos votar favoravelmente esta proposta, mas deixamos esta ressalva que, em propostas futuras, possa o modelo que hoje aqui é apresentado por alíneas que, no momento da autorização de contratação aos bancos que venha o procedimento igual, pode haver aqui algum tipo de interpretação do Tribunal de Contas e admito que possa haver uma interpretação do Tribunal Contas, porque aquilo que nós autorizamos num primeiro momento, nada tem que ver com aquilo que hoje estamos aqui a autorizar. Hoje temos quatro spreads, quatro prazos e os esforços, naturalmente, são todos eles diferentes, aquilo que sugerimos é que, no futuro, sigam também as recomendações ou que possam ouvir as recomendações das nossas bancadas para que o

momento inicial do processo possa coincidir com o momento final do processo. Votaremos, com esta ressalva, favoravelmente esta proposta.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o deputado Filipe Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Como ponto prévio, fazer uma referência que a senhora vereadora e vice-Presidente da Câmara também já fez, aquilo que votámos hoje, no fundo, é a adjudicação de um empréstimo, as condições apresentadas, e não a pertinência, digamos assim dos mesmos, uma vez que essa foi uma discussão que já tivemos e aprovámos na sessão de Assembleia de 19 de Dezembro.

Portanto, relativamente ao empréstimo de 2.700.000,00€ (dois milhões e setecentos mil euros), para a requalificação de arruamentos do concelho, estamos a falar de um forte investimento, sobretudo nas freguesias com obras sugeridas pelos Senhores Presidentes e, portanto, 2.700.000,00€ (dois milhões e setecentos mil euros) de obras que, acho eu, serão estruturantes para o concelho e penso que essa será também a visão dos senhores Presidentes de Junta. E por falarmos em obras estruturantes, começámos esta esta assembleia dizendo que não havia obra estruturante, acabámos esta assembleia com vários exemplos, já aqui elencados pela Senhora vereadora. O Senhor Presidente, falou agora da Escola Secundária e eu introduziria aqui, se calhar, os parques industriais que, principalmente o Parque de Industrial Mirão e Monsul, estiveram estagnados durante anos e anos, eu diria dezenas de anos. Neste momento, o Parque Industrial de Mirão tem, julgo que não estou em erro, onze pavilhões novos que estão já eles utilizados e, portanto, em investimento e atração de investimento para o concelho, dinamização da economia do concelho e penso que isso também serão questões bastante estruturantes para o concelho.

Relativamente à contratualização de empréstimo de 535.000,00€ (quinhentos e trinta e cinco mil euros), neste caso para ampliação da rede de saneamento, nomeadamente nas freguesias, têm Vilela, Paulinho, 12 e construção de ETAR em Garfe. Penso que este é um assunto também sem discussão, também ele estruturante é uma aposta clara deste executivo, avançar com soluções para resolver um problema que deveria já estar resolvida há muitos anos, a baixa cobertura da rede de saneamento no concelho é um assunto que nos devia, para além de preocupar, envergonhar, felizmente, temos um executivo que procura fazer caminho nesse capítulo.

Quanto à contratualização de um empréstimo também aqui várias entidades foram consultadas e, portanto, seguiu os trâmites normais.

Falamos ainda da aquisição de um terreno para ampliação do parque da Ponte e no valor de 500.000,00€ (quinhentos mil euros) euros. O parque do Pontido terá esta

ampliação, é algo que terá que acontecer, naturalmente, e penso que será uma opinião unânime. Também é um local emblemático no coração da vila, frequentado por milhares povoense e não só, estou certo, porque vou falando com muita gente sobre esta a vontade deste executivo e percebe-se que é algo que as pessoas valorizam, anseiam que aconteça rapidamente, também este procedimento foi feito, nos tramites normais. Por último a requalificação da praia Fluvial Serzedelo e a requalificação do ringue de trabalhos que será readaptado, pelo que percebi pronto, campo de Padel, o que faz todo o sentido para que essas infraestruturas passem a ter utilização e atividade e, portanto, votaremos favoravelmente a todos estes pontos. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Deputado do GP do PS, Pedro Silva.

Interveio o Deputado Pedro Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“A minha intervenção, não sendo um especialista na matéria, mas após consulta da legislação, nomeadamente no que diz respeito ao regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais e aquilo que eu percebo, dado que o deputado José Manuel faz referência a haver aqui uma discrepância de prazos, na verdade, no artigo sétimo, faz referência até aos vinte anos, ou seja, neste caso, os empréstimos de que aquilo que são levados a cabo, todos eles cumprem com este espaço temporal. Mas há, sem dúvida, aqui a necessidade de esclarecer juridicamente, se podem, ou não podem ser votados em conjunto ou separadamente, mas no que me parece em relação a este assunto, não me parece o que contraria aquilo que diz o espírito da lei.”

De seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Bom, decididamente, não contraria o espírito da lei. A questão aqui, se bem interpretei, estará relacionada com o que foi aprovado na Assembleia Municipal o ano passado e o formato da aprovação nesta Assembleia Municipal, que é o que realmente importa, o que importa, de facto, é o que estamos a aprovar hoje, porque é isso que segue para o Tribunal de Contas, aquilo que o ano passado aprovámos foi a contratação do empréstimo propriamente, autorização para consultar mercado. Consultámos os mercados, recebemos as propostas e este documento é que vai materializar, de facto, a contratação do empréstimo. Depois, o Tribunal de Contas vai pronunciar-se sobre cada um destes empréstimos e é natural que eles tenham prazos diferentes, configurações diferentes e spreads diferentes mas, aliás, nós temos a recomendação técnica para levar

a cabo este procedimento neste termos, precisamente, portanto, esclarecendo a eventual dúvida que pudesse ter e também e também dando razão àquilo que foi referido pelo deputado Pedro. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Manuel Silva.

Interveio o deputado José Manuel Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Apenas para esclarecer o deputado Pedro Silva que aquilo que eu disse foi uma coisa diferente, nós aqui temos quatro empréstimos certo? Por isso, temos quatro momentos diferentes, quatro prazos diferentes. Se fosse a consulta ao banco em bloco, teríamos só um prazo e não estou a pôr em causa que não são legais. É óbvio, tudo o que está aqui cumpre o que a lei diz, aquilo que eu tentei dizer e explicar e nós aprovamos o bloco e o consultar o banco, consultámos um bloco, teríamos só um prazo e o prazo seria o menor seria o de 8 anos, que é o que diz a lei e teríamos só um spread. Por isso, a nossa recomendação no momento inicial é que se fosse a consulta efetuada ao banco, autorização de consulta aos bancos por lotes, temos lote A, lote B, lote C, lote D. Aquilo que nós autorizamos nesse momento foi a consulta de um lote, só aquilo que posteriormente e consultado posteriormente são quatro lotes, dividiu-se isto em quatro lotes, claro que temos os prazos dentro da lei, claro que está não esta em causa termos quatro spreads, quatro prazos e quatro momentos de esforço.

Disse que eu tentei explicar que, naturalmente, que o Tribunal de Contas faz a interpretação e poderá condicionar este tipo de investimento e voltará ao momento zero. E a recomendação que deixo é que, no futuro, se possa, não há qualquer tipo de problema em trazer isto por lotes. Até porque nós, em conferência de líderes, sugerimos isso, a maioria sugeriu isso em conferência de líderes e não foi vertido no documento, foi uma posição do executivo, mas não terá qualquer tipo de problema de vir por lotes, porque tudo aquilo que seja para desenvolvimento e por esse o conselho as bancadas estarão aqui para votar, separadamente. Poderemos evitar uma interpretação de um qualquer coletivo de juízes que possa ter uma interpretação diferente de outro coletivo de juízes e poderá voltar o processo à estaca zero.

Eu queria só colocar mais uma questão, que tem a ver com o período de carência que são até 36 meses, era 24 e agora pode ir até 36 meses é que está previsto na lei, não é isso que está em causa. A questão é que é que nos pode levar a ter obras até 2027. Aquilo que o quer que o Senhor Presidente aqui assuma que, naturalmente, esse compromisso será para executar até ao final do mandato seu mandato que termina em setembro, outubro de 2025 que assuma aquilo que estas obras serão executadas até ao final de mandato.”

De seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Não devia ser preciso deste tipo de assunção, porque é demasiado evidente que nós queremos executar estas obras neste mandato, não é? Por inúmeras razões, primeiro, temos esse compromisso com os senhores Presidentes de junta, portanto, esta imaginar que nós assumamos um compromisso para 2024 ou 2025 e que esse compromisso, por nossa vontade, não seja cumprido, por nossa vontade.

Todos sabem que estamos sujeitos a regras e procedimentos, a contratação pública, mas esses procedimentos até são bem conhecidos do Senhor Deputado, que até já trabalhou nessa área, não é, portanto, sabe melhor do que é a maioria dos presentes, quais são os passos têm que ser respeitados e o e conhece os termos da lei, portanto, o facto de termos em cada um destes procedimentos, um período de carência máximo de 3 anos significa que, na pior das hipóteses, o investimento poderia alcançar esses 3 anos, mas não necessariamente, já agora.

Porque o facto de termos 3 anos de período de carência não significa que nós podemos chegar hipoteticamente ao fim dos 3 anos, ter começar a liquidar o capital e os juros se tivéssemos utilizado mesmo se não tivéssemos executado a verba, claro que não, pelo menos numa empresa, funciona assim na vida particular também neste caso não funciona dessa forma, porque só temos acesso a verba quando executarmos certo, portanto, o período de carência não tem nenhuma relação com o período de execução, portanto, que fique muito claro que estar em ata não, porque decorre da lei de que o que os 3 anos para ele perguntamos até se a lei permite que seja até 3 anos, ninguém tem necessidade de lá colocar 6 meses, não é, ou 9 meses, se é até 3 anos, não é?

Quanto aos compromissos, eu não sei se posso responder a esta parte, mas posso, para todos saberem, já agora por quem nem toda a gente ouviu o seu comentário, o resto do mandato são 18 meses, já aqui aprovámos hoje compromissos que vão para lá 18 meses em relação ao fornecimento de energia elétrica de gás de refeições, portanto, nós estamos a falar do funcionamento, do normal funcionamento de uma autarquia. Da mesma forma, quando assumimos funções no início deste mandato, assumimos uma série de compromissos que existiam do mandato anterior, portanto, é uma medida de gestão normal.”

Seguidamente o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, verificou que não haviam mais pedidos de intervenção e deu por terminado o ponto dez passando, de imediato, à votação do ponto.

Deliberação: a) A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, com 39 votos a favor dos 39 deputados presentes, num total de 45 deputados em efetividade

de funções, a proposta da Câmara Municipal para contratação de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento de requalificações de arruamentos no Concelho, no valor de até 2.700.000,00€ (dois milhões e setecentos mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

b) Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, com 39 votos a favor dos 39 deputados presentes, num total de 45 deputados em efetividade de funções, a proposta da Câmara Municipal para contratação de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento da ampliação da rede de saneamento no Concelho (2ª fase), no valor de até 535.000,00€ (quinhentos e trinta e cinco mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

c) Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, com 39 votos a favor dos 39 deputados presentes, num total de 45 deputados em efetividade de funções, a proposta da Câmara Municipal para contratação de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento da requalificação de infraestruturas desportivas e recreativas municipais, no valor de até 360.000,00€ (trezentos e sessenta mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

d) Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, com 39 votos a favor dos 39 deputados presentes, num total de 45 deputados em efetividade de funções, a proposta da Câmara Municipal para contratação de empréstimo de médio e longo prazo para financiamento de aquisição de terrenos, no valor de até 500.000,00€ (quinhentos mil euros), bem como aprovação dos respetivos compromissos plurianuais.

De seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, passou ao décimo primeiro ponto da ordem de trabalhos. **Ponto onze: Proposta da Câmara Municipal para celebração de protocolo para atribuição de subsídio com as Juntas de Freguesia de Geraz do Minho, Santo Emilião e União de Freguesias de Calvos e Frades, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o Presidente da Câmara Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu vou tomar a iniciativa de fazer uma dupla apresentação do ponto onze e do ponto doze para explicar a diferença entre os dois.

No ponto onze, estamos a falar de património das freguesias, daí este formato tem que ver com a atribuição do subsídio, porque estamos a falar de um investimento da freguesia, património da freguesia. No caso do ponto doze, estamos a falar de um formato diferente que tem que ver com património público e, portanto, estes dois formatos têm esta razão e esta justificação, os investimentos são aqueles e estes, cinco

casos no ponto onze, dois casos no ponto doze, são os investimentos, parte dos investimentos, que foram acordados com os senhores Presidentes de junta aquando do estabelecimento das prioridades para o ano 2024. Estamos a dar cumprimento a uma parte dos compromissos que estão estabelecidos para esta. Muito obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, Victor Hugo Silva.

Interveio o deputado Victor Hugo Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Somos chamados a apreciar e deliberar sobre esta atribuição de subsídios às freguesias de Geraz do Minho, Santo Emilião e União de Freguesias de Calvos e Frades.

Trata-se de três atribuições de subsídio, que se multiplicam em dois para a beneficiação das infraestruturas já existentes, fomentar a coesão territorial, garantindo que as suas populações e os seus visitantes disponham dos mecanismos necessários para aproveitar ao máximo as características intrínsecas das áreas onde vivem.

É prevista a atribuição de um subsídio multiplicado em dois para a freguesia de Geraz do Minho, num valor global de 154.000,00€ (cento e cinquenta e quatro mil euros) para aquisição de terreno e alargamento do cemitério e obras de alargamento e beneficiação do mesmo e também a beneficiação dos balneários do campo de futebol. Na freguesia de Santo Emilião é prevista a atribuição do subsídio de 39.000,00€ (trinta e nove mil euros) para a ampliação do cemitério e, por último, a União de freguesias de Calvos e Frades com subsídio, 45.000,00€ (quarenta e cinco mil euros) para a requalificação do edifício da Banda Musical de Calvos.

Tudo isto é acordado, devidamente, entre a Câmara Municipal e os senhores Presidentes de junta, tendo em conta que estes investimentos são uma forma de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das suas populações, permitindo então aqui as condições de salubridade pública, higiene e segurança para a população e também aqui um investimento no associativismo cultural nosso concelho, permitindo aqui umas condições dignas para a execução trabalhos e dos planos de atividades as diversas entidades. O grupo parlamentar do PSD irá, naturalmente, votar favoravelmente a presente proposta. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Deputado do GP do CDS, Pedro Afonso.

Interveio o Deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Em linha com o que vem sendo a nossa posição na votação da atribuição de subsídios às freguesias e porque os mesmos se destinam a dotar as freguesias de equipamentos

fundamentais ao normal funcionamento da comunidade, como são disso exemplo as requalificações dos cemitérios, ou a criação e melhoria de condições de infraestruturas e equipamentos, cuja utilização convém lembrar que não se esgota somente na maior parte das vezes aos habitantes da freguesia, à qual o subsídio atribuído, o CDS PP vê sempre com bons olhos todo o investimento público, qualquer que seja a área, desde que isso não acarrete consequências para a sustentabilidade das contas do Município, ou gere custos da operação inoportáveis para os orçamentos das próprias Juntas de Freguesia.

Uma vez que as propostas de celebração de protocolos para a atribuição de subsídios às Juntas de Freguesia de Geraz do Minho, Santo Emilião e União de Freguesias de Calvos e Frades, possuem fundamento válido, visam debelar constrangimentos existentes, o CDS-PP votará favoravelmente a proposta. Muito obrigado”.

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PS, Pedro Silva.

Interveio o deputado Pedro Silva, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Relativamente a este ponto e à proposta da Câmara Municipal para celebração do protocolo de atribuição do subsídio às Juntas de Freguesias de Geraz do Minho, Santo Emilião e União de Freguesias de Calvos e Frades, é um excelente exemplo da relação que existe da Câmara Municipal e com as Juntas de Freguesia e é um bom exemplo, que a Deputada Sónia Fernandes pode assistir que, de facto, a Câmara Municipal acolhe com satisfação e dá cumprimento às necessidades das Juntas de Freguesia e colabora com as necessidades da Junta de Freguesia.

Em relação a estas obras, e julgo que todas elas se justificam necessariamente, até porque são necessidades das freguesias, ma há um dos investimentos em particular que já não é a primeira vez que vem que a Assembleia Municipal e que importa uma reflexão diferente. Refiro-me, especificamente à obra, ao investimento da União de Freguesia de Calvos e Frades para a requalificação da sede de Junta de Freguesia e Banda Municipal Musical de Calvos, na qual vê um reforço de verba de 45.000,00€ (quarenta e cinco mil euros), perfaz os 305.000,00€ (trezentos e cinco mil euros) e que gostava de perguntar à representante da União de Freguesias, qual o valor investido até ao momento, o Município investiu 305.000,00€ (trezentos e cinco mil euros) até à presente data, e eu gostava de saber qual o valor que a União de Freguesias investiu até à presente data a expensas próprias, qual o valor que falta para a finalização da obra, após estes 45.000,00€ (quarenta e cinco mil euros) e qual o prazo de conclusão que está previsto para esta obra?

No mais, a bancada do Partido Socialista está inteirada em relação a estes valores e à pertinência das obras e, por isso, votaremos favoravelmente.”

Se a representante da União de Freguesias não estiver disponível para prestar o esclarecimento, terei que fazer o pedido à Câmara Municipal, se tem informação relativamente a estas três perguntas, valor investido pela Junta de freguesia, até porque na penúltima sessão, julgo eu, da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, disse que a reunir com o senhor Presidente da Junta e que certamente iria ter estas informações, por isso, acho que se impõe saber qual o valor investido pela Junta de freguesia naquela obra, até ao momento, qual o valor que falta investir, para finalizar a obra e para quando a conclusão da obra. Obrigado.”

De seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Bom, eu vou tentar responder, mas aquilo que posso dizer é que na transição do mandato existia uma verba em orçamento de 200.000,00€ (duzentos mil euros) que a Câmara Municipal decidiu manter em orçamento para esta finalidade.

Assumimos com a Junta de freguesia a partir de 2023, uma verba de 60.000,00€ (sessenta mil euros) e este ano, uma verba de 45.000,00€ (quarenta e cinco mil euros). E, se a memória não me falha, espero não cometer nenhuma incorreção, parece-me que estarão em falta 75.000,00€ (setenta e cinco mil euros) para concluirmos obra. Não sei dizer qual o valor que a Junta de Freguesia possa ter investido na obra, ou se investiu ou qual o valor correspondente. Mas, dentro das contas da Câmara Municipal, se tudo correr conforme o previsto, estaremos a falar do investimento global da Câmara Municipal na ordem dos 380.000,00€ (trezentos e oitenta mil euros), que deverá, em princípio, ser concluído no próximo ano e, portanto, a informação que eu tenho é da Câmara Municipal, não tenho informação da Junta de Freguesia.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Deputada do GP do PSD, Fátima Alves.

Interveio a Deputada Fátima Alves, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente, uma questão, o Senhor Presidente estava a dizer de um valor global de 380.000,00€ (trezentos e oitenta mil euros), então significa que vão ser aprovados mais 75.000,00€ (setenta e cinco mil euros), certo? Como o senhor disse um investimento de 380.000,00€ (trezentos e oitenta mil euros).”

De seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Respondendo, o que eu disse é que me parece que serão mais 75.000,00€ (setenta e cinco mil euros), não é. Portanto, um valor global, e porque é que eu faço esta referência, porque no primeiro ano, em 2022, como todos sabem, as condições da Câmara Municipal poder assegurar investimento nas freguesias, eram nulas ou praticamente nulas. Assumimos com a Junta de Freguesia a possibilidade de, em média, poder existir uma verba correspondente, não necessariamente de 60.000,00€ (sessenta mil euros) por ano, mas em média no primeiro ano foram cerca de. No primeiro ano foram 60.000,00€ (sessenta mil euros), neste segundo ano, são 45.000,00€ (quarenta e cinco mil euros). Eu não posso garantir que no próximo ano sejam 75.000,00€ (setenta e cinco mil euros), até porque o valor global da obra, o valor global do investimento, é algo que está sob a alçada da Junta de Freguesia, nós podemos estar a falar do investimento de 380.000,00€ (trezentos e oitenta mil euros) que, no total, ascenda a 450.000,00€ (quatrocentos e cinquenta mil euros) a 480.000,00€ (quatrocentos e oitenta mil euros). Isso não sei dizer, essa informação terá a Junta de Freguesia. A Câmara Municipal prevê, grosso modo, esta possibilidade, em média, portanto, não significa que, no próximo ano, sejam, de facto, setenta e cinco podem ser suficientes sessenta e cinco. Muito obrigado.”

Seguidamente o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, verificou que não haviam mais pedidos de intervenção e deu por terminado o ponto onze passando, de imediato, à votação do ponto.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para celebração de protocolo para atribuição de subsídio com as Juntas de Freguesia de Geraz do Minho, Santo Emilião e União de Freguesias de Calvos e Frades, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

De seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, passou ao décimo segundo ponto da ordem de trabalhos. **Ponto doze: Proposta da Câmara Municipal para celebração de contratos interadministrativos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia da Póvoa de Lanhoso e União de Freguesias de Fontarcada e Oliveira, nos termos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.**

Considerando que a Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, já havia, na apresentação do ponto anterior procedido à apresentação do presente ponto, questionou se desejavam acrescentar algo.

De seguida e uma vez que a Câmara Municipal não pretendeu acrescentar à apresentação do ponto, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Deputado do GP do CDS, Pedro Afonso.

Interveio o Deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Tal como tive a oportunidade de referir na intervenção anterior, o CDS PP vê com bons olhos todo o investimento público, qualquer que seja a área desde que o mesmo apresente carácter pertinente, o que no presente caso se verifica, porque quando se tratam de investimentos na requalificação de seis arruamentos, dois na Póvoa de Lanhoso, dois em Fontarcada e dois em Oliveira.

Nada tendo a opor à realização desse investimento, o CDS-PP votará favoravelmente. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Manuel Silva.

Interveio o deputado José Manuel Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Estamos inteirados e, naturalmente, vamos votar favoravelmente a proposta aqui em análise. Este, é de facto, o modelo que nós defendemos os contratos, neste caso interadministrativos ou no anterior através de subsídio, porque permite um processo mais célere e serem as juntas só da freguesia, de forma direta articularem a adjudicação das obras e pode potenciar que as mesmas possam ser entregues a empresas locais, só por isso também é uma grande vantagem e acho que o valor aqui atribuído a estas obras é sempre importante, ainda por cima necessário, responder àquilo que são as necessidades e anseios da população.

E voltando ainda no ponto atrás, quando falamos de valor na casa dos trezentos e sessenta mil, na obra a intervencionar na Junta de Freguesia de Calvos e Frades, aquilo que nos deve preocupar é se efetivamente é, ou não é, importante o investimento para a Junta de Freguesia, para a Banda de Calvos, isso é que nos deve preocupar a todos e deve ser a nossa grande preocupação. Parece que andamos aqui todos a procurar alguma coisa menos importante, por isso, estamos inteirados, achamos importante e pertinente a execução destas obras, como o Senhor Presidente disse e bem, é um compromisso assumido com as Juntas de Freguesia, que sai através do orçamento da Câmara Municipal para 2024. Esta é uma parte das obras, naturalmente que a outra parte de obras, eu também gostaria de perguntar nesse sentido se as restantes obras serão nesta modalidade atribuição de subsídio, contrato interadministrativo, ou será diretamente a Câmara Municipal dono da obra. Isto porque sendo a Câmara Municipal

de onde a obra vai levar a que seja, obrigatoriamente concurso público e, naturalmente, nada garante que possa ser uma empresa da Póvoa de Lanhoso de executar mesmo.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Deputado do GP do PS, Filipe Silva.

Interveio o Deputado Filipe Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Neste ponto está efetivamente em linha com o ponto anterior e nós votaremos, obviamente favoravelmente ao ponto e pegando nas palavras do Senhor Deputado José Manuel Silva, efetivamente aquilo que realmente importa quando falamos destes investimentos é a necessidade desses investimentos para as populações e para as freguesias e aí acho que estamos em 100% em sintonia e estamos de acordo. Mas deveríamos também estar em sintonia e de acordo quando nos referimos ao senhor Presidente de Câmara e à Câmara Municipal e quando fazemos determinadas insinuações na forma como se tratam as freguesias e por isso é que muitas vezes, nós somos obrigados a realçar os valores que são investidos em determinadas freguesias e, portanto, convido-os também a fazer aquilo que já fizeram aqui, pelo menos três vezes, que foi assumir que no passado efetivamente faziam muitas coisas mal, comecem a assumir também que, efetivamente, este Senhor Presidente de Câmara tem tido um tratamento igualitário para todas as freguesias e muitas vezes somos obrigados a realçar estes valores para contrariar a forma como a bancada do PSD faz este tipo de insinuações que para nós não são justas, não são corretas e, portanto, vemos obrigado a fazê-lo.”

De seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Em relação a pertinência do investimento no equipamento, na Junta de freguesia de Calvos e na sede da banda, a pertinência não tem discussão nenhuma. Na minha opinião, quer dizer, toda a gente reconhece que a Banda de Calvos presta um serviço muito importante para o concelho e tem uma história na Filarmonia do concelho, a banda de Calvos, a banda dos Bombeiros Voluntários claro está, mas estamos a falar da banda de Calvos, tem um papel muito importante nessa referência histórica que faz praticamente parte do nosso ADN do concelho que somos.

Quero recordar que nas comemorações do dia 1/12/2023 e nas comemorações do próximo dia 1/12/2024, vamos ter a representação das duas bandas do nosso concelho em Lisboa com transmissão televisiva com uma visibilidade brutal que eu acho que serve

também para evidenciar a qualidade do trabalho que é feito nesta área no nosso concelho e, portanto, eu não precisaria de dizer isto para justificar aquilo que é evidente para todos, que é uma prioridade que, acho, não tem nenhuma discussão a pertinência do investimento. O que me pareceu que está em cima da mesa é a fórmula do investimento, de facto, não é? O que depreendo da intervenção do deputado Pedro Silva é de que forma é que as duas instituições contribuem para a concretização deste objetivo e, portanto, da parte da Câmara Municipal e porque a informação que tenho não tenho outras informações a prestar sobre esta sobre esta matéria que possam ser úteis.

Em relação ao a modalidade dos procedimentos que referiu, nós tentámos sempre, na medida do possível, adotar procedimentos, sejam mais práticos e mais céleres possível, como o senhor sabe, também há determinadas formas de proceder que são do ponto de vista também da lei e do ponto de vista do cumprimento do procedimento de contratação pública, que são que são altamente recomendáveis. Eu dou o exemplo dos ajustes diretos, por exemplo, o de ajuste ajustes diretos no âmbito da gestão dos Municípios têm determinado formato legal, podem ser usados pelos Municípios. Eu entendo que que devem ser, na medida do possível evitados, mesmo que estejam previstos na lei, portanto, a nossa visão sobre o assunto passa por levar a cabo o mesmo procedimento de consulta prévia, mesmo nos processos em que isso não seja exigido legalmente, portanto, a consulta prévia não sendo exigida legalmente, é um procedimento que eu entendo que é recomendável, mesmo que não esteja legalmente previsto, é moralmente mais bem aceite, digamos assim, portanto, e há determinadas situações em que nós entendemos que é necessário levar a cabo uma consulta prévia, precisamente para que, aos olhos de quem analisa este tipo de processos, seja evidente, que tentamos fazer o que estava ao nosso alcance, para que não haja nenhuma dúvida sobre os procedimentos que a Câmara leva a cabo, portanto, se me disser que quando levamos a cabo este tipo de procedimento, o processo é facilitado, sim. E que as Juntas de Freguesia obrigatoriedades diferentes também é verdade, mas também sabe que as Juntas de Freguesia muitas vezes recorrem aos serviços da Câmara Municipal, quantas vezes, recorrem aos serviços da Câmara Municipal para levar a cabo os procedimentos até para preparar as peças, não é, porque sabe também e os senhores Presidentes de junta sabem todos que as Juntas de Freguesia não tem meios, não tem técnicos, não conseguem levar a cabo um procedimento sem que, sem que sejam os nossos serviços a assegurá-lo, isso já aconteceu inúmeras vezes neste mandato, portanto, a minha preocupação é que no cumprimento da lei, no zelo por aquilo que está previsto estabelecido legalmente, que tenhamos procedimentos mais práticos e céleres possível, porque tudo o que está aqui vertido nestas propostas nos empréstimos, os empréstimos não tem discussão nenhuma, tem que ser mesmo a Câmara Municipal, mas tudo o que está vertido no orçamento da Câmara Municipal, todos nós queremos que seja executado rapidamente. Se eu pudesse executar no dia seguinte, não é? Se fosse uma

empresa, por exemplo, é que numa empresa o empresário faz o que entende com os meios que tem à disposição e faz-se nos termos que entende, não é assim, portanto, temos que cumprir a lei e temos de assegurar que os investimentos possam ir de encontro às pretensões dos senhores Presidentes de Junta, sem desproteger o Município e sem desproteger os mecanismos legais a que estamos obrigados”.

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Deputado do GP do PS, Pedro Silva.

Interveio o Deputado Pedro Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu não quero é que fique aqui qualquer tipo de dúvidas em relação ao mérito do investimento, à necessidade da obra e eu na minha intervenção fiz precisamente menção disso. Não é somente esta obra em relação à sede Junta de Freguesia e da Banda Filarmónica de Calvos, como é de todas os outros investimentos que aqui falamos, naturalmente que eu fico satisfeito, e especialmente satisfeito, no que diz respeito a este investimento.

Aquilo que temos que aqui perceber, e eu lancei esse desafio ao representante da União de Freguesias, para nos esclarecer a todos nós, porque eu já fiz precisamente este repto em Assembleia de Freguesia e a resposta foi precisamente a mesma que tivemos agora, nenhuma. Inclusive questioneei o senhor Presidente da Câmara e o Senhor Presidente da Câmara não tem, ao contrário do que acontece em relação a todas as matérias da Câmara Municipal que nós solicitamos junto do Senhor Presidente, o próprio Senhor Presidenta da Câmara também não têm a informação detalhada como, talvez, devia ter. Estamos a falar de uma obra de quase 400.000,00€ (quatrocentos mil euros), estamos a falar de uma obra de valor muito significativo, por isso, é preciso perceber, de facto, para onde é que é canalizado o dinheiro de todos os povoenses, porque nós recentemente, para além de termos visitado as instalações em que a banda faz uns os ensaios, que são péssimas, as instalações são péssimas e esta obra é, de facto, necessária. É uma urgência, como é uma urgência as instalações para que a banda de música e banda filarmónica dos Bombeiros Voluntários também tenham melhores condições como há tantas outras neste concelho, olhe e o Senhor Deputado faz referência, nós visitámos o Rancho Folclórico de Verim e também tem condições parcas, em relação àquilo que são as condições que fazem os seus ensaios, por exemplo. Nós povoenses, temos a responsabilidade de perceber para onde é canalizado dinheiro e as Juntas de Freguesia, quando são suscitadas pelos deputados municipais, não podem fazer aquilo que, ainda hoje aconteceu aqui, furtam-se a dar explicações, isso não pode acontecer, tem que vir cá dar explicações, por isso, eu não quero que haja qualquer dúvida em relação a esta matéria. Eu dou os parabéns pela e pelo mérito da obra, quero muito que essa obra seja inaugurada, até porque diz-me muito, estamos a falar da União de freguesia em que eu

me identifico mais no concelho, naturalmente, como sabem e, por isso, isso não há qualquer questão em relação a essa matéria. Obrigado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao deputado do GP do PSD, José Manuel Silva.

Interveio o deputado José Manuel Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“De facto, Senhor Deputado, eu por mim não tenho o vício de atribuir aos outros nem más nem boas intenções.

O Senhor Deputado, colocou a questão e bem e, neste momento, têm que perceber se a representante da freguesia está, ou não, em condições ou munida da documentação para vir aqui prestar o devido esclarecimento. Aquilo que pode fazer, submete um pedido de informação à Junta de Freguesia e naturalmente que eles irão prestar o esclarecimento. Agora repare, o Senhor Deputado vem aqui e põe em causa o investimento que é feito pela câmara, aquilo que supostamente terá intenção que seja a Junta de Freguesia a atribuir, porque é que não põe em causa os outros investimentos. Aprovamos aqui quatro, cinco investimentos, não vi o Senhor Deputado perguntar qual é a comparticipação cada Junta de Freguesia. Não é que isso a nós não nos interessa, a nós interessa o investimento e que a obra realizada. O Senhor Deputado, está preocupado é com a comparticipação de uma Junta de Freguesia num determinado investimento.

Senhor Deputado, 25 de Abril, festejamos estes dias 50 anos de 25 de Abril, temos de evoluir, Senhor Deputado, Pedro Silva, eu acho que é livre e, naturalmente, cada um é livre de expressar e dar aqui a sua opinião, aquilo que entende que é o melhor para o progresso da Póvoa de Lanhoso. Naturalmente que eu não entendo que esse é o caminho, lança aqui uma desconfiança sobre uma Junta de Freguesia, que é o que está aqui em cima da mesa, mas aquilo que eu peço ao Senhor Deputado é se não quer fazer o pedido à Junta de Freguesia. Ou se tem algum conhecimento que venha aqui que não faça insinuações, seja claro perante esta Assembleia Municipal, apresente os dados que tem Senhor Deputado, é isso que eu lhe peço. Agora fazer insinuações, não fica bem Senhor Deputado.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Deputado do GP do PS, Pedro Silva.

Interveio o Deputado Pedro Silva, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Eu apelo é que todos os Deputados Municipais, sobretudo aqueles que têm mais responsabilidades, no caso o deputado José Manuel Silva, estejam atentos às

intervenções que os deputados municipais e, naturalmente, a digníssima Câmara Municipal faz nestas sessões da Assembleia Municipal.

Ora, se eu fiz referência ao facto de ter questionado a Junta de freguesia, mais que uma vez, em Assembleia de Freguesia, posso acrescentar que os eleitos na Assembleia de Freguesia já questionaram mais que uma vez a Junta de Freguesia na Assembleia de Freguesia. Se essas respostas não foram prestadas, se eu hoje volto a fazê-lo aqui e estamos a falar de um investimento significativo em que, naturalmente, qualquer um dos três elementos da Junta de Freguesia tem obrigação de saber, mais ainda quando é aprovado hoje um valor de mais 45.000,00€ (quarenta e cinco mil euros), 350.000,00€ (trezentos e cinquenta mil euros) até ao momento, é obrigatório saber, neste preciso momento, quanto é que a Junta de Freguesia já disponibilizou para esse investimento. É importante saber quanto é que é necessário para finalizar a obra e é importante saber quando é que a obra vai ser finalizada e inaugurada. E sabe porque é que estamos a discutir isto, porque falta rigor, precisamente. Porque se houvesse um bocado rigor e não estou a referir às outras Juntas de Freguesia, porque em nenhuma outra freguesia acontece o que aconteceu nesta União de Freguesias, em nenhuma outra freguesia, se houvesse o mínimo de rigor, provavelmente não estaríamos a discutir este assunto neste momento? Obrigado. “

Seguidamente o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, verificou que não haviam mais pedidos de intervenção e deu por terminado o ponto doze passando, de imediato, à votação do ponto.

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou aprovar por unanimidade, a proposta da Câmara Municipal para celebração de contratos interadministrativos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia da Póvoa de Lanhoso e União de Freguesias de Fontarcada e Oliveira, nos termos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

De seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, passou ao décimo terceiro ponto da ordem de trabalhos. **Ponto treze: Proposta da Câmara Municipal para autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais para celebração de contrato de renting de frota automóvel.**

E concedeu a palavra à Câmara Municipal para apresentação do ponto.

Interveio o Vereador Paulo Gago, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“O Município da Póvoa de Lanhoso pretende avançar com procedimento tendente à contratualização de serviço de renting de diversas viaturas automóveis, para colmatar a necessidade de reforço da frota automóvel do Município, essencial ao normal funcionamento dos serviços municipais e, por isso, é necessária autorização prévia desta

Assembleia Municipal para a assunção deste compromisso plurianual até ao valor de 300.000,00€ (trezentos mil euros), o que o que decorre do disposto na Lei, artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de junho, conjugado com a alínea c) do número 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, 21 de fevereiro que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos plurianuais.

O período de tempo do renting é de até 48 meses o que exige que este assunto venha a deliberação desta Assembleia Municipal, atendendo a que ultrapassa os três anos económicos, deixo à vossa consideração.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra ao Deputado do GP do CDS, Pedro Afonso.

Interveio o Deputado Pedro Afonso, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhor Presidente, ao contrário do que, há um bocado, tive a oportunidade de dizer é de louvar o senhor Presidente da Câmara em relação à explanação detalhada, julgo eu, no ponto quatro ou cinco. Aqui, a nossa observação ao executivo municipal, quanto à proposta apresentada neste ponto e discutido, também, em sede de reunião de câmara, no passado dia 22 de abril, prende-se com a reduzida informação prestada na documentação de suporte, quer no âmbito da realização desta Assembleia, quer da própria reunião de câmara, o que origina constrangimentos de análise da mesma. Agradecemos que, de futuro, a contextualização das propostas possa ser melhorada de forma sucinta explanação das pretensões do executivo. Elencar a necessidade de aquisição de diversas viaturas, sem sequer especificar a quantidade, a pertinência da sua aquisição e os serviços aos quais irão ser afetadas. Informação que, diga-se caberá, em um ou dois parágrafos adicionais, parece-nos pouco quando estamos a falar da assunção de compromissos como a afetação de 300.000,00€ (trezentos mil euros), dinheiro público, como dizia agora deputado Pedro Silva, trezentos ou quatrocentos mil euros não é pouco dinheiro.

Obviamente, não está em causa a necessidade do reforço da frota automóvel do Município, mas fica a nota de melhoria da contextualização para propostas futuras, sendo que, neste caso concreto, nada temos a objetar e votaremos favoravelmente a proposta, mas convém ter outro tipo de procedimento que não estamos a seguir.”

Depois, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Deputada do GP do PSD, Sónia Fernandes.

Interveio a Deputada Sónia Fernandes, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Neste último ponto da discussão, partilhamos, na íntegra, a posição que foi agora transmitida pelo deputado Pedro Afonso. Portanto, neste ponto da discussão, está-nos aqui a ser trazido a celebração de um contrato de renting, precisamente para reforço das viaturas automóveis do Município e, portanto, é essencial que estes documentos venham mais detalhados. A informação que nos é dada é quase nenhuma e do que nos é dado a conhecer o prazo do contrato, que também não é exato, é até 48 meses, e o valor do contrato que, também não é exato, poderá ir até aos 300.000,00€ (trezentos mil euros), talvez seja esta inexatidão do valor para precaver o acerto do valor a pagar no fim do contrato, quanto à quilometragem real das viaturas, talvez seja por isso, mas ir-nos-ão responder com certeza.

Perante isto várias são as questões que nos assaltam como, com certeza, assaltam os povoenses e, portanto, a saber quantas viaturas estão contempladas neste contrato que tipo de viaturas, ligeiros de passageiros, mistos ou comerciais, embora o renting não permita os comerciais numa num sentido lato, mas irão, com certeza, especificar. Qual o valor mensal a pagar pela prestação deste uso das viaturas. Quais os custos que estão associados ao uso destas viaturas e se estão incluídas neste contrato de renting. Se no final do contrato, a opção que foi adotada será a devolver as viaturas à empresa renting ou, pelo contrário, renegociar o preço da prestação a pagar. E, por fim, saber se esta solução de mobilidade, o contrato renting, foi comparada e ponderada em face de outro tipo de soluções. Para nesse estudo, ponderativo, o executivo ter concluído que esta solução que nos é aqui apresentada é efetivamente a melhor. Muito obrigada.”

De seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Vereador Paulo Gago, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Bem, este ponto tem que ver só com o compromisso, não é, com a assunção do compromisso, pois terão toda a informação quando for a consulta pública, certo?

A nível de renting, é lógico se comprámos determinada viaturas, depois pode-nos interessar ou entregá-las ou ficar com elas, dependendo do estado delas, dependendo valor final. Há aqui uma série de que condições que eu não posso explicar neste momento, porque ainda não tenho esses dados. Depois da consulta pública e a final, se vão ter interesse, ou não.

São nove viaturas, em princípio, quanto ao valor mensal da prestação, não tenho, essa informação porque aqui só estamos trazer o compromisso, depois será consulta pública este ponto reporta tão-só à autorização por parte da Assembleia Municipal para assunção do compromisso plurianual.”

Em seguida, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Deputada do GP do PSD, Sónia Fernandes.

Interveio a Deputada Sónia Fernandes, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Foi perguntado se foi estudada, se foi ponderada outro tipo de soluções que não este contrato de renting para sabermos efetivamente e será mais vantajoso ou não.”

De seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Vereador Paulo Gago, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Senhora Deputada, nós consultamos os nossos serviços de fundos comunitários para ver se havia alguma candidatura em aberto para nos candidatarmos. Isto é a aprovação do compromisso, se durante este processo houver uma abertura de candidatura, até poderemos nos candidatar para adquirir esses carros via fundos comunitários, certo? Isto é apenas e só este é o compromisso da Assembleia Municipal e temos de o trazer para autorização na Assembleia Municipal. Temos de obter a autorização da Assembleia Municipal para depois fazer a consulta pública.”

Em seguida, o Presidente da Assembleia Municipal, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Deputada do GP do PSD, Sónia Fernandes.

Interveio a Deputada Sónia Fernandes, cumprimentou novamente todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Mas a Assembleia tem todo o direito de saber se é legítimo e foi debatido até agora exaustivamente esta legitimidade ou não. Porque, por exemplo, é-nos dito que no final do contrato, vamos ponderar se adquirimos ou não a viatura. Imaginemos se decidem no final destes quatro anos, porque o prazo poderá ser até quatro anos, se decidem não adquirir estas viaturas. Quer-se dizer que o Município da Póvoa de Lanhos vai ficar desfalcado em nove viaturas, pois se elas são necessárias agora ser para ser um reforço, elas serão necessárias. Portanto, ficou tudo em aberto, porque, segundo me está a dizer, o Senhor Vereador não está ainda decidido, porque ainda vão aquilatar dessa necessidade ou não, certo?”

De seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, concedeu a palavra à Câmara Municipal para resposta.

Interveio o Presidente da Câmara Frederico Castro, cumprimentou todos os presentes e no uso da palavra referiu:

“Como o Senhor Vereador já foi suficientemente claro, de qualquer das formas, eu queria só acrescentar o seguinte, a modalidade de renting é uma modalidade, como penso que sabemos todos, que engloba uma série de serviços e, portanto, quando pergunta das diversas soluções que temos acesso no mercado, por exemplo, leasing ou outras soluções. O renting hoje é uma solução bem mais competitiva do que era há dez anos, há quinze anos atrás, quando surgiu o renting em Portugal já era uma solução amplamente implementada em Espanha, em França e noutros países e em Portugal ainda não era suficientemente convidativo para ser uma opção a ter em conta pelas empresas ou pelas instituições. Hoje, o renting, fruto da concorrência do mercado, também, é uma solução que, comporta os seguros, as revisões, manutenções de pneus, por exemplo, e uma série de outros serviços que são sinónimo de despesa. E feita a devida análise e comparação das soluções que o mercado oferece, o renting é claramente, aliás, há vários Municípios pelo país abaixo que optam pelo modelo de renting, precisamente porque é amplamente vantajoso. E porque tendo em conta que estamos, o Município da Póvoa de Lanhoso e outras instituições públicas num processo de vontade de descarbonização, os veículos elétricos, sendo adquiridos por esta modalidade, apresentam uma série de vantagens que, noutros tempos e momentos diferentes poderiam ser contemplados, por exemplo, com candidaturas de fundo ambiental que hoje não existem, portanto, fundamental, não tem neste momento e não é previsível que tenha soluções do ponto de vista de candidatura, para que os Municípios possam, de alguma forma, recorrer a esse tipo de mecanismo. Portanto, esta é a solução do ponto de vista prático e do ponto de vista financeiro, que melhor serve os interesses do Município.

Relativamente aos veículos e à utilidade que os veículos que estes veículos terão nos próximos 48 meses.

Em primeiro lugar, importa explicar que, dependente da consulta pública, poderemos estar a falar de sete veículos, oito veículos, nove veículos, a vontade do Município é que possam ser cerca de nove, mas vai depender da consulta e do resultado dessa consulta pública.

Segundo ponto, só no final de 48 meses e que estaremos em condições de poder transmitir à Assembleia Municipal qual a decisão relativamente à continuidade destes contratos, a negociação da extensão destes contratos ou não. De que forma é que essa decisão é tomada? Em primeiro lugar tendo em conta o estado dos veículos, em segundo lugar, tendo em conta que o mercado de renting, nesse momento, podemos chegar à conclusão, nesse momento, que os veículos até estão em bom estado que compensa estender o prazo mais 12, 24, 36 meses, mas, em contraponto, o mercado de renting pode daqui até lá desenvolver-se no sentido de oferecer condições ainda mais competitivas daquelas que existem hoje e o Município, nesse momento, pode decidir partir para novos contratos de renting. Portanto, eu diria que daqui a 48 meses, a

decisão a tomar terá de ter em conta o estado dos veículos, o estado do mercado, não terá que ter em conta a necessidade do Município, porque essa necessidade é indiscutível. Estes nove veículos, hipoteticamente nove veículos, que venhamos a adquirir nesta modalidade, são uma necessidade que terá de manter-se, portanto, são meios que terão de se manter ao serviço do Município, independentemente da modalidade. Portanto, há estas várias possibilidades que acabei de lhe descrever, mas o Município precisará de continuar a contar com estes nove veículos e não é garantido que nos próximos anos não sejam substituídos outros o que não sejam contratados, novos meios de transporte. Estamos a falar de transporte ligeiros, o modelo, portanto, o formato é para transporte de ligeiros de cinco pessoas, que é esse o tipo de necessidade que nós temos. Se me perguntar quais são os serviços que vão, em teoria, beneficiar desta aquisição, eu não lhe sei indicar quais são, porque são todos. Todos os serviços da Câmara Municipal precisam, neste momento, não há nenhuma reunião de chefias em que nós não tínhamos de forma transversal os chefes de serviço, indicando a necessidade de termos mais veículos à disposição do Município, por maioria de razão, a partir do momento em que adquirimos novas competências e que nos foram delegadas novas competências e, portanto, quando estamos a falar da possibilidade de serem nove e mesmo o mínimo dos mínimos da necessidade que nós temos, porque a necessidade real não, essa é bem mais do que isso.”

Seguidamente o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, verificou que não haviam mais pedidos de intervenção e deu por terminado o ponto treze passando, de imediato, à votação do ponto.

Deliberação A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com 19 votos a favor e 21 abstenções, a proposta da Câmara Municipal para autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais para celebração de contrato de renting de frota automóvel.

Em seguida o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, colocou à votação a aprovação da ata da presente Assembleia, em minuta, para que possam, de imediato, ter eficácia as deliberações ali aprovadas, informando de seguida, que a mesma foi aprovada por unanimidade.

Recordou ainda, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira, que no próximo dia 8 de junho, realizar-se-iam as Assembleias Municipais Jovens, ao abrigo das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, endereçando a todos o convite para estarem presentes.

Por fim, o Presidente da Mesa, António Queirós Pereira desejou a todos votos de uma boa noite e deu por terminada a sessão da Assembleia Municipal.

Anexa-se à presente ata a documentação adstrita aos pontos da ordem de trabalhos, fazendo dela parte integrante.